Jornal O DIA SP

Fundado em 5 de abril de 1933

www.jornalodiasp.com.br | QUINTA-FEIRA, 27 DE ABRIL DE 2023 | Nª 25.393 | Preço banca: R$ 3,50

Justiça determina suspensão do Telegram no Brasil

Pacheco lê requerimento e cria CPMI dos atos golpistas de 8 de janeiro

Página 10

“Ajuste fiscal não pode ser feito em cima do trabalhador”, diz Haddad

Página 4

A Justiça Federal do Espírito Santo determinou, na noite da terça-feira (25), a suspensão do funcionamento do Telegram no Brasil. A decisão, do juiz Wellington Lopes da Silva, da 1ª Vara Federal de Linhares, foi proferida após o aplicativo não fornecer informações solicitadas a respeito de grupos neonazistas atuantes no Telegram.

Além disso, a Justiça fixou uma multa diária de R$ 1 milhão por não envio dos dados pedidos ou 5% do faturamento da empresa no Brasil em 2022, o que for menor. Para o magistrado, “os fatos demonstrados pela autoridade policial revelam evidente propósito do Telegram de não cooperar com a investigação em curso”.

Wellington Lopes da Silva havia pedido informações sobre os usuários de um canal antissemita e um chat com o mesmo teor, que propagavam conceitos e símbolos neonazistas. Os dados solicitados compreendiam os nomes dos usuários dos grupos, CPF, foto do perfil, e-mail, endereço, dados bancários cadastrados, entre outros. As informações repassadas à Justiça, no entanto, foram consideradas insuficientes.

“A despeito da resposta dentro do prazo, as informações fornecidas não atendem à ordem judicial. Salienta-se que a determinação era para que o Telegram encaminhasse os dados cadastrais de TODOS os integrantes do canal e do grupo de chat”, informou o magistrado. O aplicativo havia informado apenas alguns dados e referentes somente ao administrador de um dos grupos.

Até o fim da tarde da quarta-feira (26), no entanto, o aplicativo de mensagens instantâneas funcionava normalmente.

O ministro da Justiça e Segurança Pública, Flávio Dino, comentou o assunto. Para ele, a atuação de grupos antissemitas é parte da estrutura de violência contra crianças e adolescentes no Brasil.

“A Polícia Federal pediu e o Poder Judiciário deferiu que uma rede social que não está cumprindo as decisões, no caso o Telegram, tenha uma multa de R$ 1 milhão por dia e suspensão temporária das atividades, exatamente porque há agrupamentos denominados Frentes Antissemitas ou Movimentos Antissemitas atuando nessas redes e nós sabemos que isso está na base da violência contra nossas crianças e nossos adolescentes”. (Agencia Brasil)

São Paulo tem recorde de estupros no primeiro trimestre de 2023

O número de casos de estupro no estado de São Paulo aumentou 15,8% no primeiro trimestre de 2023, na comparação com o mesmo período do ano passado, de acordo com dados divulgados pela Secretaria Estadual de Segurança Pública de São Paulo (SSP-SP), sendo o maior número registrado em um trimestre na história do estado. Ao todo foram 3.551 crimes de estupro.

Segundo a SSP-SP, a tendência de crescimento nos casos de violência sexual também se confirma entre o crime de estupro de vulneráveis (vítimas menores de 14 anos ou pessoas cujas condições de saúde as impedem de discernir o ato sexual), com o aumento de 13,5% no mesmo período, quando foram registrados 2.669 casos de estupro contra essas pessoas.

Só na capital paulista o aumento das ocorrências de estupro (em geral e de vulneráveis) foi de 36,9% e 39,6% respectivamente. De acordo com as informações da SSP-SP, os estupros de vulneráveis são 76% do total dos casos de estupros registrados no primeiro trimestre.

Segundo a avaliação do Instituto Sou da Paz, é necessário que o governo de São Paulo adote urgentemente uma estratégia multisetorial e efetiva voltada para reduzir estes crimes sexuais. “É indignante não apenas que estejamos presenciando um recorde de ocorrências de estupros no estado, mas principalmente, que três em cada quatro vítimas sejam pessoas vulneráveis, em sua maioria crianças de até 14 anos”, disse o coordenador de projetos do Sou da Paz, Rafael Rocha.

Para Rocha é urgente a priorização deste tipo de crime pela SSP-SP. “Além disso, é preciso adotar uma série de ações articuladas que envolvam, além das forças de segurança, a educação, a assistência social e a saúde, para executar medidas de prevenção destes crimes, assim como de atendimento das vítimas”, concluiu. (Agencia Brasil)

DÓLAR

Comercial
Compra: 5,05
Venda: 5,05

Turismo
Compra: 5,16
Venda: 5,25

EURO
Compra: 5,58
Venda: 5,58

Congresso aprova reajuste para servidores e piso da enfermagem

Foto/Marcello Casal Jr/ABr

Página 3

Saiba como se cadastrar no Programa Jovem Aprendiz Paulista

Página 2

Esporte

A mais importante prova do triatlo nacional pronta para sua 21ª edição

O triatlo de alto nível segue sendo atração em Florianópolis, em Santa Catarina, no mês de maio. Depois do sucesso do Itaú BBA IRONMAN 70.3 Florianópolis, na Praia do Ingleses, agora será a vez da mais tradicional e importante disputa do gênero no país. O Itaú BBA IRONMAN Brasil terá sua 21ª edição no dia 28 de maio, em Jurerê Internacional, ainda mais forte e reunindo cerca de 1800 atletas, profissionais e amadores, de 36 países. O desafio será de 3,8 km de natação, 180 km de ciclismo e 42,2 km de corrida que colocará à prova a preparação dos triatletas. Página 8

Foto/ Fábio Falconi

21º *Itaú BBA IRONMAN Brasil*

71ª Prova Ciclística 1º de Maio tem inscrições abertas até dia 28

A 71ª Prova Ciclística 1º de Maio será a atração na próxima segunda, Dia Internacional do Trabalhador. A competição reunirá algumas das principais equipes e ciclistas paulistas, além de representantes de outros estados, divididos em 20 categorias. As disputas acontecerão em um circuito de 2,3 km montado na Avenida Engenheiro Fábio Rodrigo Barnabé, s/n, no Parque Ecológico de Indaiatuba. A programação oficial prevê a realização de cinco baterias, a partir das 8h, com muito ciclismo de qualidade, sendo uma ótima sugestão para curtir no feriado.

As inscrições estão abertas de devem ser feitas exclusivamente on-line pelo link https://partiupedal.com/ até esta sexta-feira, dia 28/04, às 23h59. A inscrição terá uma taxa de valor único por ciclista de R$ 110,00 (cento e dez reais). Página 8

F2: Enzo Fittipaldi vai ao Azerbaijão e mira pontos nas duas corridas

Foto/ Dutch Photo Agency

Enzo *Fittipaldi*

Único brasileiro no grid da Fórmula 2, Enzo Fittipaldi disputa neste final de semana a quarta etapa da temporada 2023, marcada para o Circuito Internacional de Baku, no Azerbaijão. O piloto da Carlin espera por um bom desempenho no traçado mais longo da temporada, com 6.004 metros, após um longo hiato de corridas, já que a última etapa foi realizada há quase um mês, na Austrália.

Será a segunda passagem de Enzo pelo circuito montado nas ruas da capital azeri. Página 8

Raphael Reis vai correr ao lado do argentino Jorge Barrio no Endurance no TCR South America

Foto/ Rafael Ferreira

Raphael *Reis*

Após duas etapas na temporada 2023 do TCR South America Banco BRB, é chegada a vez do primeiro encontro do Endurance, as provas longas, do campeonato continental. No moderno circuito de Termas de Río Hondo, cidade termal na província de Santiago del Estero, no noroeste da Argentina, Raphael Reis terá o primeiro desafio de longa duração do ano a bordo do CUPRA TCR preparado pela W2 ProGp.

Para a etapa, o brasiliense apoiado pelo banco BRB terá um parceiro de respeito no carro #77: o jovem argentino Jorge Barrio, de 18 anos. Página 8

Saiba como se cadastrar no Programa Jovem Aprendiz Paulista

Com um investimento total de R$ 145,5 milhões do Governo de SP, o Jovem Aprendiz Paulista ampliará as oportunidades de emprego, prevendo a contratação de 60 mil estudantes da rede pública. O programa tem como objetivo não só gerar empregos, mas também contribuir com a educação dos jovens e estimular o crescimento econômico de comércios e negócios locais.

A iniciativa incentiva as micro e pequenas empresas de São Paulo a contratarem jovens de 14 a 18 anos matriculados na rede estadual de ensino, por meio de benefícios ao empregador, oferecendo capacitação custeada pelo Estado e vaga de trabalho próxima à escola e à residência do aluno.

Veja abaixo o passo a passo sobre como participar.

Para o empresário:

Passo 1 – Importante estar registrado como ME ou EPP, ter um e-mail válido e de acesso frequente, número de telefone atualizado e já separar documentos como CNPJ e endereço com CEP.

Passo 2 – Com os documentos em mãos, acesse o link e efetue o cadastro das empresas por meio do link www.jovemaprendiz.sp.gov.br.

Passo 3 – Com as informações preenchidas e o cadastro feito, interlocutores do Programa entrarão em contato para explicar os próximos passos para abrir uma vaga. Com auxílio de nossos especialistas, você faz a seleção dos candidatos e faz a contratação do melhor perfil para seu negócio.

Passo 4 – Definida a contratação. A equipe de especialistas faz a assinatura de contrato por meio do próprio sistema.

Para o jovem aprendiz:

Passo 1 – Chame um adulto responsável para ajudar. Será preciso informar nome, telefone e e-mail de ambos. É importante que o jovem também tenha um e-mail válido e que use sempre, número de telefone e que já separe documentos, como RG, CPF, endereço com CEP, o nome da escola em que está matriculado e Carteira de Trabalho.

Passo 2 – Com o responsável ao lado e com todos os documentos em mãos, agora acesse o link para cadastro do Programa Jovem Aprendiz (www.jovemaprendiz.sp.gov.br).

Passo 3 – Dentro do site é necessário preencher todas as informações de perfil e também cadastrar uma senha segura para proteger as informações e sempre poder acessar o site. No site será necessário dar "ok" a alguns termos. São procedimentos de segurança. Leia com atenção!

Passo 4 – Tudo preenchido e salvo, agora é acessar o link para fazer o login no sistema e conferir as vagas disponíveis.

Passo 5 – Com o login feito, no ícone "vitrine de vagas" será possível se candidatar às oportunidades baseadas nas informações inseridas no seu perfil.

Passo 6 – Essa parte é com o Programa Jovem Aprendiz Paulista. O candidato será avisado caso alguma empresa queira fazer uma entrevista. Por isso, fique atento ao celular e também ao e-mail.

Passo 7 – Essa etapa é a da contratação. O candidato receberá orientações para o envio de documentos e assinatura de contrato. É importante que seu responsável esteja com você nesta fase de assinatura. Já separe para digitalização: Carteira de Trabalho, Declaração de Matrícula, RG e CPF.

CESAR NETO

www.cesarneto.com

CÂMARA (São Paulo)

Fake News : o compromisso desta coluna diária de política é com o Caráter das Éticas de DEUS, em relação os 55 vereadores(as) eleitos pro mais importante parlamento municipal do Brasil ...

.

PREFEITURA (São Paulo)

Fake News : o compromisso desta coluna diária de política é com o Caráter das Éticas de DEUS, em relação ao prefeito da mais importante prefeitura do Brasil, Ricardo Nunes (MDB) ...

.

ASSEMBLEIA (São Paulo)

Fake News : o compromisso desta coluna diária de política é com o Caráter das Éticas de DEUS, em relação aos 94 deputados(as) eleitos(as) pro maior e mais importante parlamento estadual do Brasil ...

.

GOVERNO (São Paulo)

Fake News : o compromisso desta coluna diária de política é com o Caráter das Éticas de DEUS, em relação ao governador do mais importante Estado do Brasilio, Tarcísio Freitas (Republicanos) ...

.

CONGRESSO (Brasil)

Fake News : o compromisso desta coluna diária de política é com o Caráter das Éticas de DEUS, em relação aos 2 senadores e uma senadora, mais 70 deputados(as) federais pelo Estado de São Paulo ...

.

PRESIDÊNCIA (Brasil)

Fake News : o compromisso desta coluna diária de política é com o Caráter das Éticas de DEUS, em relação ao ex-presidente Bolsonaro (PL), ao presidente Lula (PT) e ao vice Alckmin (ex-PSDB no PSB) ...

.

PARTIDOS (Brasil)

Fake News : o compromisso desta coluna diária de política é com o Caráter das Éticas de DEUS, em relação aos dirigentes dos partidos políticos, Pessoas Jurídicas de Direito Privado (Constituição 1988) ...

.

JUSTIÇAS (Brasil)

Fake News : o compromisso desta coluna diária de política é com o Caráter das Éticas de DEUS, em relação aos membros do Supremo Tribunal Federal, que devem buscar as Justiças Justas do Cristo Jesus ...

.

ANO 31

O jornalista Cesar Neto é editor da coluna diária de política - cesarneto.com - desde 1993. Recebeu "Medalha Anchieta" da Câmara (SP) e "Colar de Honra ao Mérito" da Assembleia (SP), por ter se tornado referência das liberdades possíveis

cesar@cesarneto.com

Secretário Kinoshita reforça importância da população nas audiências do PPA 2024-2027

O secretário da Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo, Samuel Kinoshita, convida a população paulista a participar das audiências públicas do PPA 2024-2027, o plano plurianual que define as diretrizes e os objetivos estratégicos de Governo e os programas para alcançá-los.

"Estamos abrindo audiências virtuais para a elaboração do Plano Plurianual, o PPA. O Governo Tarcísio de Freitas conta com três diretrizes, e uma delas é o diálogo. Para fomentar esse diálogo, precisamos que os cidadãos participem das audiências públicas", coloca o secretário. "Precisamos do maior número de informações para elaboramos uma peça orçamentária o mais aderente possível aos anseios das pessoas", completa.

A população pode, por exemplo, elencar projetos nas áreas de saúde, educação, segurança pública, assistência social, infraestrutura, mobilidade urbana, entre outros.

Já o subsecretário de Planejamento, Sérgio Mota, enfatiza o desafio de criar novas políticas públicas tendo como base o plano de governo de Tarcísio de Freitas, dando início a um novo ciclo para a população de São Paulo, com a entrega de resultados. "Temos espaço para melhorar o gasto público a partir de um PPA bem elaborado atingindo objetivos do governo e atendendo aos anseios dos paulistas", completa Mota.

A Sefaz-SP inicia as audiências públicas do PPA 2024-2027 na Região Administrativa Central, formada por 26 municípios no entorno de Araraquara e São Carlos. A reunião virtual será realizada em 4 de maio, às 14h, de forma virtual pelo Teams (link na tabela abaixo).

O plano plurianual, conhecido como PPA, define as diretrizes e os objetivos estratégicos do Governo do Estado de São Paulo e os programas para alcançá-los. Assim, as audiências públicas dão oportunidade aos cidadãos elencarem os projetos prioritários para cada região, além de serem essenciais na identificação das prioridades para a promoção do desenvolvimento paulista.

O calendário contempla 18 audiências, realizadas entre 4 de maio e 1° de junho – confira as datas e regiões na tabela abaixo. O público-alvo contempla a população paulista em geral, entidades representativas e servidores de prefeituras e órgãos públicos municipais.

O objetivo da iniciativa é ampliar a participação a toda a população, ofertando um espaço democrático que além de dar transparência, legitima o processo de planejamento orçamentário estadual. A opinião e sugestões da população paulista constituem o ponto central na construção do planejamento para o próximo PPA.

Ambiente de votação

Simultaneamente às audiências públicas, estará disponível de 4 de maio a 1° de junho o ambiente de votação do PPA-2024-2027, para que os cidadão possam escolher as áreas e projetos que, em sua opinião, colaborem para o desenvolvimento da região em que vivem.

O processo é bem simples: basta acessar o ambiente de votação e dar a sua opinião. O sistema também permite aos cidadãos a possibilidade de fazer comentários que qualifiquem suas escolhas.

Conforme o secretário da Sefaz-SP, Samuel Kinoshita, o PPA não é apenas um instrumento de planejamento governamental, mas também de transformação social, com destaque à promoção do bem-estar social e ao desenvolvimento sustentável do Estado de São Paulo.

Na elaboração do PPA 2024-2027, o atual Governo pretende dar continuidade às experiências bem-sucedidas, mas dar foco à melhoria da qualidade do gasto. Não há compromisso deste Governo com programas mal desenhados ou com entregas controversas e o Plano Plurianual é o instrumento privilegiado para uma profunda revisão daquilo que vem sendo implementado.

É preciso buscar compreender o contexto atual e planejar programas consistentes e capazes de enfrentar os desafios do próximo quadriênio. O Projeto de Lei contendo o Plano Plurianual de 2024/2027 deve ficar pronto para ser enviado à Alesp até o dia 11 de agosto deste ano, quatro dias antes do prazo constitucional.

Comissão aprova nova comunicação visual para Ciclofaixa de Lazer

A Comissão de Proteção à Paisagem Urbana (CPPU) da Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento (SMUL) aprovou o projeto de comunicação visual para a nova operação da Ciclofaixa de Lazer aos domingos e feriados na cidade. A publicação foi feita na quinta-feira (dia 20).

A Comissão deliberou sobre a exposição da logomarca do Consórcio Moove-SP e dos órgãos municipais envolvidos - Secretaria Municipal de Mobilidade e Trânsito (SMT) e Companhia de Engenharia de Tráfego (CET) - nos equipamentos de sinalização e segurança. Confira a publicação no Diário Oficial.

A presidência da CPPU determinou que a proposta de comunicação nas faixas, banners, cones e cavaletes siga os mesmos parâmetros utilizados por antigas administradoras das ciclofaixas e já aprovados pela Comissão.

Para a aprovação de novos itens necessários à ativação da Ciclofaixa de Lazer, a SMT deverá acionar novamente a CPPU para que o pedido seja apreciado em reunião do colegiado.

Ciclofaixa de Lazer

A Prefeitura de São Paulo, por meio da Secretaria Municipal de Mobilidade e Trânsito, concluiu o processo de concorrência para operação da Ciclofaixa de Lazer na cidade. O Consórcio Moove-SP foi o vencedor da licitação e assumiu o serviço no último dia 21. O contrato tem vigência de dois anos e investimento de R$ 83,4 milhões pela Prefeitura.

A Ciclofaixa de Lazer funciona aos domingos e feriados, das 7h às 16h.

A Moove-SP cuidará do planejamento, gestão e operação de todos os trechos que compõem os 114 km de extensão da Ciclofaixa de Lazer. Além de faixas de vinil e banners de sinalização, a empresa deverá segregar as vias que compõem os trechos com cones, cavaletes, banquetas e guarda-sóis. O objetivo é garantir um espaço seguro destinado aos ciclistas. Também serão mantidos 500 orientadores de travessia para proporcionar mais segurança a todos os usuários das vias durante os períodos de ativação.

CPPU

A Comissão de Proteção à Paisagem Urbana (CPPU) atua como guardiã da Lei Cidade Limpa. Ela é um colegiado composto por 16 representantes da sociedade civil e do poder público e delibera sobre intervenções na paisagem urbana da cidade de São Paulo.

Candidatos de concurso para professores devem apresentar títulos para classificação

Os candidatos aos cargos de Professor de Educação Infantil e Ensino Fundamental I e Professor de Ensino Fundamental II e Médio que estão participando do concurso da Secretaria Municipal de Educação já podem inserir os comprovantes dos seus títulos, por meio do link da FGV. O prazo é até o dia 30 de abril. A avaliação de títulos não é obrigatória, mas tem caráter classificatório.

O candidato que quiser ter seus títulos computados, deverá apresentá-los até dia 30 de abril. Entretanto, só serão avaliados os títulos dos candidatos aprovados na prova prática que deve ocorrer em maio.

De acordo com o Edital, serão considerados para pontuação, comprovantes de doutorado, mestrado e tempo de serviço em cargos e funções docentes do magistério.

O formulário deve estar preenchido conforme todas as orientações contidas no edital. É necessário atentar-se ao fato que todas as assinaturas devem estar autenticadas pelo cartório (com firma reconhecida).

Ao todo, 55.237 profissionais se candidataram às 1.980 vagas abertas para Professores de Ensino Fundamental II e Médio, para atuação nas disciplinas de Arte, Biologia, Ciências, Educação Física, Espanhol, Física, Geografia, História, Inglês, Matemática, Português, Química, Sociologia, Filosofia e Libras. Para a prova prática, foram convocados cerca de 6 mil candidatos. Concorreram às vagas de Professores de Educação Infantil e Ensino Fundamental I 96.807 profissionais, para 1270 vagas, dos quais, cerca de 4 mil participarão da prova prática. O concurso está em andamento desde janeiro.

Formulário para aderir à Virada Cultural já está disponível

Já está disponível o formulário para a Adesão de Equipamentos Culturais para a Virada Cultural 2023. Até o dia 2 de maio, as instituições interessadas podem submeter sua programação cultural, desde que sejam gratuitas para o público.

As programações passarão por avaliação da equipe de Curadoria de Programação. O preenchimento do formulário não garante adesão automática.

A Virada Cultural realizada pela Prefeitura de São Paulo, por meio da Secretaria Municipal de Cultura, será realizada nos dias 27 e 28 de maio. Em sua 18ª edição, o evento ocupa a capital por 24 horas com uma programação cultural diversa, distribuída por todas as regiões da Cidade.

As atrações acontecem em espaços públicos, equipamentos municipais e centros culturais parceiros. A Virada Cultural evidencia a vocação da cidade como um dos principais polos de arte e cultura do mundo, com muita música, dança, teatro, performance, artes visuais, saraus, cultura popular, circo e diversas manifestações artísticas.

Jornal O DIA S. Paulo

Administração e Redação
AZ Editores de Jornais, Livros, Revistas Ltda
Matriz:
Viaduto 9 de Julho, 180
1º andar - Sala 12
CEP: 01050-060
Fone: 3258-1822
Filial: Curitiba / PR

Jornalista Responsável
Maria Augusta V. Ferreira
Mtb. 19.548

Assinatura on-line
Mensal: R$ 20,00
Agência Brasil - EBC

Publicidade Legal
Atas, Balanços e Convocações
Fone: 3258-1822

Periodicidade: Diária
Exemplar do dia: R$ 3,50

A opinião de nossos colaboradores não representa necessariamente nossa opinião

E-mail: contato@jornalodiasp.com.br
Site: www.jornalodiasp.com.br

Congresso aprova reajuste para servidores e piso da enfermagem

O Congresso Nacional aprovou na quarta-feira (26) o Projeto de Lei do Congresso Nacional (PLN 2/23) que autoriza o reajuste dos servidores públicos federais. O projeto, aprovado na terça-feira (25) na Comissão Mista de Orçamento (CMO) prevê o reajuste de 9% aos servidores do Executivo a partir de maio. Na mesma sessão, foi aprovado o projeto que abre crédito especial no valor de R$ 7,3 bilhões para que o Ministério da Saúde possa auxiliar a implementação do piso salarial de várias categorias da enfermagem a partir de maio (PLN 5/23).

Os parlamentares aprovaram ainda, em bloco, o PLN 1/23, que destina R$ 4 bilhões ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, para pagar despesas do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), e o PLN 3/23, que destina R$ 71,44 bilhões para o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, para o pagamento do Bolsa Família. Em todas as votações, o único partido que se posicionou contra foi o Novo. Todos os projetos seguem agora para sanção presidencial.

Este é o primeiro acordo para reajuste firmado entre governo e servidores desde 2016. O texto do PLN prevê que impacto neste ano será de R$ 11,6 bilhões e já estava praticamente todo incluído no Orçamento de 2023.

Segundo o Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos, o aumento salarial dos servidores públicos federais foi consensuado por meio da Mesa de Negociação Permanente, com participação de entidades representativas de servidores públicos federais, em março.

"A proposta do governo aceita pelas entidades é de 9% de aumento salarial linear para todos os servidores a partir de maio, para ser pago dia 1º de junho, e aumento de 43,6%, representando R$ 200 a mais no auxílio-alimentação: passando de R$ 458,00 para R$ 658,00. Os efeitos financeiros começam a valer a partir da folha do mês de abril, com pagamentos a partir de 1º de maio", destacou o ministério.

Antes, os congressistas votaram diversos vetos do então presidente Jair Bolsonaro. Eles derrubaram o veto total (59/22) ao projeto de lei que reabre o prazo para dedução, no Imposto de Renda, das doações feitas a dois programas de assistência a pacientes com câncer e a pessoas com deficiência: os programas nacionais de apoio à atenção Oncológica (Pronon) e da Saúde da Pessoa com Deficiência (Pronas/PCD). A nova abertura de prazo valerá até o ano-calendário de 2025 para as pessoas físicas e até o ano-calendário de 2026 para as pessoas jurídicas. (Agencia Brasil)

Construção civil tem inflação de 0,23% em abril

O Índice Nacional de Custo da Construção-M (INCC-M), calculado pela Fundação Getulio Vargas (FGV), registrou inflação de 0,23% em abril deste ano. A taxa é maior que a de março (0,18%), mas menor que a de abril de 2022 (0,87%).

Com o resultado, o INCC-M acumula inflação de 0,93% no ano e de 7,48% em 12 meses.

Os materiais e equipamentos tiveram inflação de 0,14% em abril, ante uma deflação (queda de preços) de 0,07% em março. Já a mão de obra teve inflação de 0,23% no mês, taxa abaixo do índice de 0,27% de março. (Agencia Brasil)

Prévia da inflação oficial fica em 0,57% em abril

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo 15 (IPCA-15) - que mede a prévia da inflação oficial - ficou em 0,57% em abril deste ano. A taxa é inferior na comparação com as de março de 2023 (0,69%) e de abril de 2022 (1,73%), segundo dados divulgados na quarta-feira (26), no Rio de Janeiro, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Com o resultado de abril, o indicador acumula inflação de 2,59% no ano. Em 12 meses, o acumulado é de 4,16%, abaixo dos 5,36% registrados até o mês anterior.

Segundo o IBGE, em abril deste ano os nove grupos de despesas apresentaram inflação, com destaque para o setor de transportes (1,44%). Foram registradas altas de preços da gasolina (3,47%), etanol (1,10%) e passagens aéreas (11,96%).

Em segundo lugar, aparece o grupo saúde e cuidados pessoais (1,04%), cuja alta de preços foi puxada por itens como produtos farmacêuticos (1,86%) e plano de saúde (1,20%).

O grupo habitação também teve impacto relevante no IPCA-15, com variação de 0,48%, principalmente devido à energia elétrica residencial (0,84%).

A alimentação registrou a menor variação de preços entre todos os grupos de despesa (0,04%). Os demais grupos tiveram as seguintes taxas de inflação: vestuário (0,39%), despesas pessoais (0,28%), educação (0,11%), artigos de residência (0,07%) e comunicação (0,06%).

Segundo o IBGE, o IPCA-15 difere do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), considerado a inflação oficial do país, apenas no período de coleta que abrange, em geral, do dia 16 do mês anterior ao 15 do mês de referência e na abrangência geográfica.

A população pesquisada envolve as famílias com rendimentos de um a 40 salários mínimos, residentes em 11 áreas urbanas: Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba, Porto Alegre, além do Distrito Federal e de Goiânia. (Agencia Brasil)

Dívida Pública sobe 0,63% em março e fica em R$ 5,89 trilhões

O alto volume de vencimentos de títulos vinculados à taxa Selic (juros básicos da economia) fez a Dívida Pública Federal (DPF) continuar abaixo de R$ 6 trilhões em março. Segundo números divulgados na quarta-feira (26) pelo Tesouro Nacional, a DPF passou de R$ 5,856 trilhões em fevereiro para R$ 5,893 trilhões no mês passado, alta de 0,63%.

O Tesouro prevê que a DPF subirá nos próximos meses. De acordo com o Plano Anual de Financiamento (PAF), apresentado no fim de janeiro, o estoque da DPF deve encerrar 2023 entre R$ 6,4 trilhões e R$ 6,8 trilhões.

A Dívida Pública Mobiliária (em títulos) interna (DPMFi) subiu 0,74%, passando de R$ 5,617 trilhões em fevereiro para R$ 5,658 trilhões em março. No mês passado, o Tesouro resgatou R$ 19,75 bilhões em títulos a mais do que emitiu, principalmente em papéis vinculados à Selic. A dívida interna só subiu porque houve a apropriação de R$ 61,2 bilhões em juros.

Por meio da apropriação de juros, o governo reconhece, mês a mês, a correção dos juros que incide sobre os títulos e incorpora o valor ao estoque da dívida pública. Com a taxa Selic (juros básicos da economia) em 13,75% ao ano, a apropriação de juros pressiona o endividamento do governo.

No mês passado, o Tesouro emitiu R$ 168,59 bilhões em títulos da DPMFi. Com o alto volume de vencimentos em março, os resgates somaram R$ 188,34 bilhões.

No mercado externo, a queda do dólar em março diminuiu o endividamento do governo. A Dívida Pública Federal externa (DPFe) caiu 2%, passando de R$ 239,14 bilhões em fevereiro para R$ 234,36 bilhões em março. O principal fator foi a queda de 2,45% da moeda norte-americana no mês passado.

Colchão

Após subir em fevereiro, o colchão da dívida pública (reserva financeira usada em momentos de turbulência ou de forte concentração de vencimentos) voltou a cair em março. Essa reserva passou de R$ 996 bilhões em fevereiro janeiro para R$ 974 bilhões no mês passado. O principal motivo, segundo o Tesouro Nacional, foi a alta concentração de vencimentos em março.

Atualmente, o colchão cobre 9,22 meses de vencimentos da dívida pública. Nos próximos 12 meses, está previsto o vencimento de R$ 1,437 trilhão em títulos federais.

Composição

O alto volume de vencimentos mudou a composição da DPF. A proporção dos papéis corrigidos pelos juros básicos subiu levemente, de 40,64% em fevereiro para 39,08% em março. O PAF prevê que o indicador feche 2023 entre 38% e 42%. Como esse tipo de papel voltou a atrair o interesse dos compradores por causa das recentes altas da Selic, a previsão é que o percentual volte a subir nos próximos meses.

A fatia de títulos prefixados (com rendimento definido no momento da emissão) aumentou, passando de 23,74% para 24,7%. O PAF prevê que a parcela da Dívida Pública Federal corrigida por esse indicador terminará o ano entre 23% e 27%.

O Tesouro tem lançado menos papéis prefixados, devido à turbulência no mercado financeiro nos últimos meses. Esses títulos têm demanda maior em momento de estabilidade econômica.

Sem grandes vencimentos neste mês, a fatia de títulos corrigidos pela inflação na DPF subiu, passando de 31,29% para 32%. O PAF prevê que os títulos vinculados à inflação encerrarão o ano entre 29% e 33%.

Composto por antigos títulos da dívida interna corrigidos em dólar e pela dívida externa, o peso do câmbio na dívida pública passou de 4,34% para 4,22%. A dívida pública vinculada ao câmbio está dentro dos limites estabelecidos pelo PAF para o fim de 2023, entre 3% e 7%.

Detentores

As instituições financeiras seguem como principais detentoras da Dívida Pública Federal interna, com 28,1% de participação no estoque. Os fundos de investimento, com 23,8%, e os fundos de pensão, com 23,4%, aparecem em seguida na lista de detentores da dívida.

A participação dos não residentes (estrangeiros) caiu levemente, passando de 9,8% em fevereiro para 9,7% em março. A relativa estabilidade ocorreu apesar da turbulência nos mercados externos, marcado por crises em bancos norte-americanos e europeus. Os demais grupos somam 15% de participação.

Por meio da dívida pública, o governo pega dinheiro emprestado dos investidores para honrar compromissos financeiros. Em troca, compromete-se a devolver os recursos depois de alguns anos, com alguma correção, que pode seguir a taxa Selic (juros básicos da economia), a inflação, o dólar ou ser prefixada (definida com antecedência). (Agencia Brasil)

Na contramão do Brasil, indústria paranaense registra crescimento em fevereiro

Dados divulgados na quarta-feira (26) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) apontam que o setor industrial do Paraná registrou um aumento mensal de 0,4% em fevereiro em relação a janeiro deste ano. A variação segue uma tendência contrária à registrada pela indústria nacional, que teve um recuo de 0,2% no mesmo período.

O desempenho da indústria paranaense também foi positivo em fevereiro quando comparado ao mesmo mês de 2022, com um resultado 0,6% maior neste ano, ante uma queda em 12 dos 18 locais pesquisados, fazendo com que a média nacional registrasse uma redução de 2,4% neste recorte.

As maiores quedas sazonais entre os estados foram registradas no Rio Grande do Sul (-13,3%), Mato Grosso (-13%) e Ceará (-11,4%), enquanto os maiores crescimentos percentuais ocorreram no Amazonas (7,1%), Minas Gerais (6,7%) e Rio de Janeiro (6,4%).

A produção industrial estadual também ajudou o Paraná a fechar o primeiro bimestre de 2023 com um saldo acumulado positivo (0,1%), enquanto 11 dos 18 locais pesquisados pelo instituto possuem índices negativos no ano. No acumulado dos dois meses, o segmento recuou 1,1% no Brasil. As maiores expansões proporcionais deste ano até o momento foram nas indústrias instaladas no Amazonas, com crescimento de 10%, Maranhão (9,2%) e Minas Gerais (8,5%), enquanto os piores desempenhos aconteceram no Mato Groso (-13,8%), Rio Grande do Sul (-10,4%) e Bahia (-8,3%).

Outro aspecto analisado pelo IBGE é o confronto do último trimestre de 2022 com o primeiro bimestre deste ano, em que novamente o Estado demonstra um desempenho descolado do País. Enquanto o resultado nacional passou de 0,6% para -1,1%, com perdas mais acentuadas em Mato Grosso (de 1,0% para -13,8%), São Paulo (de 5,8% para -3,3%) e Rio Grande do Sul (de -1,8% para -10,4%), o Paraná está entre os estados que tiveram os principais avanços, passando de -10,8% para 0,1% neste início de 2023.

Entre os segmentos que ajudaram a alavancar o setor em todo o Estado está a fabricação de produtos derivados do petróleo, com um crescimento mensal de 25% em fevereiro comparado a fevereiro de 2022. Na sequência, também contribuíram com o bom desempenho a fabricação de celulose e papel (21,1%), móveis (8,6%), alimentos (3%), bebidas (0,6%) e a produtos de metal (0,4%).

A PIM Regional produz, desde a década de 1970, indicadores relacionados ao comportamento da produção real das indústrias extrativas e de transformação. O estudo traz, mensalmente, indicadores para 17 unidades da federação cuja participação é de, no mínimo, 0,5% no total do valor da transformação industrial nacional: Amazonas, Pará, Maranhão, Ceará, Rio Grande do Norte, Pernambuco, Bahia, Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e Goiás, além dos índices totais da Região Nordeste. (AENPR)

Toffoli vota para tornar réus mais 200 investigados por atos golpistas

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Dias Toffoli votou na quarta-feira (26) para tornar réus mais 200 envolvidos nos atos golpistas de 8 de janeiro. Na ocasião, vândalos depredaram as sedes do Supremo Tribunal Federal (STF), o Congresso Nacional e o Palácio do Planalto.

Com o voto de Toffoli, o placar do julgamento está em 2 a 0 pelo recebimento das denúncias. Na terça-feira (25), o relator, ministro Alexandre de Moraes, também votou a favor da acusação contra os investigados.

A votação virtual sobre o recebimento das denúncias feitas pela Procuradoria-Geral da República (PGR) vai até às 23h59 de terça-feira (2). Na modalidade virtual, os ministros depositam os votos no sistema eletrônico e não há deliberação presencial.

Se a maioria aceitar a denúncia, os acusados passarão a responder a uma ação penal e se tornam réus no processo. Em seguida, Moraes vai analisar a manutenção da prisão dos acusados que ainda permanecem detidos.

Dez ministros estão aptos a votar. Em função de aposentadoria de Ricardo Lewandowski, a Corte não conta com o voto do 11° ministro.

Na semana passada, na primeira votação sobre o caso, a Corte aceitou denúncia e tornou réus 100 investigados pela participação nos atos.

Conforme levantamento do STF, das 1,4 mil pessoas que permaneceram presas no dia dos ataques, 294 (86 mulheres e 208 homens) continuam no sistema penitenciário do Distrito Federal. Os demais foram soltos por não representarem mais riscos à sociedade e às investigações. (Agencia Brasil)

STF suspende análise no STJ da inclusão de créditos presumidos do ICMS

A Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça (STJ) começou na quarta-feira (26) com o julgamento sobre benefícios tributários que pode render cerca de R$ 90 bilhões aos cofres públicos. Mas o ministro André Mendonça, do Supremo Tribunal Federal (STF), determinou a suspensão da análise da ação.

Mendonça concedeu liminar (decisão provisória) a pedido da Associação Brasileira do Agronegócio (Abag), que argumentou o risco de aumento repentino da carga tributária sobre as empresas. Pela decisão do ministro, caso o STJ tenha iniciado o julgamento, ele não deverá produzir efeitos jurídicos até manifestação do Supremo sobre o assunto.

Ao receber a informação sobre a decisão liminar de Mendonça, os ministros do STJ interromperam a análise do caso, mas após breve deliberação decidiram continuar o julgamento, que até o momento segue em andamento com a sustentação oral das partes.

O presidente da Primeira Seção do STJ, ministro Sergio Kukina, disse que o colegiado foi informado da decisão de Mendonça, mas que ainda assim optou por continuar o julgamento, tendo em vista, inclusive, "que essa liminar ainda deverá ser submetida ao colegiado maior do Supremo".

O STJ vai definir um entendimento comum a ser aplicado sobre os recursos repetitivos da inclusão ou não de créditos presumidos do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), concedidos pelos estados e o Distrito Federal, na base de cálculo do Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins).

Segundo cálculos da equipe econômica, caso haja decisão favorável à União, representaria um incremento de R$ 88 bilhões na arrecadação federal.

Em sua decisão, Mendonça argumenta que o assunto se encontra em análise também no Supremo, por meio de um recurso extraordinário com repercussão geral reconhecida, ou seja, um caso cujo desfecho deverá servir de parâmetro para todos os processos do tipo.

Ele entende que haveria o risco de que, com a decisão do STJ, os casos sobre o tema na Justiça fossem concluídos ainda antes que o Supremo se debruce sobre a questão, motivo pelo qual o julgamento no tribunal superior deve ser suspenso. (Agencia Brasil)

“Ajuste fiscal não pode ser feito em cima do trabalhador”, diz Haddad

O ajuste fiscal não pode ser feito em cima do trabalhador, disse na quarta-feira (26) o ministro da Fazenda, Fernando Haddad. Ele comentou o julgamento do Superior Tribunal de Justiça (STJ) sobre incentivos fiscais que permitem empresas abaterem benefícios concedidos a estados do pagamento de tributos federais.

“Estamos muito confiantes e temos segurança de que estamos com a tese correta. O ajuste fiscal precisa ser feito, mas desta vez, não pode ser feito em cima do trabalhador. Sempre que tem ajuste fiscal, quem paga é quem ganha salário mínimo, que paga é quem está desempregado, é o beneficiário do Bolsa Família, quem paga é o SUS,Sistema Único de Saúde. Nós estamos fazendo a coisa certa, fazendo quem não paga imposto pagar”, declarou.

O STJ formou maioria a favor do governo, numa vitória que poderá reforçar a arrecadação em até R$ 90 bilhões. O julgamento, no entanto, depende de uma decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), após o ministro André Mendonça, do Supremo, conceder liminar que fará o caso ser julgado novamente.

O governo conta com uma decisão favorável em relação ao tema para reforçar a arrecadação e cumprir as metas fiscais propostas no projeto do novo arcabouço fiscal. Segundo o texto enviado ao Congresso na semana passada, o governo pretende zerar o déficit primário (resultado das contas do governo sem os juros da dívida pública) em 2024.

De acordo com Haddad, a cobrança é socialmente justa porque incide sobre grandes empresas que usavam o incentivo fiscal para pagarem menos tributo. O ministro criticou os empresários que se aproveitaram de uma interpretação da legislação que concedeu incentivos fiscais a estados para deixarem de pagar tributos.

“Se as pessoas estão sonegando imposto, porque não tem outra expressão, têm que pagar uma coisa que sempre se pagou a vida inteira, a Contribuição Social, o Imposto de Renda. Aí entraram com essa interpretação em cima de uma emenda parlamentar e abriram esse buraco no Orçamento federal. Esse buraco no Orçamento está prejudicando quem? Está prejudicando quem depende de serviços públicos, saúde, educação”, afirmou.

O ministro evitou comentar a liminar de André Mendonça. Apenas disse que, se necessário, o governo recorrerá a todas as instâncias, inclusive ao STF, para diminuir a sonegação.

“Temos muita consciência do que estamos fazendo. A tese é justa e estamos confiantes. Obviamente que a decisão é do STJ, dos ministros da Corte, muito respeitosamente. Mas a tese é muito correta, muito boa e vamos defender em todas as instâncias. Ainda tem o STJ, depois o STF. Estamos muito seguros”, declarou.

De acordo com o ministro, quando o Estado não cobra de quem não paga tributos, toda a sociedade paga pelo sonegador, por meio de inflação alta, juros altos e desemprego. “Vai contribuir para o ajuste fiscal quem não paga impostos, para que toda a sociedade seja beneficiada com menos inflação, menos juros e melhores serviços públicos. É simples. Chegou a hora de o Brasil se encontrar com ele mesmo, para fazer o que é necessário e salvaguardar os direitos constitucionais de quem mais precisa neste momento do Estado brasileiro”, concluiu Haddad. (Agencia Brasil)

Supremo julgará mais 250 investigados por atos golpistas

O Supremo Tribunal Federal (STF) vai julgar na próxima semana denúncias contra mais 250 envolvidos nos atos golpistas de 8 de janeiro. Será o terceiro grupo de investigados, totalizando 550 das 1,3 mil denúncias apresentadas pela Procuradoria-Geral da República (PGR).

O julgamento virtual será iniciado no dia 3 de maio. Na modalidade virtual, os ministros depositam os votos no sistema eletrônico e não há deliberação presencial.

Se a maioria dos ministros aceitar as denúncias, os acusados passarão a responder a uma ação penal e se tornam réus no processo. Eles deverão responder pelos crimes de associação criminosa armada, abolição violenta do Estado democrático de direito, golpe de estado, dano qualificado e incitação ao crime.

Nesta semana, a Corte está julgando o segundo grupo de 200 denunciados. Na semana passada, os primeiros 100 investigados se tornaram réus pelas acusações.

Conforme levantamento do STF, das 1,4 mil pessoas que permaneceram presas no dia dos ataques, 294 (86 mulheres e 208 homens) continuam no sistema penitenciário do Distrito Federal. Os demais foram soltos por não representarem mais riscos à sociedade e às investigações. (Agencia Brasil)

CNJ fará mutirão para registrar 2,7 mi de pessoas sem documento

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) prepara um esforço concentrado para emitir registro civil a mais de 2,7 milhões de pessoas que não têm nenhum documento, segundo informações do Censo 2022.

Na semana de 8 a 12 de maio, o órgão promove um mutirão em todas as unidades da federação. A prioridade será para pessoas em situação de rua, que dependem de um documento para ter acesso a direitos básicos, como programas assistenciais, matrículas em escolas públicas e atendimento no Sistema Único de Saúde (SUS).

A campanha Primeira Semana Nacional de Registro Civil - Registre-se! faz parte do Programa de Enfrentamento ao Sub-registro Civil e de Ampliação ao Acesso à Documentação Básica por Pessoas Vulneráveis, criado neste ano pela Corregedoria Nacional de Justiça, um dos braços do CNJ.

Outras populações socialmente vulneráveis também são alvo da iniciativa, como os povos indígenas, ribeirinhos, refugiados e população carcerária. O mutirão deve se repetir ao menos uma vez por ano.

Segundo levantamento do Instituto de Pesquisas Econômicas e Aplicadas (Ipea), a população em situação de rua no Brasil aumentou 211% em 2022 na comparação com 2021. Os dados mostram que há no país mais de 230 mil pessoas nessa condição.

Para que a iniciativa alcance esse público alvo, o CNJ tem mobilizado instituições e pessoas que já trabalham com essa temática, como o padre Júlio Lancelotti, que presta auxílio à população de rua de São Paulo.

Segundo o CNJ, o mutirão contará com o apoio da Associação Nacional dos Registradores de Pessoas Naturais (Arpen-Brasil) e demais associações de registradores civis para viabilizar a certidão de nascimento.

Defensorias públicas e o Ministério Público também são parceiros da iniciativa, auxiliando na presença de registradores em praças públicas, por exemplo. As corregedorias-gerais dos tribunais de cada estado ficarão a cargo de fiscalizar e apresentar os resultados do mutirão. (Agencia Brasil)

Defesa de Torres cita risco de suicídio e faz novo pedido de soltura

A defesa do ex-ministro da Justiça Anderson Torres entrou, na quarta-feira (26), com novo pedido de liberdade no Supremo Tribunal Federal (STF). A petição questiona a decisão do ministro Alexandre de Moraes, que, na semana passada, rejeitou a soltura.

Torres está preso em um batalhão da Polícia Militar do Distrito Federal desde 14 de janeiro. O ex-ministro é investigado no inquérito do STF que apura sua suposta omissão na contenção dos atos golpistas de 8 de janeiro. Na ocasião, ele estava à frente da Secretaria de Segurança do Distrito Federal.

No pedido de habeas corpus, os advogados citaram o quadro de saúde do ex-ministro e falaram em risco de suicídio.

De acordo com a defesa, laudos médicos elaborados após exames feitos na prisão mostram que Torres apresenta crises de ansiedade, fala palavras sem nexo e se diz “desanimo com a manutenção de sua vida”.

“Os efeitos deletérios da custódia cautelar podem levar o paciente a ceifar a própria vida. E, caso isso não ocorra, a única certeza que se tem é que seu estado mental tenderá a piorar, porquanto a única alternativa terapêutica para sua convalescença, segundo a médica da Secretaria de Saúde do DF, reside na sua internação domiciliar”, afirmou a defesa.

Ao manter a prisão de Anderson Torres, o ministro Alexandre de Moraes entendeu que a necessidade da prisão continua devido a “fortes indícios de que o ex-ministro foi conivente com a associação criminosa” que atuou nos atos golpistas de 8 de janeiro. (Agencia Brasil)

ATAS/BALANÇOS/EDITAIS/LEILÕES

Sigma-Aldrich Brasil Ltda.

CNPJ. nº 68.337.658/0001-27

Relatório da Diretoria

Atendendo às determinações legais, a Diretoria submete à apreciação o Balanço Patrimonial, a Demonstração de Resultados do exercício e demais Demonstrações Financeiras relativas ao exercício encerrado em 31-12-22. Rio de Janeiro-RJ, 25 de abril de 2023. **A Diretoria.**

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais)

Ativo	2022	2021
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	3.196	1.737
Contas a receber - Terceiros	17.760	16.749
Contas a receber - Partes relacionadas	182	-
Estoques	54.119	46.635
Impostos a recuperar	27.536	23.036
Imposto de Renda e Contribuição Social a recuperar	10.388	11.468
Outros créditos	17.246	7.326
Total do ativo circulante	**130.427**	**106.951**
Não circulante		
Depósitos Judiciais	809	801
Impostos diferidos	14.313	14.362
Imobilizado	1.740	1.740
Total do ativo não circulante	**16.862**	**16.903**
Total do ativo	**147.289**	**123.854**
Passivo	**2022**	**2021**
Circulante		
Fornecedores - Terceiros	16.081	8.864
Fornecedores - Partes relacionadas	15.453	8.071
Impostos e contribuições a recolher	11.954	5.361
Salários, provisão para férias e 13º Salário	3.044	2.237
Provisões Diversas	-	1.857
Outros a pagar	2.101	2.452
Total do passivo circulante	**48.633**	**28.842**
Não circulante		
Provisões Diversas	14.278	16.508
Provisão para contingências	7.348	7.088
Empréstimo de controladora	62.009	62.009
Total do passivo não circulante	**83.635**	**85.605**
Patrimônio líquido		
Capital social	129.736	129.736
Prejuízos Acumulados	(114.715)	(120.329)
Total do patrimônio líquido	**15.021**	**9.407**
Total do passivo	**147.289**	**123.854**

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 - (Em milhares de Reais)

	Capital social	Prejuízos Acumulados	Resultado do exercício	Total
Saldos em 31 de Dezembro de 2020	**129.736**	**(127.179)**	**-**	**2.557**
Lucro líquido do exercício	-	-	6.850	6.850
Destinação do lucro:				
Compensação do Prejuízo	-	6.850	(6.850)	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2021	**129.736**	**(120.329)**	**-**	**9.407**
Lucro líquido do exercício	-	-	5.614	5.614
Destinação do lucro:				
Compensação do Prejuízo	-	5.614	(5.614)	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2022	**129.736**	**(114.715)**	**-**	**15.021**

Demonstrações de resultados em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais)

	2022	2021
Receita operacional líquida	**157.402**	**131.691**
Custos das vendas	(91.803)	(86.477)
Lucro bruto	**65.599**	**45.214**
Despesas com vendas	(2.384)	(2.719)
Despesas administrativas	(59.849)	(47.942)
Outras receitas (Despesas)	2.208	13.445
Total de despesas operacionais	**(60.025)**	**(37.216)**
Receita financeira	2.453	1.111
Despesa financeira	(325)	(429)
Resultado financeiro	**2.128**	**682**
Resultado antes dos Impostos	**7.702**	**8.680**
Provisão para imposto de renda e contribuição social corrente	(1.493)	(4.125)
Provisão para imposto de renda e contribuição social diferido	(595)	2.295
Total de provisão para imposto de renda e contribuição social	**(2.088)**	**(1.830)**
Lucro líquido do exercício	**5.614**	**6.850**

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto em 31 de dezembro de 2022 e 2021 - (Em milhares de Reais)

	2022	2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	**5.614**	**6.850**
Ajustes para conciliar o lucro líquido:		
Depreciação e amortização	-	9
Provisão para obsolescência	1.230	(2.460)
Provisão para perda de crédito esperada do contas a receber	1.667	728
Constituição (reversão) provisão para contingências	260	(1.234)
Impostos de renda e contribuição social diferidos	49	(2.295)
Despesas (Receitas) financeiras, líquidas	(2.128)	(682)
Impostos de renda e contribuição social correntes	2.039	4.125
	8.731	5.041
Variações nos ativos e passivos		
Contas a receber - Terceiros	(2.678)	(5.536)
Estoques	(8.714)	(5.041)
Impostos a recuperar	(3.420)	(9.542)
Outros ativos	(9.928)	(1.334)
Fornecedores - Terceiros	7.217	2.780
Fornecedores - Partes relacionadas	7.200	4.188
Outras contas a pagar e provisões	(3.631)	9.737
Impostos e contribuições a recolher	6.592	1.770
	(7.362)	**(2.978)**
Demais juros pagos (recebidos)	2.128	682
Imposto de Renda pago sobre o lucro	(1.492)	(3.026)
Contribuição Social paga sobre o lucro	(546)	(1.099)
Caixa líquido utilizado nas atividades operacionais	1.459	(1.380)
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa	**1.459**	**(1.380)**
Demonstração do aumento do caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	1.737	3.117
No fim do exercício	3.196	1.737
	1.459	**(1.380)**

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado em contrário)

1. Contexto Operacional: A Sigma-Aldrich do Brasil Ltda. (Empresa) é uma sociedade constituída na forma de Sociedade Limitada, tributada pelo lucro real, com sede na Rua Torre Eiffel, 100 Lote 3 Gleba A, Galpão 2 - Parque Rincão, Cotia / SP, opera desde 2016 sob a gestão de sua controladora Merck S.A., sediada em Jacarepaguá - Rio de Janeiro/RJ. O objeto social da Empresa consiste na revenda de instrumentos e materiais para uso médico, cirúrgico, hospitalar e laboratoriais

2. Base de preparação: a. Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. A emissão dessas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foi autorizada pela Diretoria em 25 de abril de 2023. **b. Moeda funcional e moeda de apresentação:** Essas demonstrações financeiras estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Empresa. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo. **c. Uso de estimativas e julgamentos:** Na preparação destas demonstrações financeiras a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

3. Principais práticas contábeis: As práticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras. **(a) Moeda estrangeira:** Transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional utilizada pela Empresa, pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio vigente naquela data. O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o valor da moeda funcional no começo do período, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o período, e o valor em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do período de apresentação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes na conversão são reconhecidas no resultado. **(b) Receita de contrato com cliente:** A receita é reconhecida no resultado quando ou à medida que seja satisfeita a obrigação de performance ao transferir o controle do produto ou serviço prometido ao cliente. O produto ou serviço é considerado transferido quando ou à medida que o cliente obtém o controle do mesmo. Os custos associados e a possível devolução de mercadorias podem ser estimados de maneira confiável. Caso seja provável que descontos serão concedidos e o valor possa ser mensurado de maneira confiável, então o desconto é reconhecido como uma redução da receita operacional conforme as vendas são reconhecidas. **(c) Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício, corrente e diferido, são calculados com base nas alíquotas de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R$ 240 para o imposto de renda e alíquota de 9% sobre o lucro tributável para a contribuição social sobre o lucro líquido. A compensação de prejuízos fiscais é limitada a 30% do lucro tributável do exercício e não possui prazo prescricional. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. **(d) Estoques:** Os estoques são registrados pelo custo médio e demonstrado pelo menor valor entre o custo médio de aquisição e os valores de reposição ou realização. Os valores de estoques contabilizados não excedem os valores de mercado. **(e) Imobilizado:** A Empresa possui um terreno em Duque de Caxias/RJ registrado como Ativo Imobilizado pelo custo de aquisição, o bem *é mantido sem* sofrer depreciação conforme Art 122 da IN RFB no. 1700/2017. Os demais bens móveis e imóveis utilizados pela Empresa são de propriedade de sua controladora ou arrendado por ela. **(f) Instrumentos financeiros: • Reconhecimento e mensuração inicial:** O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Empresa se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. **• Provisão para perdas de crédito esperadas:** Para todas as contas a receber de clientes a Empresa possui uma abordagem simplificada de perda de crédito esperada. No reconhecimento inicial, as contas a receber de clientes estão sujeitas às regras de avaliação em 3 níveis e uma provisão para perdas é reconhecida diretamente. Essa provisão para perdas é mensurada pela perda de crédito esperada da vida útil (ECL). A ECL vitalícia é a perda de crédito esperada resultante de todos os possíveis eventos durante a vida útil esperada do recebível. Se um cliente ficar com prejuízo no crédito, as contas a receber desse cliente serão transferidas para o Nível 3 e a aplicação das taxas ECL de Nível 1 e 2 não será mais permitida e o percentual aplicado passa a ser de 100%. **• Ativos e passivos financeiros:** Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizados nas liquidações das obrigações de curto prazo. Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR, quando aplicável. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. **(g) Provisões:** Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Empresa possui uma obrigação legal constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. (**h) Empréstimos:** A Empresa possui mútuo a pagar para a controladora no valor de R$ 62.009 que se mantém desde 2019.A quantia recebida pela empresa está livre de quaisquer encargos, juros, despesas, tributos, taxas e contribuições de qualquer natureza, garantindo-lhe a plena recuperação do valor emprestado na sua equivalência original e o prazo de vencimento é indeterminado. **(i) Patrimônio Líquido: • Capital Social:** O Capital Social da Sociedade, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional, é de R$ 129.735.980,00 (cento e vinte de nove milhões, setecentos e trinta e cinco mil e novecentos e oitenta reais), dividido em 129.735.980 (cento e vinte de nove milhões, setecentos e trinta e cinco mil e novecentos e oitenta) quotas, no valor nominal de R$ 1,00 (um real) cada uma, assim distribuídas entre as sócias: **Merck S.A**. - detém 129.735.979 (cento e vinte de nove milhões, setecentos e trinta e cinco mil e novecentos e setenta e nove) quotas no valor nominal total de R$ 129.735.979,00. **Merck Finanz S.À.L.R**. - detém 1 (uma) quota no valor nominal de R$ 1,00. A única quota detida pela sócia Merck Finanz S.À.L.R no capital social da sociedade está gravada com o direito real de usufruto em favor de Merck S.A. O usufruto instituído reserva à Merck S.A. os direitos políticos e patrimoniais decorrentes dessa única quota gravada, e, portanto, a Merck S.A. titulariza o direito de voto, bem como o direito de percepção de frutos dessa quota, em especial, mas não se limitando a, dividendos e juros sobre capital próprio. O direito real de usufruto em favor de Merck S.A. perdurará pelo prazo de 30 (trinta) anos, nos termos do artigo 1.410, inciso III, do Código Civil.

Luiz Alberto Barreto - Diretor Financeiro
Regional CFO - Latin America - CPF nº 606.485.207-06

Rodrigo Frauches Medeiros - Contador
CRC-RJ-105681/O-9 - CPF nº 092.508.287-21

EDITAL DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO - PRAZO DE 01 (UM) MÊS. PROCESSO Nº 1006300-38.2017.8.26.0010 O MM. Juiz de Direito da 3ª Vara Cível, do Foro Regional X - Ipiranga, Estado de São Paulo, Dr. Carlos Antonio da Costa, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a EDNEIA MARTINS DA SILVA, CPF 168.788.138-32, que lhe foi proposta uma ação de Execução de Título Extrajudicial por parte de Sociedade Paulista de Educação e Pesquisa Ltda Me- Centro Educacional Objetivo, objetivando o recebimento da quantia de R$ 20.468,12 representada pela Instrumento Particular de Confissão de Dívida firmado pelas partes em 24/01/2014. Encontrando-se a executada em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua CITAÇÃO por EDITAL (CPC, art. 257, III), para os atos e termos da ação proposta e para, no prazo de 03 (três) dias, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, pagar a dívida, apresentar Embargos à Execução, no prazo de 15 (quinze) dias ou depositar 30% do valor total executado e requerer o parcelamento do restante, bem como sua INTIMAÇÃO para se manifestar acerca do bloqueio da quantia de R$ 613,49 efetuado pelo sistema Sisbajud. Em caso de revelia ser-lhe-á nomeado curador especial (CPC, art. 257, IV). Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 21 de outubro de 2022. Eu, Gustavo Martim Moreno, Escrevente Técnico Judiciário, revisei. Eu, Juliana Tande Higa, Escrivã Judicial I, conferi.

Branco Peres Agro S.A.

CNPJ 43.619.832/0001-01

Assembléia Geral Ordinária - Convocação

Ficam convocados os Srs. Acionistas a reunirem-se em AGOE, que realizar-se-á no dia 26/05/23, às 10:00 h, na sede social, R. da Consolação, 3.741, 9º a., cj. 91, s. 02, Jd. América, SP/SP, a fim de deliberar: **a)** Exame e discussão do Relat. dos Administradores e Demonstr. Financ. do Exer. encerrado em 31/12/22; **b)** Destinação do Result. do Exerc.; **c)** Exame e discussão da atualização Do Artigo 23, seguida da alteração do estatuto social, com alteração do CAPÍTULO III – DA ADMINISTRAÇÃO, em decorrência da atualização do referido artigo; **d)** Outros assuntos de interesse social. Encontram-se à disposição dos Acionistas, na sede social, os doctos. a que se refere o art. 133 da Lei 6404/76, com alterações da Lei 10.303/2001, relativos ao exercício social encerrado em 31/12/22. SP, 24/04/23. **Rafael Branco Peres; Karina Branco Peres; Rodrigo Branco Peres; Eduardo Garieri** – Conselho de Administração.

Marubeni Grãos Brasil S.A.

CNPJ/ME nº 25.142.875/0001-59

Demonstrações Financeiras Controladora e Consolidado - Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais)

Retificação

Na nota explicativa nº 15 leia-se: **15. Patrimônio líquido:** Capital social: Em 31 de dezembro de 2022, o capital social está representado por 84.999.000 ações no valor nominal de R$1 cada e estão assim distribuídas:

Acionistas	Ações	Participação %	BRL em 2021	Aumento de Capital em 15/12/2022	BRL em 2022
Marubeni Corporation	84.998.400	99,99	5.999	**78.999**	**84.998**
Koichi Nagashima	600	0,01	0,60	**0**	**0,60**
	84.999.000	100,00	6.000	**78.999**	**84.999**

IMARIBO S/A - INDÚSTRIA E COMÉRCIO

CNPJ/MF: 76.486.463/0001-77 NIRE: 4130001199-1

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

Ficam convocados os Srs. Acionistas da **Imaribo S/A - Indústria e Comércio**, para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária - (AGO) a ser realizada às 09h00, do dia 05/05/2023, na sede social da Companhia, localizada na Rua Alfred Nobel, 635, CIC, Curitiba/PR, a fim de deliberarem sobre as seguintes matérias:
(i) Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social da companhia encerrado em 31/12/2022; (ii) Destinação do resultado do exercício de 2022; (iii) Eleição dos membros do Conselho de Administração da Companhia; (iv) Fixar o montante da remuneração dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria da companhia; (v) Assuntos Gerais.

Curitiba, 24 de abril de 2023.
Diretor Superintendente
Paulo Roberto Pizani

VIRGO COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

(nova denominação da Isec Securitizadora S.A) - CNPJ/ME Nº 08.769.451/0001-08 - NIRE 35.300.340.949

EDITAL DE SEGUNDA CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL DOS TITULARES DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS DO AGRONEGÓCIO DA SÉRIE ÚNICA DA 31ª EMISSÃO DA VIRGO COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO *(NOVA DENOMINAÇÃO DA ISEC SECURITIZADORA S.A.)*.

Ficam convocados os Titulares dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio da Série Única da 31ª Emissão da **VIRGO COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO (*nova denominação da ISEC SECURITIZADORA S.A.*)**, com sede na Rua Tabapuã nº 1.123, 21º andar, cj. 215, Itaim Bibi, São Paulo, CEP: 04533-004 ("CRA", "Titular(es) do(s) CRA", "Emissão" ou "Operação", e "Emissora" respectivamente), e a **VÓRTX DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.**, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 22.610.500/0001-88 ("Agente Fiduciário") a reunirem-se em segunda convocação, para Assembleia Geral Extraordinária dos Titulares dos CRA ("Assembleia"), **a ser realizada em 05 de maio de 2023 às 10h,** de forma exclusivamente remota e eletrônica através da plataforma Microsoft Teams, conforme Resolução CVM nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), nos termos deste edital, e conforme cláusulas 13.3. e 13.3.3 do "*Termo de Securitização de Direitos Creditórios do Agronegócio para Emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio da 31ª (trigésima primeira) Emissão, em Série Única, da ISEC Securitizadora S.A., lastreados em Direitos Creditórios do Agronegócio Devidos pela Hortigil Hortifruti S.A.*" celebrado entre a Emissora e o Agente Fiduciário em 09 de março de 2021, conforme aditado ("Termo de Securitização"), para deliberar sobre a seguinte ordem do dia ("Ordem do Dia"): i. Em continuidade à Assembleia Geral de Titulares dos CRA realizada em 03 de março de 2023 e comunicados divulgados, ratificar a adimplência dos Titulares dos CRA que efetuaram a realização do respectivo aporte até a realização desta Assembleia, para fins de aplicação da Cláusula 13.6.2 do Termo de Securitização; ii. Em razão do valor do fundo de despesas aprovado em Assembleia Geral de Titulares do CRA realizada em 03 de março de 2023 ter superado o valor mínimo e considerando a complexidade envolvida na devolução do excedente, bem como que a Emissora continua a receber valores de aporte por Titulares de CRA para a regularização de sua adimplência, discutir e deliberar o destino do valor excedente a R$1.000.000,00 (um milhão de reais) do aporte realizado no Fundo de Despesas pelos Titulares dos CRA, entre as opções a seguir: (a) sua devolução proporcional aos Titulares de CRA adimplentes na data desta Assembleia e definição de regras para envio de informações bancárias pelos respectivos Titulares dos CRA à Emissora; ou (b) a retificação do quanto deliberado anteriormente e a manutenção do valor integral no fundo de despesas; iii. Discutir e deliberar sobre o procedimento a ser adotado para controle de adimplência dos Titulares de CRA em relação à obrigação de aporte previamente aprovada, para que qualquer Titular de CRA, até a data da realização de qualquer Assembleia, possa regularizar o respectivo aporte ou, no caso de novos Titulares de CRA, realizar aporte no mesmo valor anteriormente aprovado por quantidade de CRA, devendo tal controle ser mantido e atualizado e apresentado pela Emissora previamente a qualquer Assembleia; iv. A aprovação ou rejeição da prática de atos extraordinários, bem como de eventuais atos que possam gerar sucumbência, que venham a ser apresentados e/ou sugeridos, para proteção dos interesses dos Titulares dos CRA no âmbito da recuperação judicial nº 0803087- 20.2023.8.19.0001, do Grupo Americanas, em trâmite perante o Juízo da 4ª Vara Empresarial Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro, recursos ou incidentes relacionados ("Recuperação Judicial"); v. A aprovação ou rejeição, com ou sem ressalvas, sobre o plano de recuperação judicial a ser votado nos autos da Recuperação Judicial ("Plano"), a ser disponibilizado previamente para análise dos Titulares dos CRA, inclusive por meio da assinatura de termo de adesão. No caso de aprovação com ressalvas, estas deverão ser apresentadas e discutidas pelos Titulares dos CRA em assembleia; vi. A definição de limites e critérios para aceitação, pelo assessor legal, de eventuais ajustes ao Plano, conforme item "v" acima, que venham a ser implementados durante a assembleia geral de credores a ser realizada no âmbito da Recuperação Judicial, a serem previamente indicados pelo Assessor Legal; vii. A aprovação ou rejeição de eventual pedido de suspensão da assembleia de credores na Recuperação Judicial, pelo prazo de até 120 (cento e vinte) dias, inclusive por meio da assinatura de termo de adesão; e viii. A aprovação para que a Emissora, em conjunto com o Agente Fiduciário, celebre e adote todas e quaisquer medidas necessárias para refletir o aprovado nos itens acima. O material de apoio necessário para embasar as deliberações dos Titulares dos CRA está disponível (i) no site da Emissora: www.virgo.inc; e (ii) no site da CVM www.cvm.gov.br. A Emissora deixa registrado, para fins de esclarecimento, que o quórum de instalação da Assembleia em segunda convocação, será com a presença de Titulares de CRA em qualquer número, conforme cláusula 13.5 do Termo de Securitização. As deliberações na Ordem do Dia serão tomadas, conforme cláusula 13.6 do Termo de Securitização Titulares dos CRA que representem no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) dos Titulares dos CRA em Circulação presentes, desde que presentes à assembleia, no mínimo, 1/3 (um terço) dos Titulares dos CRA em Circulação. A Assembleia convocada por meio deste Edital ocorrerá de forma exclusivamente remota e eletrônica, através do sistema "Microsoft Teams" de conexão via internet por meio de link de acesso a ser disponibilizado pela Emissora àqueles Titulares dos CRA que enviarem ao endereço eletrônico da Emissora para **investidoresvirgo@virgo.inc** e ao Agente Fiduciário para **agentefiduciario@vortx.com.br e claims@vortx.com.br** impreterivelmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia com o título: "REPRESENTAÇÃO HORTIFRUTI": **(a)** quando pessoa física, documento de identidade; **(b)** quando pessoa jurídica, cópia de atos societários e documentos que comprovem a representação do Titular do CRA; **(c)** quando for representado por procurador, procuração com poderes específicos para sua representação na Assembleia, obedecidas as condições legais. Para efeito da constituição de quaisquer dos quóruns de instalação e/ou deliberação da Assembleia Geral serão excluídos os votos dados por Titulares dos CRA em conflito de interesses, que tenham individualizado seus créditos na Recuperação Judicial ou inadimplentes com suas obrigações, conforme cláusula 13.6.2 do Termo de Securitização. Conforme Resolução CVM 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente, e a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 26 de abril de 2023

VIRGO COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO - *(atual denominação da Isec Securitizadora S.A.)*

Fertimport S.A.

C.N.P.J 53.004.313/0001-84

Relatório da Administração

Prezados Acionistas: Nos termos da Lei e dos Estatutos Sociais, submetemos à consideração de Vossas Senhorias os Balanços Patrimoniais, Demonstrações dos Resultados, das Mutações dos Patrimônios líquidos, dos Fluxos de Caixas e/ou notas explicativas, relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022 e 2021. Permanecemos à disposição de V.Sas., para quaisquer esclarecimentos que julguem necessários. Santos (SP), abril de 2023 **A Administração**

Balanços Patrimoniais em 31 de Dezembro de 2022 e 2021 (Valores expressos em milhares de reais - R$)

Ativo	2022	2021
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	26.773	26.503
Contas a receber de clientes	6.713	3.274
Impostos a recuperar	615	321
Partes relacionadas	1.931	3.532
Dividendos a receber	2.411	2.141
Outras contas a receber	8.531	3.217
Total do ativo circulante	46.974	38.988
Não Circulante		
Impostos diferidos	11.555	10.140
Impostos a recuperar	1.204	1.939
Outras contas a receber	128	200
Investimentos em controladas e coligadas	184.326	86.498
Imobilizado	425	691
Intangível	4	24
Total do ativo não circulante	197.642	99.492
Total do Ativo	**244.616**	**138.480**

Passivo e Patrimônio Líquido	2022	2021
Circulante		
Fornecedores	2.654	4.739
Partes relacionadas	8.487	3.778
Obrigações sociais e tributárias	2.116	1.959
Impostos a recolher	193	4.118
Adiantamento de clientes	1.893	1.484
Total do passivo circulante	15.343	16.078
Não Circulante		
Provisão para riscos tributários, cíveis, trabalhistas e previdenciários	13.725	10.626
Provisão para benefícios pós-emprego	7.755	7.756
Outras contas a pagar	–	13
Total do passivo não circulante	21.480	18.395
Patrimônio Líquido		
Capital social	15.942	15.942
Reserva de capital	941	941
Reserva legal	3.188	3.188
Reserva de lucros	235.291	103.511
Outros resultados abrangentes	(47.569)	(19.575)
Total do patrimônio líquido	207.793	104.007
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	**244.616**	**138.480**

Demonstração do Resultado para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2022 e 2021 (Valores expressos em milhares de reais - R$)

	2022	2021
Receita Líquida de Vendas e Serviços	17.267	16.611
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	(13.529)	(9.445)
Lucro Bruto	3.738	7.166
Receitas (Despesas) Operacionais		
Com vendas	(290)	94
Gerais e administrativas	(2.631)	(3.692)
Resultado de equivalência patrimonial	127.954	42.567
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(1.100)	7.060
	123.933	46.029
Lucro Operacional antes do Resultado Financeiro	127.671	53.195
Resultado Financeiro, Líquido		
Receitas financeiras	2.694	4.642
Despesas financeiras	(312)	(136)
Variação cambial, líquida	146	769
	2.528	5.275
Lucro antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	130.199	58.470
Imposto de renda e contribuição social correntes	318	(10.669)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	1.263	1.285
Lucro Líquido do Exercício	131.780	49.086

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido Findos em 31 de Dezembro de 2022 e 2021 (Valores expressos em milhares de reais - R$)

	Capital social	Reserva de capital	Reserva legal	Reserva de lucros	Lucros acumulados	Outros resultados abrangentes	Total
Saldos em 31 de Dezembro de 2020	**15.942**	**941**	**3.188**	**54.425**	**–**	**(28.487)**	**46.009**
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	49.086	–	49.086
Ganho na mudança de premissas atuariais líquida de impostos	–	–	–	–	–	503	503
Ajustes acumulados de conversão	–	–	–	–	–	8.409	8.409
Retenção de lucros	–	–	–	49.086	(49.086)	–	–
Saldos em 31 de Dezembro de 2021	**15.942**	**941**	**3.188**	**103.511**	**–**	**(19.575)**	**104.007**
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	131.780	–	131.780
Ganho na mudança de premissas atuariais líquida de impostos	–	–	–	–	–	(282)	(282)
Ajustes acumulados de conversão	–	–	–	–	–	(27.712)	(27.712)
Retenção de lucros	–	–	–	131.780	(131.780)	–	–
Saldos em 31 de Dezembro de 2022	**15.942**	**941**	**3.188**	**235.291**	**–**	**(47.569)**	**207.793**

Demonstrações do Fluxo de Caixa para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2022 e 2021 (Valores expressos em milhares de reais - R$)

	2022	2021
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais		
Lucro líquido do exercício	131.780	49.086
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:		
Depreciação e amortização	310	291
Resultado de equivalência patrimonial	(127.954)	(42.567)
Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos	(1.581)	9.384
Provisão (reversão de provisão) para perda de crédito esperada	(147)	(125)
Provisão para benefícios pós-emprego	664	592
Provisão para Participação nos Resultados	911	945
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	7.946	4.716
	11.929	22.322
Redução (aumento) dos ativos operacionais:		
Contas a receber de clientes	(3.292)	(1.402)
Impostos a recuperar	441	2.779
Partes relacionadas	1.601	210
Dividendos	2.141	2.289
Outros ativos	(5.245)	(2.124)
Aumento (redução) dos passivos operacionais:		
Fornecedores	(2.085)	1.045
Obrigações sociais e tributárias	(754)	(932)
Impostos a recolher	2.332	304
Partes relacionadas	4.709	3.343
Provisão para benefícios pós-emprego	(1.093)	(845)
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	(4.847)	(3.304)
Adiantamento de clientes	409	266
Outras contas a pagar	(13)	(11)
Caixa gerado pelas operações	6.233	23.940
Imposto de renda e contribuição social pagos	(5.939)	(7.168)
Caixa líquido gerado (aplicado) pelas atividades operacionais	294	16.772
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento		
Redução de aplicações financeiras:		
Aquisição de imobilizado e intangível	(24)	(276)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(24)	(276)
Aumento (Redução) do Saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa	270	16.496
Caixa e Equivalentes de Caixa		
No início do exercício	26.503	10.007
No fim do exercício	26.773	26.503
Aumento (Redução) do Saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa	270	16.496

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2022 e 2021 (Valores expressos em milhares de reais - R$, com exceção para a quantidade de ações)

1. Contexto Operacional: A Fertimport S.A. (a seguir denominada "Fertimport" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado com sede no município de Santos, Estado de São Paulo. A Companhia tem como objeto social e atividade preponderante agenciamento, planejamento, coordenação e acompanhamento de transporte de cargas modais, agenciamento de navios, bem como atividades correlatas à logística de comércio exterior, podendo participar de outras sociedades ou delas desvincular-se. **2. Patrimônio Líquido: 2a) Capital Social:** O capital social integralizado em 31 de dezembro de 2022 e 2021, no valor de R$15.942, está representado por 228.571.429 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. A composição do capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2022 está demonstrada como segue:

Acionistas	Ações ordinárias	Valor	%
Bunge Alimentos S.A.	228.571.428	15.942	99,99%
Bunge Holdings B.V (NL)	1	–	0,01%
Total	228.571.429	15.942	100%

2b) Reserva de Lucros: 2b.1 - Reserva Legal: Conforme a Lei das Sociedades por Ações, a Companhia apropria 5% do seu lucro líquido anual para a reserva legal, até que esta atinja 20% do valor do capital social. A Companhia possui R$3.188 a título de reserva legal em 2022 e 2021. **2b.2 - Retenção de Lucros:** Em conformidade com o artigo 196 da Lei 6.404/76, a retenção de lucros no montante de R$235.291 (R$ 103.511 em 2021), está sujeita à destinação para atender aos planos de investimentos da Companhia, conforme orçamento de capital a ser deliberado em Assembleia Geral Ordinária.

A Diretoria

Contador

Ulisses Eduardo de Oliveira - BA-024834/O-6

PERKONS S/A

CNPJ nº 82.646.332/0001-02 - NIRE nº 41300020728

ATA DA 59ª ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

DATA: 14 de abril de 2.023. **HORA**: 14:00h (quatorze horas). **LOCAL**: Na sede da companhia na Rua Inajá, nº 366, Centro, em Pinhais, Estado do Paraná. **CONVOCAÇÃO**: Cartas-convites aos acionistas, expedidas com a antecedência legal. **PRESENÇAS**: Acionistas representando a totalidade (100%) do capital social, conforme registrado no Livro de Presença de Acionistas. **PUBLICAÇÕES**: Dispensadas as publicações diante do comparecimento de 100% (cem por cento) dos acionistas. **ORDEM DO DIA**: a) Reeleição da Diretoria. **MESA**: Presidente: Luiz Gustavo Cunha de Oliveira Campos, Secretário: Régis Eidi Nishimoto. **CONSIDERAÇÕES**: **a)** *os acionistas presentes* **aprovam a reeleição e posse do atual Diretor Comercial da Companhia, Sr. Luiz Gustavo Cunha de Oliveira Campos**, brasileiro, casado, engenheiro eletricista, portador do RG nº 4.976.993-8/PR, inscrito no CPF/MF sob nº 015.886.509-01, residente e domiciliado na Rua Capitão Leônidas Marques, 893 - Casa 19 - bairro Jardim das Américas, em Curitiba, Paraná. O Diretor ora reeleito e empossado, terá prazo de mandato de 3 (três) anos, podendo ser reeleito e declara sob as penas da lei que não está impedido de exercer a administração da Companhia, seja por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos de pena que vede, ainda que temporariamente, o exercício da atividade, **aprovam a reeleição e posse do atual Diretor Técnico da Companhia, Sr. Regis Eidi Nishimoto**, brasileiro, casado, engenheiro eletricista, portador do RG nº 6.111.376-2/PR, inscrito no CPF/MF sob nº 028.912.739-40, residente e domiciliado na Rua Quintino Bocaiuva, nº 227 - ap. 901 - bairro Cabral, em Curitiba, Paraná. O Diretor ora reeleito e empossado, terá prazo de mandato de 3 (três) anos, podendo ser reeleito e declara sob as penas da lei que não está impedido de exercer a administração da Companhia, seja por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos de pena que vede, ainda que temporariamente, o exercício da atividade empresarial.
ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a tratar e encerradas as matérias constantes da ordem do dia, o Sr. Presidente declarou suspensos os trabalhos da Assembleia pelo tempo necessário à lavratura da presente Ata que, lida em alta voz e achada exata e conforme, depois de reaberta a sessão, foi aprovada e assinada por mim, Régis Eidi Nishimoto, Secretário da Assembleia, pelo Sr. Presidente e pelos acionistas presentes. Pinhais, 14 de abril de 2023

Luiz Gustavo Cunha de Oliveira Campos – Presidente da Assembleia
Regis Eidi Nishimoto – Secretário da Assembleia

Acionistas:
NAUDIN PARTICIPAÇÕES S/A – Walter Alberto Mitt Schause
DARGOS PARTICIPAÇÕES S/A – Walter Alberto Mitt Schause
LAIME PARTICIPAÇÕES S/A – Eduardo Augusto Purin Schause

PERKONS S/A
CNPJ nº 82.646.332/0001-02 - NIRE nº 41300020728
TERMO DE POSSE DIRETORIA

Aos 14 dias do mês de abril do ano de 2023, compareceu à sede da companhia **PERKONS S/A**, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ sob n.º 82.646.332/0001-02 e no NIRE 41300020728, localizada na Rua Inajá, nº366, Centro, Pinhais/PR, o Sr. **Regis Eidi Nishimoto**, brasileiro, casado, engenheiro eletricista, portador da RG n° 6.111.376-2/PR, inscrito no CPF/MF nº 028.912.739-40, residente e domiciliado na Rua Quintino Bocaiuva, nº 227 - AP901 - bairro Cabral, em Curitiba, Paraná, reeleito para ocupar o cargo de Diretor da companhia por ocasião da 59ª ata da Assembleia Geral Extraordinária da sociedade, realizada em 14/04/2023, com mandato de 3 (três) anos, que se inicia em 29/04/2023 e encerra no dia 29/04/2026, ficando investido no cargo com a assinatura do presente termo de posse, na forma do artigo 149 da Lei 6.404/76, com todos os poderes, direitos e obrigações que lhe são atribuídos pela legislação vigente e pelo Estatuto da Companhia. O diretor ora investido declara que preenche as condições exigidas pela Lei 6.404/76, não tendo sido condenado por crimes de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, crimes falimentares ou contra a economia popular, ou qualquer outro tipo de crime que vede, ainda que temporariamente, acesso a cargos públicos. Finalmente, compromete-se o diretor empossado a respeitar o Estatuto da Companhia, o qual declara conhecer as cláusulas, bem como empregar no exercício de suas funções, o cuidado e diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração dos seus próprios bens, conforme prega o artigo 153 da Lei 6.404/76. O diretor empossado compromete-se ainda a comunicar por escrito à companhia a alteração do endereço acima declarado e qualquer impedimento que por ventura venha a surgir no exercício do mandato, nos termos do artigo 149,§2° da Lei 6.404/76.

Regis Eidi Nishimoto – Diretor Técnico
Jesica Aparecida Santos Moreira – Contadora Responsável – CRC :PR-070781/O-8

PERKONS S/A
CNPJ nº 82.646.332/0001-02 - NIRE nº 41300020728
TERMO DE POSSE DIRETORIA

Aos 14 dias do mês de abril do ano de 2023, compareceu à sede da companhia **PERKONS S/A**, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ sob n.º 82.646.332/0001-02 e no NIRE 41300020728, localizada na Rua Inajá, nº366, Centro, Pinhais/PR, o **Sr. Luiz Gustavo Cunha de Oliveira Campos, brasileiro**, casado, engenheiro eletricista, portador da RG n° 4.976.993-8/PR, inscrito no CPF/MF nº 015.886.509-01, residente e domiciliado na Rua Capitão Leônidas Marques, 893 - Casa 19 - bairro Jardim das Américas, Paraná, reeleito para ocupar o cargo de Diretor da companhia por ocasião da 59ª ata da Assembleia Geral Extraordinária da sociedade, realizada em 14/04/2023, com mandato de 3 (três) anos, que se inicia em 29/04/2023 e encerra no dia 29/04/2026, ficando investido no cargo com a assinatura do presente termo de posse, na forma do artigo 149 da Lei 6.404/76, com todos os poderes, direitos e obrigações que lhe são atribuídos pela legislação vigente e pelo Estatuto da Companhia. O diretor ora investido declara que preenche as condições exigidas pela Lei 6.404/76, não tendo sido condenado por crimes de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, crimes falimentares ou contra a economia popular, ou qualquer outro tipo de crime que vede, ainda que temporariamente, acesso a cargos públicos. Finalmente, compromete-se o diretor empossado a respeitar o Estatuto da Companhia, o qual declara conhecer as cláusulas, bem como empregar no exercício de suas funções, o cuidado e diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração dos seus próprios bens, conforme prega o artigo 153 da Lei 6.404/76. O diretor empossado compromete-se ainda a comunicar por escrito à companhia a alteração do endereço acima declarado e qualquer impedimento que por ventura venha a surgir no exercício do mandato, nos termos do artigo 149,§2° da Lei 6.404/76.

Luiz Gustavo Cunha de O. Campos – Diretor Comercial
Jesica Aparecida Santos Moreira – Contadora Responsável – CRC :PR-070781/O-8

Registrado na JUCEPAR sob nr. 20232614571 em 25/04/2023. Protocolo 232614571 Leandro Marcos Raysel Biscaia - Secretário Geral.

AEM Participações S.A.

CNPJ nº 05.062.403/0001-89 - NIRE 35.300.191.013

Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2022 e 2021 *(Valores em milhares de Reais, exceto quando indicado em outra forma)*

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Ativo	Nota	2022	2021
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa		4.084	2.246
Impostos a recuperar		124	38
Dividendos à receber	4	280.670	378.269
Partes relacionadas	4		70
		284.878	380.623
Não circulante			
Investimentos	5	13.231.967	12.492.659
Total do ativo		**13.516.845**	**12.873.282**

Passivo e Patrimônio Líquido	Nota	2022	2021
Circulante			
Impostos a recolher		5	1
Dividendos à pagar	4	280.206	377.771
		280.211	377.772
Patrimônio líquido	6		
Capital social		7.584.730	7.584.730
Reservas de lucros		4.329.422	3.280.366
Ajustes de avaliação patrimonial		1.322.482	1.630.414
		13.236.634	12.495.510
Total do passivo e patrimônio líquido		**13.516.845**	**12.873.282**

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

	Nota	2022	2021
Resultado de participações societárias			
Resultado equivalência patrimonial	5	1.181.767	1.592.713
Despesas operacionais			
Outras despesas operacionais		(2.509)	(2.239)
Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro		**1.179.258**	**1.590.474**
Resultado financeiro		556	141
Lucro (prejuízo) antes do IRPJ e da CSLL		**1.179.814**	**1.590.615**
IRPJ e CSLL			
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		**1.179.814**	**1.590.615**
Lucro líquido (prejuízo) básico e diluído por ação (em reais)		1,72	2,32
Quantidade média de ações (em milhares de ações)		684.730	684.730

DEMONSTRAÇÃO DE MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Nota	Capital Social	Reserva de lucros: Incentivos fiscais	Reserva de lucros: Reserva legal	Reserva de lucros: Reserva de retenção	Lucros acumulados	Ajustes de avaliação patrimonial	Total
Em 1º de janeiro de 2021		**7.584.730**	**2.620**	**412.955**	**1.377.872**		**1.220.675**	**10.598.852**
Lucro do exercício						1.590.615		1.590.615
Reflexo de outros resultados abrangentes de controlada							409.739	409.739
Total do resultado abrangente do exercício						**1.590.615**	**409.739**	**2.000.354**
Efeito da diluição da participação societária - aquisição da McInnis					378.297			378.297
Ganho líquido na venda de ações e diluição de participação - CBA					139.083			139.083
Constituição de reserva legal	6 (c)			79.531		(79.531)		
Dividendos distribuídos	6 (b)				(243.305)			(243.305)
Dividendos mínimos obrigatórios	6 (b)							(377.771)
Retenção de lucros					1.133.313	(1.133.313)		
Total de contribuições dos acionistas e distribuições aos acionistas				**79.531**	**1.407.388**	**(1.590.615)**		**(103.696)**
Em 31 de dezembro de 2021		**7.584.730**	**2.620**	**492.486**	**2.785.260**		**1.630.414**	**12.495.510**
Lucro do exercício						1.179.814		1.179.814
Reflexo de outros resultados abrangentes de controlada							(281.410)	(281.410)
Total do resultado abrangente do exercício						**1.179.814**	**(281.410)**	**898.404**
Total de contribuições dos acionistas e distribuições aos acionistas								
Ganho líquido na venda de ações e diluição de participação - CBA					79.256			79.256
Reflexo da aquisição de participação de não controladores - Alux Brasil					(11.889)			(11.889)
Reflexo do efeito do ajuste contábil inicial da economia hiperinflacionária					22.163			22.163
Dividendos revertidos					377.771			377.771
Reclassificação de valor justo de ações na aquisição de investimentos					38.693		(38.693)	
Reclassificação de resultados abrangentes na venda de investimento					(12.171)		12.171	
Constituição de reserva legal	6 (c)			58.991		(58.991)		
Dividendos distribuídos	6 (b)				(344.375)			(344.375)
Dividendos mínimos obrigatórios	6 (b)					(280.206)		(280.206)
Retenção de lucros					840.617	(840.617)		
Total de contribuições dos acionistas e distribuições aos acionistas				**58.991**	**990.065**	**(1.179.814)**	**(26.522)**	**(157.280)**
Em 31 de dezembro de 2022		**7.584.730**	**2.620**	**551.476**	**3.775.326**		**1.322.482**	**13.236.634**

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS ABRANGENTES

	2022	2021
Lucro líquido do exercício	**1.179.814**	**1.590.615**
Outros componentes do resultado abrangente a serem posteriormente reclassificados para o resultado - reflexo de controlada em conjunto		
Variação cambial de investimentos no exterior	(318.420)	146.651
"Hedge accounting" de investimentos líquidos no exterior	(27.090)	(3.029)
"Hedge accounting" operacional de controladas	(2.840)	150.223
Valor justo disponíveis para venda	(784)	(837)
Outros reflexos de controladas e coligadas	38.098	107.512
	(311.037)	**400.519**
Outros componentes do resultado abrangente líquido que não serão reclassificados para o resultado - reflexo de controlada em conjunto		
Ganhos e perdas atuariais com benefícios de aposentadoria	29.627	9.220
Outros componentes do resultado abrangente do exercício	**(281.410)**	**409.739**
Total do resultado abrangente do exercício, líquido dos efeitos tributários	**898.404**	**2.000.355**

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

	2022	2021
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes do IRPJ e CSLL	1.179.814	1.590.615
Ajustes de itens que não representam alteração de caixa e equivalentes de caixa		
Equivalência patrimonial	(1.181.767)	(1.592.713)
Variações nos ativos e passivos		
Aumento (diminuição) em outros ativos e passivos	(11)	(90)
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades operacionais	**(1.964)**	**(2.188)**
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Dividendos recebidos	348.177	247.250
Caixa líquido gerado pelas atividades de investimentos	**348.177**	**247.250**
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Dividendos pagos	(344.375)	(243.305)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	**(344.375)**	**(243.305)**
Acréscimo (decréscimo) em caixa e equivalentes de caixa	**1.838**	**1.757**
Caixa e equivalentes de caixa no inicio do exercício	**2.246**	**489**
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	**4.084**	**2.246**
Transação que não afetou o caixa		
Reversão de dividendos a receber	378.269	
Reversão de dividendos a pagar	377.771	

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. Considerações gerais: AEM Participações S.A. ("Companhia", ou "AEM") é uma empresa de capital privado e que possui 25% das ações da Hejoassu Administração S.A., e a Companhia tem sede na cidade de São Paulo, Brasil. A Companhia foi constituída em 08/05/2002 e tem como atividade principal a administração de bens e empresas. **2. Apresentação e aprovação das demonstrações financeiras:** A emissão dessas demonstrações financeiras foi aprovada pela Diretoria em 24/04/2023, considerando os eventos subsequentes ocorridos até essa data, que tiveram efeito sobre as divulgações das referidas demonstrações. **2.1. Base de apresentação: 2.2. Demonstrações financeiras individuais:** As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e certos ativos e passivos financeiros, inclusive instrumentos financeiros, reflexos de controlada, foram mensurados ao valor justo pelo resultado. A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. As áreas que requerem maior nível de julgamento e apresentam maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão descritas na Nota 3. A Companhia é controladora em conjunto da Hejoassu Administração S.A. e optou, como permitido pelo CPC 19 (R2) em reconhecer esse investimento utilizando o método da equivalência patrimonial, não tendo sido a mesma consolidada proporcionalmente. **3. Principais práticas e estimativas contábeis adotadas:** As estimativas e premissas contábeis são continuamente avaliadas e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício financeiro, estão contempladas abaixo. **(a) Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a insignificante risco de mudança de valor. Nas demonstrações do fluxo de caixa, o caixa e os equivalentes de caixa são apresentados líquidos dos saldos tomados. **(b) Investimentos:** Os investimentos em sociedades coligadas e controladas são registrados e avaliados pelo método de equivalência patrimonial (MEP), tendo como contrapartida o resultado do exercício. No caso de variação cambial de investimento em coligadas e controladas indiretamente no exterior, as variações no valor do investimento decorrentes exclusivamente de variação cambial, são registradas na conta "Ajuste de avaliação patrimonial", no patrimônio líquido da Companhia, e somente são registradas ao resultado do exercício quando o investimento for alienado ou considerado como perda. Quando necessário, as práticas contábeis das investidas são alteradas para garantir consistência com as práticas adotadas pela Companhia. **(c) Apuração do resultado:** O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime de competência.

4. Partes relacionadas: Saldos e transações com partes relacionadas:

	Valores a receber 2022	Valores a receber 2021	Dividendos a receber 2022	Dividendos a receber 2021	Dividendos a pagar 2022	Dividendos a pagar 2021
Hejoassu Administração S.A.			280.670	378.269		
ERMAN Participações S.A.		11				
JEMF Participações S.A.		27				
MRC Participações S.A.		32				
Dividendos a pagar aos acionistas (pessoas físicas)					280.206	377.771
		70	280.670	378.269	280.206	377.771

As transações com partes relacionadas referem-se estritamente ao curso normal das operações, e são relacionados aos dividendos a receber e a pagar para os seus acionistas, entre outras operações.

5. Investimentos:

Investimentos – Avaliados por equivalência patrimonial	Informação da investida em 31/12/2022: Patrimônio Líquido	Resultado do exercício	Percentual de participação (%)	Resultado de equivalência patrimonial 2022	Resultado de equivalência patrimonial 2021	Saldo de investimento 2022	Saldo de investimento 2021
Hejoassu Administração S.A.	52.927.843	4.727.066	25,00	1.181.767	1.592.713	13.231.960	12.492.652
Outros investimentos						7	7
Total dos investimentos				1.181.767	1.592.713	13.231.967	12.492.659

6. Patrimônio líquido: (a) Capital social: O capital social, em 31/12/2022 e 2021 é de R$ 7.584.730.000,00 (sete bilhões, quinhentos e oitenta e quatro milhões, setecentos e trinta mil reais), totalmente subscrito e integralizado e representado por 684.730.000 ações ordinárias nominativas. **(b) Dividendos:** Os dividendos são calculados com base em 25% do lucro líquido do exercício deduzido de reserva legal, de acordo com o estatuto da Companhia. Durante o período de um ano findo em 31/12/2022, a Companhia deliberou o pagamento aos seus acionistas, o montante de R$ 344.375 correspondente a dividendos relativos parte do saldo de "Reservas de lucros" acumulados até dezembro de 2021, e deliberou os dividendos mínimos obrigatórios referentes ao exercício de 2021, no valor de R$ 280.206 conforme detalhado no quadro a seguir.

	2022	2021
Lucro líquido do exercício	1.179.814	1.590.615
Reserva legal	(58.991)	(79.531)
Base de cálculo dos dividendos	1.120.823	1.511.084
Dividendos propostos (25% sobre o lucro líquido)	280.206	377.771
Dividendos adicionais - exercícios anteriores	344.375	243.305
Dividendos distribuídos e propostos	624.581	621.076
Porcentagem sobre o lucro líquido do exercício	25%	25%
Dividendos propostos por lote de mil ações	0,41	0,55
	684.730	684.730

(c) Reserva legal e de retenção de lucros: A reserva legal é constituída pela apropriação de 5% do lucro líquido do exercício social ou saldo remanescente, limitado a 20% do capital social, podendo ser utilizada somente para aumento de capital ou absorção de prejuízos acumulados. A reserva de retenção é constituída para registrar a retenção do saldo remanescente de lucros acumulados, a fim de atender principalmente ao projeto de crescimento dos negócios estabelecido no plano de investimentos da Companhia. **(d) Ajustes de avaliação patrimonial:** A Companhia reconhece nessa rubrica o efeito das variações cambiais sobre os investimentos em controladas no exterior, detidas de forma direta ou indireta. Esse efeito acumulado será revertido para o resultado do exercício como ganho ou perda somente em caso de alienação ou perda do investimento. Também são consideradas nesta rubrica: a variação cambial de dívidas e derivativos designados para mitigar riscos cambiais, preços de *commodities* e taxa de juros (contabilidade de *hedge*), ganhos e perdas atuariais dos planos de pensão, e a parcela de valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda.

Luís Ermírio de Moraes – Diretor
Rubens Ermírio de Moraes – Diretor
Paulo Midena - Contador – CRC nº 1SP 171.463/O-9

Jornal O DIA SP
Edição impressa produzida pela **Jornal O Dia SP** com circulação diária, em bancas e para assinantes. As íntegras dessas publicações encontram-se disponíveis no site: https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal

BRAZILIAN SECURITIES COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

CNPJ/MF: 03.767.538/0001-14 - NIRE: 35.300.177.401

Edital de Primeira Convocação Para a Quarta Assembleia Especial de Titulares dos Certificados de Recebíveis do Imobiliários das 156ª e 157ª Séries da 1ª Emissão da Brazilian Securities Companhia de Securitização

Ficam convocados os Srs. Titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 156ª e 157ª Séries da 1ª Emissão da Brazilian Securities Companhia de Securitização ("CRI" e "Securitizadora", respectivamente), nos termos da Cláusula 11 do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 156ª e 157ª Séries da 1ª Emissão da Brazilian Securities Companhia de Securitização ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em 1ª convocação para a Quarta Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("AGT" e "Titulares dos CRI", respectivamente), a se realizar no dia 18 de maio de 2023, às 10:00 horas, de forma exclusivamente remota e digital, nos termos da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), por meio da plataforma "Microsoft Teams", coordenada pela Securitizadora, com sede na Avenida Paulista, nº 1.374, 17º andar, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, para que deliberem sobre a seguinte ordem do dia: (i) Alteração de pagamento dos juros mensais aos Investidores dos CRI, a partir da deliberação da assembleia, de modo a permitir que seja retido mensalmente na Conta da Emissão o valor mínimo de R$ 10.000,00 (dez mil reais) após a previsão do pagamento das despesas descritas na cláusula 4.6 do Termo de Securitização. Desse modo, será dispensada a necessidade de verificação da existência de recursos para pagamento integral dos juros registrados no sistema da B3, podendo ocorrer o pagamento de valor parcial referente aos juros vencidos em determinado mês, caso não existam recursos suficientes para pagamento integral. (ii) Autorizar a Securitizadora a renegociar os Créditos Imobiliários inadimplentes contemplando eventual concessão de desconto nos encargos, sendo certo que as informações necessárias para decisão serão disponibilizadas aos investidores que direcionarem os documentos para participação na assembleia. (iii) Aprovação das demonstrações financeiras do Patrimônio Separado apresentadas pela Securitizadora, acompanhadas do relatório dos auditores independentes, referente ao exercício social findo em dezembro de 2022, em atenção ao artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. A respectiva demonstração financeira está disponível no site da Securitizadora desde 30 de março de 2023. Será admitido o uso da instrução de voto à distância, sendo que o modelo do "voto" está disponível no site da Securitizadora e deve ser encaminhado em até 2 (dois) dias úteis da realização da assembleia. Para que recebam o link de acesso, disponibilizado pela Securitizadora, que será realizada pela plataforma Microsoft Teams e acessada com câmera, os Titulares dos CRI deverão encaminhar os documentos de representatividade descritos a seguir, preferencialmente, em até 2 (dois) dias úteis antes da AGT, tanto para a Securitizadora, quanto para o Agente Fiduciário, nos seguintes e-mails: produtos.bs@grupopan.com e af.assembleias@oliveiratrust.com.br. Os documentos necessários para o investidor pessoa física são: cópia do documento de identidade do titular do CRI, ou caso representado por procurador, cópia digitalizada da respectiva procuração: (i) com firma reconhecida, abono bancário ou, na ausência destes: (ii) acompanhada de cópia digitalizada dos documentos de identidade do titular do CRI e do outorgado. Os documentos necessários para os participantes pessoa jurídica são: a) cópia autenticada e digitalizada do Estatuto, Contrato Social ou documento equivalente, acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do titular do CRI; e b) cópia digitalizada do documento de identidade do representante legal; ou, caso representado por procurador, cópia digitalizada da respectiva procuração (i) com firma reconhecida, abono bancário ou, na ausência destes: (ii) acompanhada de cópia digitalizada dos documentos dos outorgantes da procuração e do outorgado.

São Paulo, 27 de abril de 2023
Brazilian Securities Companhia de Securitização

BS Holding S.A.

CNPJ/MF nº 05.275.432/0001-29

Relatório da Administração

Senhores Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras resumidas da companhia, referentes aos exercícios findos em 31.12.2022 e 31.12.2021.
A Diretoria.

Balanços Patrimoniais Levantados em 31 de Dezembro de 2022 e 2021 (Valores expressos em reais)

Ativo	2022	2021
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	148.068,34	592.248,38
Clientes	77.400,00	1.186.899,76
Adiantamentos	1.910,16	1.910,16
Impostos a recuperar	28.559,04	1.242,08
Estoques	222.714,73	222.714,73
Total do Ativo Circulante	**478.652,27**	**2.005.015,11**
Não Circulante		
Depósitos judiciais	435.770,88	-
Investimentos	52.365.619,67	69.831.576,60
Total do Ativo Não Circulante	**52.801.390,55**	**69.831.576,60**
Total do Ativo	**53.280.042,82**	**71.836.591,71**

Passivo	2022	2021
Circulante		
Fornecedores	357,00	888,51
Obrigações fiscais	419,36	56.008,73
Dividendos a pagar	-	8.479.289,69
Total do Passivo Circulante	**776,36**	**8.536.186,93**
Não Circulante		
Receitas a apropriar	69.483,48	1.122.702,44
Total do Passivo Não Circulante	**69.483,48**	**1.122.702,44**
Patrimônio Líquido		
Capital social	60.066.550,00	60.066.550,00
Adiantamento para futuro aumento de capital	7.336.839,13	1.468.000,00
Reserva legal	-	643.152,34
Prejuízos do exercício	(14.193.606,15)	-
Total do Patrimônio Líquido	**53.209.782,98**	**62.177.702,34**
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	**53.280.042,82**	**71.836.591,71**

Demonstração do Resultado para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2022 e 2021 (Valores expressos em reais)

	2022	2021
Receita Operacional Líquida	**1.104.207,14**	**11.436.082,53**
Custo das mercadorias vendidas	(67.320,86)	(903.469,99)
Lucro Bruto	**1.036.886,28**	**10.532.612,54**
Receitas (Despesas) Operacionais		
Despesas comerciais	(34.000,00)	(577.336,40)
Despesas administrativas	(94.458,48)	(523.897,73)
Impostos e taxas	(17.560,08)	(32.933,43)
Lucro Operacional antes do Resultado Financeiro	**890.867,72**	**9.398.444,98**
Resultado Financeiro		
Receitas financeiras	152,34	27.429,78
Despesas financeiras	(1.455,85)	(1.269,31)
Resultado Financeiro Total	**(1.303,51)**	**26.160,47**
Outros Resultados Operacionais		
Resultado de equivalência patrimonial	(15.726.322,70)	(144.531,62)
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	(14.836.758,49)	9.280.073,83
Imposto de renda e contribuição social	-	(354.505,73)
Lucro/(Prejuízo) do Exercício	**(14.836.758,49)**	**8.925.568,10**

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2022 e 2021 (Valores expressos em reais)

	Capital Social	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	Reserva Legal	Lucros/Prejuízos Acumulados	Total
Saldos em 31/12/2020	**60.066.550,00**	**-**	**196.873,93**	**-**	**60.263.423,93**
Capital a integralizar	-	1.468.000,00	-	-	1.468.000,00
Reserva legal	-	-	446.278,41	-	446.278,41
Saldos em 31/12/2021	**60.066.550,00**	**1.468.000,00**	**643.152,34**	**-**	**62.177.702,34**
Prejuízo do exercício	-	-	-	(14.836.758,49)	(14.836.758,49)
Devolução de empréstimo aos sócios	-	5.868.839,13	-	-	5.868.839,13
Reserva legal	-	-	(643.152,34)	643.152,34	-
Saldos em 31/12/2022	**60.066.550,00**	**7.336.839,13**	**-**	**(14.193.606,15)**	**53.209.782,98**

Demonstração dos Fluxos de Caixa para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2022 e 2021 (Valores expressos em reais)

	2022	2021
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:		
Lucro/(Prejuízo) do exercício	(14.836.758,49)	8.925.568,10
	(14.836.758,49)	**8.925.568,10**
Redução (Aumento) nos ativos operacionais		
Clientes	1.109.499,76	3.019.222,92
Estoques	-	607.770,41
Adiantamentos	1.242,08	(1.242,08)
Impostos a recuperar	(28.559,04)	-
	1.082.182,80	**3.625.751,25**
Aumento (Redução) nos passivos operacionais		
Fornecedores	(531,51)	443,01
Dividendos	(8.479.289,69)	(2.702.330,82)
Impostos a recolher	(55.589,37)	(107.761,68)
Receitas a apropriar	(1.053.218,96)	(2.692.348,43)
	(9.588.629,53)	**(5.501.997,92)**
Caixa líquido gerado pelas (utilizado nas) atividades operacionais	**(23.343.205,22)**	**7.049.321,43**
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento:		
Investimentos	1.303.863,35	(9.804.723,22)
Resultado de equivalência patrimonial	15.726.322,70	144.531,62
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento	**17.030.186,05**	**(9.660.191,60)**
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento:		
Adiantamento para futuro aumento de capital	5.868.839,13	1.468.000,00
Caixa líquido gerado pelas (utilizado nas) atividades de financiamento	**5.868.839,13**	**1.468.000,00**
Aumento (Redução) líquida no caixa e equivalentes de caixa	**(444.180,04)**	**(1.142.870,17)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	592.248,38	1.735.118,55
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	148.068,34	592.248,38
	(444.180,04)	**(1.142.870,17)**

Diretoria

Benjamin Steinbruch
Sócio

Adilson Monici
Contador - CRC 1SP 207459/O-0

As demonstrações financeiras completas estão à disposição dos Senhores Acionistas na sede da companhia.

WISH S.A.

CNPJ N° 07.687.928/0001-35 - NIRE 35300589912

Ata de Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 24 de Março de 2023

1. Data, Hora e Local: No dia 24 de março de 2023, às 10 horas, na sede social da **WISH S.A.** ("Companhia"), localizada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Fidêncio Ramos, nº 213, conj. 21 e 22, Vila Olímpia, CEP 04551-010. **2. Convocação e Presença:** Dispensada a convocação prévia, nos termos do Art. 124, § 4º, da Lei nº 6.404/76 ("Lei das S.A."), tendo em vista a presença da totalidade dos acionistas da Companhia, conforme assinaturas constantes do Livro de Presença dos Acionistas. **3. Mesa:** Presidente: Victor Salvador Duarte; e Secretário: Sr. Bruno Rezende Betterelli. **4. Ordem do Dia e Deliberações:** Os acionistas aprovaram, por unanimidade de votos e sem ressalvas, as seguintes matérias constantes da ordem do dia: (i) a lavratura da presente ata na forma de sumário, de acordo com o previsto no artigo 130, § 1º, da Lei das S.A.; (ii) modificações nas condições da 2ª (segunda) emissão de debêntures não conversíveis em ações da Companhia, para distribuição privada ("Debêntures"), conforme aprovadas na Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 15 de março de 2023 e formalizadas na *Instrumento Particular de Escritura da Segunda Emissão de Debêntures Não Conversíveis em Ações, em 2 (duas) Séries, da Espécie Quirografária, a ser Convolada em da Espécie com Garantia Real, para Colocação Privada, da Wish S.A.* celebrada em 15 de março de 2023 ("Escritura de Emissão de Debêntures"), a saber: (a) Novo valor total de emissão das Debêntures: R$ 374.506.000,00 (trezentos e setenta e quatro milhões quinhentos e seis mil reais); (b) Nova divisão em séries: as Debêntures passarão a ser divididas em 12 (séries); (c) Nova quantidade: serão emitidas 374.506 (trezentas e setenta e quatro mil quinhentas e seis) Debêntures, sendo 204.505 (duzentas e quatro mil quinhentas e cinco) Debêntures das Série A, divididas em 54.607 (cinquenta e quatro mil seiscentas e sete) Debêntures da Série A1; 27.304 (vinte e sete mil trezentas e quatro) Debêntures da Série A2; 27.304 (vinte e sete mil trezentas e quatro) Debêntures da Série A3; 27.304 (vinte e sete mil trezentas e quatro) Debêntures da Série A4; 27.304 (vinte e sete mil trezentas e quatro) Debêntures da Série A5; e 40.682 (quarenta mil seiscentos e oitenta e duas) Debêntures da Série A6; e 170.001 (cento e setenta mil e uma) Debêntures da Série B, divididas em 45.394 (quarenta e cinco mil trezentas e noventa e quatro) Debêntures da Série B1; 22.697 (vinte e dois mil seiscentas e noventa e sete) Debêntures da Série B2; 22.697 (vinte e dois mil seiscentas e noventa e sete) Debêntures da Série B3; 22.697 (vinte e dois mil seiscentas e noventa e sete) Debêntures da Série B4; 22.697 (vinte e dois mil seiscentas e noventa e sete) Debêntures da Série B5; e 33.819 (trinta e três mil oitocentas e dezenove) Debêntures da Série B6; (d) Modificações nas Garantias: resta ajustado que a Alienação Fiduciária de Imóveis e o Fundo de Reserva garantirão apenas as Debêntures da Série B; (e) Readequação da espécie das Debêntures: as Debêntures da Série A serão da espécie quirografária e as Debêntures da Série B serão da espécie quirografária, a ser convolada em com garantia real quando da constituição da Alienação Fiduciária de Imóveis; e (f) Novo prazo e Datas de Vencimento das Debêntures: as Debêntures das Séries A terão um prazo de 1.090 (mil e noventa dias), vencendo-se em 18 de março de 2026; e as Debêntures das Séries B terão um prazo de 4.743 (quatro mil setecentos e quarenta e três) dias, vencendo-se em 18 de março de 2036; e (iii) a autorização para que os administradores da Companhia pratiquem todos os atos necessários à implementação das deliberações acima, incluindo, mas não se limitando, a celebração em nome da Companhia, de todos e quaisquer documentos necessários às deliberações aprovadas, bem como de quaisquer aditamentos, termos, anuências e/ou notificações previstos ou necessários, e à adoção, junto a órgãos governamentais e entidades privadas, das providências que se fizerem necessárias à efetivação das medidas aprovadas nesta Assembléia e e demais documentos e atos necessários para as alterações às condições das Debêntures. **5. Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado e inexistindo qualquer outra manifestação, foi encerrada a presente assembleia, da qual se lavrou esta ata redigida na forma sumária, que foi lida, aprovada e assinada pelos acionistas, por mim, secretário, e pela Sra. Presidente em livro próprio, nos termos da legislação aplicável. Restou consignado, ainda, que, salvo se de outra forma aqui estabelecido, os termos em maiúsculas aqui utilizados têm o significado que lhes é atribuído na Escritura de Emissão de Debêntures. Certificamos que a presente é cópia fiel da ata lavrada em livro próprio. São Paulo/SP, 24 de março de 2023. Mesa: **Victor Salvador Duarte -** Presidente; **Bruno Rezende Betterelli -** Secretário. Acionista com direito a voto: **Land Maastrich S.A. Leandro Silva Mesquita -** Diretor. Jucesp nº 147.475/23-5 em 20/04/2023. Gisela Simiema Ceschin – Secretária Geral.

SOEBE CONSTRUÇÃO E PAVIMENTAÇÃO S.A.

NIRE 35.300.471.270 - CNPJ/MF 43.677.822/0001-14

ATA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA REALIZADA EM 17 DE ABRIL DE 2023

Data, horário e local: Aos 17/04/2023, às 11 horas, na sede da Companhia, na Avenida Friedrich Von Voith, nº 1.831, Galpão 9, Parque das Nações, CEP 02995-000, no município de São Paulo, Estado de São Paulo. **Presença:** Acionistas representando a totalidade do capital social. **Convocação:** Dispensada, nos termos do artigo 124, § 4º, da Lei 6.404/76, tendo em vista a presença da totalidade dos acionistas. **Composição da mesa:** Presidente: **Michel Matilde de Novaes**, Secretário: **Emil Beyruti. Ordem do dia: (i)** Leitura, discussão e votação das contas da administração, demonstrações financeiras e balanço patrimonial, relativos ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022; **(ii)** Destinação do resultado do exercício; e **(iii)** Outros assuntos de interesse geral. **Deliberações:** Abertos os trabalhos, o Sr. Presidente solicitou ao Sr. Secretário que procedesse à leitura da ordem do dia. Dando início às deliberações, com relação ao **item (i)** da ordem do dia, o Sr. Presidente esclareceu que os documentos previstos no artigo 133 da Lei 6.404/76, relativos ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022, em especial as demonstrações financeiras e o balanço patrimonial, foram publicados no jornal **O DIA SP**, pg. 10, na versão impressa, e digital (disponível em: https://www.jornalodiasp.com.br/wp-content/uploads/2023/04/odia1504-certificar-pags-certificadas.pdf) , ambos veiculados na edição dos dias 15, 16 e 17 de abril de 2023. Após leitura dos documentos, os acionistas decidiram aprová-los por unanimidade, ratificando todos os atos praticados pela administração. Quanto ao **item (ii)**, os acionistas decidiram que, do lucro líquido apurado no resultado do exercício de 2022, no montante de **R$ 39.071.969,10** (trinta e nove milhões e setenta e um mil, novecentos e sessenta e nove reais e dez centavos, nos quais **R$ 5.315.065,56** (cinco milhões, trezentos e quinze mil, sessenta e cinco reais e cinquenta e seis centavos) foram distribuídos aos acionistas e o restante destinado à conta de Reserva de Lucros. Por fim, quanto ao **item (iii)** da ordem do dia, "outros assuntos de interesse geral", foi oferecida a palavra a quem dela quisesse fazer uso, e como não houve manifestação de nenhum dos presentes, o Sr. Presidente declarou encerrada a assembleia, determinando a lavratura da presente ata, que depois de redigida, foi lida e aprovada por todos os presentes. "A presente é cópia fiel da ata lavrada no livro próprio". **Michel Matilde de Novaes -** Presidente; **Emil Beyruti -** Secretário. Acionistas: **EPAH - Empresa Paulista De Asfalto Ltda.** Emil Beyruti, Michel Matilde de Novaes, **EMABE Empreendimentos e Participações - Ltda.** Emil Beyruti. JUCESP nº 159.450/23-8 em 25/04/2023. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

FBS CONSTRUÇÃO CIVIL E PAVIMENTAÇÃO S.A.

NIRE 35.300.471.121 - CNPJ/MF 66.806.555/0001-33

ATA DE ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA REALIZADA EM 17 DE ABRIL DE 2023

Data, horário e local: Aos 17/04/2023, às 11:00h horas, na sede da Companhia, na Avenida Dra. Ruth Cardoso, nº 4.777, 5º andar, conjunto "Norte", Condomínio Comercial Villa Lobos, Alto de Pinheiros, CEP: 05477-903, no Município de São Paulo, Estado de São Paulo. **Presença:** Acionistas representando a totalidade do capital social. **Convocação:** Dispensada, nos termos do artigo 124, § 4º, da Lei 6.404/76, tendo em vista a presença da totalidade dos acionistas. **Composição da mesa:** Presidente: **Marco Antonio Salvoni**, Secretário: **Marco Antonio Beiruty**. **Ordem do dia: (i)** Leitura, discussão e votação das contas da administração, demonstrações financeiras e balanço patrimonial, relativos ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022; **(ii)** Destinação do resultado do exercício; e **(iii)** Outros assuntos de interesse geral. **Deliberações:** Abertos os trabalhos, o Sr. Presidente solicitou ao Sr. Secretário que procedesse à leitura da ordem do dia. Dando início às deliberações, com relação ao **item (i)** da ordem do dia, o Sr. Presidente esclareceu que os documentos previstos no artigo 133 da Lei 6.404/76, relativos ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022, em especial as demonstrações financeiras e o balanço patrimonial, foram publicados no jornal O DIA SP, pg. 09, na versão impressa e digital (disponível em: https://www.jornalodiasp.com.br/wp-content/uploads/2023/04/odia1504-certificar-pags-certificadas.pdf), ambos veiculados na edição dos dias 15, 16 e 17 de abril de 2023. Após leitura dos documentos, os acionistas decidiram aprová-los por unanimidade, ratificando todos os atos praticados pela administração. Quanto ao **item (ii)**, os acionistas decidiram que o lucro líquido apurado no resultado do exercício de 2022, no montante de **R$ 50.618.373,70 (cinquenta milhões, seiscentos e dezoito mil, trezentos e setenta e três reais e setenta centavos)**, será destinado à conta de Reserva de Lucros. Por fim, quanto ao **item (iii)** da ordem do dia, "outros assuntos de interesse geral", foi oferecida a palavra a quem dela quisesse fazer uso, e como não houve manifestação de nenhum dos presentes, o Sr. Presidente declarou encerrada a assembleia, determinando a lavratura da presente ata, que depois de redigida, foi lida e aprovada por todos os presentes. "A presente é cópia fiel da ata lavrada no livro próprio". **Marco Antonio Salvoni -** Presidente; **Marco Antonio Beiruty -** Secretário. Acionistas: **Turita Participações Ltda.** Marco Antonio Salvoni, Marco Antonio Beiruty; **MGM Locações Ltda.** Marco Antonio Salvoni, Marco Antonio Beiruty. JUCESP nº 159.729/23-3 em 25/04/2023. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

GAIA IMPACTO SECURITIZADORA S.A.

CNPJ nº 14.876.090/0001-93

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS DO AGRONEGÓCIO DA 1ª SÉRIE DA 8ª EMISSÃO DA GAIA IMPACTO SECURITIZADORA S.A.

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio da 1ª Série da 8ª Emissão da Gaia Impacto Securitizadora S.A., atual denominação de Gaia Agro Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 14.876.090/0001-93 ("Titulares dos CRA", "CRA" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Direitos Creditórios do Agronegócio para Emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio da 1ª Série da 8ª Emissão da Gaia Impacto Securitizadora S.A, celebrado em 24 de novembro de 2014 ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRA ("Assembleia"), a realizar-se no dia 16 de maio de 2023, às 14:00 horas, de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Google Meet*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRA devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: **(i)** As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website www.grupogaia.com.br, as quais foram emitidas sem opinião modificada; **(ii)** A autorização para a Emissora, em conjunto com o Agente Fiduciário, realizarem todos os atos e celebrarem todos e quaisquer documentos necessários para a implementação das deliberações da Assembleia. As matérias acima indicadas deverão ser consideradas pelos Titulares dos CRA de forma independente no âmbito da Assembleia, de modo que a não deliberação ou a não aprovação a respeito de qualquer uma delas, não implicará automaticamente a não deliberação ou não aprovação de qualquer das demais matérias constantes da ordem do dia. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Google Meet* e seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRA que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para assembleia@grupogaia.com.br e agentefiduciario@planner.com.br a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos) até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRA; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRA (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Os Titulares dos CRA poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios assembleia@grupogaia.com.br, e agentefiduciario@planner.com.br respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.grupogaia.com.br) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRA ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Instrução de Voto serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRA ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRA, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação.

São Paulo, 25 de abril de 2023. **GAIA IMPACTO SECURITIZADORA S.A.**
Nome: João Paulo dos Santos Pacífico - Cargo: Diretor de Relações com Investidores

GAIA IMPACTO SECURITIZADORA S.A.

CNPJ nº 14.876.090/0001-93

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS DO AGRONEGÓCIO DAS 1ª E 2ª SÉRIES DA 31ª EMISSÃO DA GAIA IMPACTO SECURITIZADORA S.A.

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio da 1ª e 2ª Séries da 31ª Emissão da Gaia Impacto Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 14.876.090/0001-93 ("Titulares dos CRA", "CRA" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Direitos Creditórios do Agronegócio da 1ª e 2ª Séries da 31ª Emissão de Certificado de Recebíveis do Agronegócio da Gaia Impacto Securitizadora S.A, celebrado em 02 de julho de 2021 ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRA ("Assembleia"), a realizar-se no dia 16 de maio de 2023, às 10:00 horas, de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Google Meet*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRA devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: **(i)** As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.grupogaia.com.br), as quais foram emitidas sem opinião modificada; e **(ii)** A autorização para a Emissora, em conjunto com o Agente Fiduciário, realizarem todos os atos e celebrarem todos e quaisquer documentos necessários para a implementação das deliberações da Assembleia. As matérias acima indicadas deverão ser consideradas pelos Titulares dos CRA de forma independente no âmbito da Assembleia, de modo que a não deliberação ou a não aprovação a respeito de qualquer uma delas, não implicará automaticamente a não deliberação ou não aprovação de qualquer das demais matérias constantes da ordem do dia. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRA que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para assembleia@grupogaia.com.br e agentefiduciario@planner.com.br, a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos) até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRA; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRA (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Os Titulares dos CRA poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos assembleia@grupogaia.com.br e agentefiduciario@planner.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.grupogaia.com.br) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRA ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Instrução de Voto serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRA ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRA, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação.

São Paulo, 25 de abril de 2023. **GAIA IMPACTO SECURITIZADORA S.A.**
Nome: João Paulo dos Santos Pacífico - Cargo: Diretor de Relações com Investidores

ANEX LTDA - CNPJ nº 50.096.814/0001-40 - NIRE nº 35.261.011.595

EXTRATO DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

Pelo presente instrumento: **Ronaldo da Silva Lino,** brasileiro, empresário, solteiro, CPF 185.104.768-96, RG 25060630-6 SSP/SP, com endereço comercial em Barueri/SP, único sócio da empresa **Anex Ltda**, com sede, Barueri/SP; Têm justa e acordada a presente alteração do Contrato Social: **I.** O sócio informa a necessidade de atualização do seu endereço para Alameda Rio Negro, 503, Sala 219, Alphaville Centro Industrial e Empresarial, CEP 06454-000, Barueri/SP. **II.** Alterar o porte de enquadramento da sociedade de Empresa de Pequeno Porte (EPP) para o porte de demais/normal. Alterar a natureza jurídica para S/A de Capital Fechado. Com a transformação: **a)** cada 01 quota que compõem o capital social da sociedade é convertida em 01 ação ordinária da Sociedade, com direito a voto, nominativas, totalizando 100.000 ações ordinárias, conforme boletim de subscrição. **Ronaldo da Silva Lino,** subscreve 100.000 ações ordinárias, 100% a integralizar no prazo de até 360 dias, a contar do registro da ata de constituição na JUCESP. Em moeda corrente nacional. **b)** A presente transformação acontecerá **(i)** sem nenhuma solução de continuidade da Empresa; e **(ii)** todos os bens, valores e direitos de propriedade da Empresa, assim como as obrigações de responsabilidade da Empresa permanecem inalterados. **III.** Em conformidade com a transformação em S/A de Capital Fechado, o acionista decide: **a)** Alterar o objeto social da companhia, excluindo as atividades de Serviços combinados de escritório e apoio administrativo (CNAE 8211-3/00). Dessa forma é alterado o objeto social. **b)** Alterar a denominação social, que passa a ser **"Anex Bank Securitizadora S/A"**. **IV.** Alterar o endereço para Alameda Rio Negro, 503, Sala 219, Alphaville Centro Industrial e Empresarial, CEP 06454-000, Barueri/SP. **V. a)** Foram eleitos, como membros da Diretoria, para cumprirem mandato de 03 anos, para o cargo de Diretor Presidente, o Sr. **João Marcelo Faiad e Silva**, brasileiro, empresário, divorciado, CPF 524.156.270-20 e RG 1952566 MEX/PR, com endereço em Barueri/SP, e para o cargo de Diretor Vice-Presidente, o Sr. **Ronaldo da Silva Lino**. **b)** Os Diretores nomeados declaram, ainda, sob as penas da lei, de que não estão impedidos de exercerem a atividades mercantis. **c)** Os Diretores indicados decidem entre si e no disposto do Estatuto Social nesta ocasião aprovado, aceitam a sua nomeação para o referido cargo, sendo empossados mediante assinatura dos correspondentes termos de posse. **VI.** A adoção pela Sociedade, do Estatuto Social. Nada mais. Barueri, 30.03.2023. Acionistas: Ronaldo da Silva Lino. Diretores: João Marcelo Faiad e Silva - Diretor Presidente; Ronaldo da Silva Lino - Diretor Vice-presidente. Advogado: Helder Alexandre Leandro de Lira - OAB/SP 327.984. *Todos assinados através de Certificado Digital ICP-Brasil.* JUCESP nº 136.939/23-5 NIRE 35.300.61313-9 em 10.04.2023, Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

Estatuto Social - Capítulo I - Da Denominação, Sede, Objeto e Duração: Artigo I. A **Anex Bank Securitizadora S/A** é uma S/A, com prazo de duração indeterminado, regida pelo disposto no presente estatuto social ("Estatuto Social") e pelas disposições legais aplicáveis, em especial a Lei nº 6.404/76 ("Lei das S.A."), e suas alterações posteriores ("Companhia"). **Artigo II.** A Companhia tem sede em Barueri/SP, à Alameda Rio Negro, 503, Sala 219, Alphaville Centro Industrial e Empresarial, CEP 06454-000, podendo abrir e extinguir filiais, escritórios, agências, entrepostos, armazéns, depósitos, representações ou dependências em qualquer parte do território nacional ou no exterior, mediante deliberação dos acionistas. **Artigo III.** A sociedade tem por objeto social a aquisição e securitização de direitos creditórios não padronizados, vencidos e/ou a vencer, performados ou a performar, originados de operações realizadas por pessoas físicas ou jurídicas nos seguimentos comercial, industrial, financeiro e de prestação de serviços que sejam suscetíveis de securitização (CNAE 6492-1/00). **Capítulo II - do Capital Social e Ações: Artigo IV.** O capital social é de R$ 100.000,00, divididos da seguinte forma: · 100.000 ações ordinárias nominativas, com valor de R$1,00 cada uma. **Artigo V.** Cada ação ordinária, confere ao seu titular o direito a 01 voto nas Assembleias Gerais de Acionistas. **§ 1º -** Se qualquer dos acionistas renunciar ao direito de preferência por escrito, ou não exercer tal direito dentro do prazo de 30 dias, contados do ato que deliberou o aumento do capital social, os demais acionistas terão o direito de subscrever as ações emitidas e não subscritas na proporção de suas respectivas participações no capital social da Companhia, excluindo-se os acionistas não interessados em subscrever tais ações. **§ 2º -** Na proporção do número de ações que possuírem, os acionistas terão preferência para a subscrição do aumento de capital. **§ 3º -** O acionista que não integralizar as ações por ele subscritas de acordo com os termos e condições previstos no boletim de subscrição ou na chamada, ficará constituído em mora, de pleno direito, sujeitando-se ao pagamento à Companhia de (i) juros de 1% ao mês, *pro rata die*, e (ii) multa equivalente a 10% do valor do inadimplemento, conforme o disposto no §2º do artigo 106, da LSA. **Artigo VI.** A propriedade das ações será comprovada pela inscrição do nome do acionista no livro de "Registro de Ações Nominativas". **§ Único -** As transferências de ações da Companhia deverão observar os termos e condições estabelecidos em lei e no Estatuto Social, sob pena de cancelamento da transferência realizada. **Artigo VII.** A Companhia poderá adquirir suas próprias ações nos termos do artigo 30 da Leis da SA, especialmente para mantê-las em tesouraria, para cancelamento ou para posterior alienação. **Capítulo III - Da Assembleia Geral de Acionistas: Artigo VIII.** A Assembleia Geral de Acionistas reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por ano, nos 04 primeiros meses seguintes ao encerramento de cada exercício social, a fim de que sejam discutidos os assuntos previstos em lei, e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais o exigirem, ou quando as disposições da legislação aplicável, do presente Estatuto Social, demandarem deliberação dos acionistas. **Artigo IX.** A Assembleia Geral de Acionistas, ordinárias ou extraordinárias, serão convocadas, por meio de uma convocação por escrito enviada a todos os acionistas, com antecedência mínima de 15 dias, estando especificados data, hora e local da Assembleia, bem como a ordem do dia, juntamente com cópias dos relatórios, propostas ou qualquer outra informação relevante aos referidos assuntos. Os acionistas escolherão o presidente e o secretário da mesa. **§ 1º -** O Presidente da Assembleia Geral de Acionistas não computará voto proferido em infração às disposições contidas em acordo de acionistas arquivado na sede social, caso exista, nos termos do Art. 118 da Lei das S.A. **§ 2º -** Os prazos, a forma dos editais de convocação, a sua publicação e as formalidades da reunião da Assembleia Geral de Acionistas obedecerão às disposições da lei e deste Estatuto Social. **Artigo X.** As deliberações dos acionistas reunidos em Assembleia Geral serão tomadas pelo voto favorável dos acionistas que representem, no mínimo, 50% mais uma ação do capital votante da Companhia, na data da deliberação. **Capítulo IV - Da Administração: Artigo XI.** A sociedade será administrada por uma Diretoria composta por 02 membros, sendo um Diretor Presidente e um Diretor Vice-Presidente, eleitos pela assembleia geral para ocuparem seus cargos pelo período de 03 anos. **§ 1º -** A qualquer tempo e sem motivo justificado poderão os acionistas promover a substituição dos membros por eles indicados para integrar a Diretoria, caso em que os acionistas se comprometem a tomar todas as providencias cabíveis para a instalação de assembleia geral destinada a eleger o(s) substituto(s) daquele(s) Diretor(es) que for(em) afastado(s) ou se retirar(em), no prazo máximo de 30 dias contados da data em que houver sido comunicado o evento. **§ 2º -** A remuneração dos Diretores será fixada pela AGO e reajustada a cada ano, na data da realização da AGO. **Artigo XII.** A convocação de qualquer reunião de Diretoria deverá ser feita pela própria Diretoria com pelo menos 15 dias de antecedência da data designada, informando a data, a hora e o local da reunião, bem como a ordem do dia. **Artigo XIII.** Caberá ao Diretor Presidente, isoladamente, à prática dos atos necessários ou convenientes à administração desta, para tanto dispondo eles, dentre outros poderes, dos necessários para representação da sociedade em juízo ou fora dele, ativa ou passivamente, perante terceiros, quaisquer repartições públicas, autoridades federais, estaduais ou municipais, bem coma autarquias, sociedades de economia mista e entidades paraestatais. **§ 1º -** Os cheques, cambiais, ordens de pagamento, escrituras ou quaisquer outros títulos, contratos ou documentos que importem em responsabilidade ou obrigação da sociedade deverão, necessariamente, conter a assinatura do Diretor Presidente, isoladamente. **§ 2º -** As procurações outorgadas pela sociedade deverão sempre ser assinadas pelo Diretor Presidente, isoladamente, além de mencionarem expressamente os poderes conferidos, deverão, com exceção daquelas para fins judiciais, conter um período de validade limitado. **Seção I - Da Diretoria: Artigo XIV.** A Diretoria da Companhia é composta por 02 membros, pessoas físicas, residentes e domiciliadas no País, sendo 01 Diretor Presidente e 01 Diretor Vice-Presidente, eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, para um mandato unificado de 03 anos, permitida a reeleição. **§ 1º -** O prazo de gestão dos membros da Diretoria se estenderá até a investidura dos respectivos sucessores. **§ 2º -** Todos os diretores serão investidos em seus cargos mediante assinatura dos respectivos termos lavrados em livro próprio, assim, estando os mesmos dispensados de oferecer garantia para o exercício de suas funções. **§ 3º -** Na ausência ou impedimento temporário de qualquer diretor, suas funções serão exercidas temporariamente pelos demais diretores. Caso o Diretor Presidente se encontre ausente ou temporariamente impedido de exercer seus poderes, os atos que lhe couberem serão exercidos pelo Diretor Vice-Presidente, sendo que, no caso de vacância de cargo da Diretoria, a respectiva substituição será deliberada pelos acionistas em Assembleia Geral. **§ 4º -** A remuneração aos diretores será deliberada pela Assembleia Geral de Acionistas para cada exercício. **Artigo XV.** Observadas às disposições contidas no Estatuto Social, a representação da Companhia em juízo ou fora dele, ativa ou passivamente, perante terceiros e repartições públicas federais, estaduais ou municipais, compete ao Diretor Presidente, isoladamente. **§ Único -** A Companhia poderá, ainda, ser representada por procurador, conforme vier a ser estabelecido nos respectivos instrumentos de mandato e na extensão dos poderes que contiverem, a serem outorgados, isoladamente, pelo Diretor Presidente. Todas as procurações outorgadas pela Companhia, com exceção daquelas outorgadas a advogados para sua representação em processos judiciais e administrativos, deverão conter poderes específicos, terão prazo de validade determinado e só serão passíveis de substabelecimentos se contido expressamente nos poderes outorgados, sob pena de nulidade. **Artigo XVI.** Compete ao Diretor Presidente a representação da Companhia, ativa e passivamente, bem como a prática de todos os atos necessários ou convenientes à administração dos negócios sociais de acordo com as suas atribuições e sujeitos ao cumprimento das exigências estabelecidas em lei e no Estatuto Social. **Artigo XVII.** São expressamente vedados, sendo inválidos e inoperantes com relação à Companhia, os atos de qualquer acionista, conselheiro, diretor, procurador ou funcionário que a envolverem em obrigações relativas a negócios ou operações estranhas aos objetivos sociais, tais como conceder fianças, avais, ou qualquer outra forma de garantia, salvo quando expressamente autorizados por deliberação da Assembleia Geral de Acionistas. **Artigo XVIII.** A Diretoria se reunirá sempre que necessário, por convocação do Diretor Presidente, com antecedência mínima de 08 dias, devendo constar na convocação a data, horário e os assuntos que serão a ordem do dia. As atas correspondentes deverão ser lavradas no Livro de Atas das Reuniões da Diretoria. As reuniões da Diretoria serão instaladas mediante o comparecimento da maioria de seus membros. As decisões das reuniões da Diretoria deverão ser tomadas pela maioria dos votos dos membros presentes. **Capítulo V - Do Conselho Fiscal: Artigo XIX.** O Conselho Fiscal da Companhia funcionará de modo não permanente, somente sendo instalado a pedido de qualquer acionista ou grupo de acionistas representando 5% do capital votante da Companhia. Quando deliberada a sua instalação, o Conselho Fiscal será composto por 03 membros, os quais serão eleitos pela Assembleia Geral da Companhia, nos termos da Lei das S.A. **Capítulo VI - Do Exercício Social e da Distribuição dos Lucros: Artigo XX.** O exercício social terá início em 1º de janeiro e término em 31 de dezembro de cada ano, ocasião em que o balanço e as demais demonstrações financeiras deverão ser preparadas, e os acionistas elegerão os administradores, quando for o caso. **§ 1º -** Do lucro líquido apurado no exercício, será deduzida a parcela de 5% para a constituição da reserva legal, que não excederá a 20% do capital social. **§ 2º -** O saldo remanescente, depois de atendidas as disposições legais, a Companhia distribuirá o dividendo obrigatório no valor de 0,1% do lucro líquido apurado no exercício. **§ 3º -** A Companhia poderá, em qualquer momento, levantar balancetes em períodos mais curtos, em cumprimento a requisitos legais ou para atender a interesses societários, inclusive para a distribuição de dividendos intermediários ou intercalares, mediante deliberação de acionistas representantes da maioria absoluta do capital social, os quais, caso distribuídos, poderão ser imputados ao dividendo mínimo obrigatório, acima referido, observando os limites e procedimentos previstos na legislação aplicável. **Capítulo VII - Transformação: Artigo XXI.** A Companhia poderá, independentemente de dissolução ou liquidação, transformar-se em sociedade de outro tipo que não sociedade por ações, assegurado o direito de retirada aos acionistas dissidentes, por deliberação da Assembleia Geral e respeitado o quórum qualificado para tal deliberação. **Capítulo VIII - Liquidação: Artigo XXII.** A Companhia só se dissolverá e se liquidará nos casos previstos em lei, ou mediante deliberação dos acionistas em Assembleia Geral de Acionistas, conforme o disposto neste Estatuto Social. **Artigo XXIII.** A Assembleia Geral fixará a forma de liquidação, elegerá o liquidante e, se for o caso, instalará o Conselho Fiscal, elegendo seus membros, que deve funcionar durante o período de liquidação, em cada caso, nos termos do Estatuto Social. **Capítulo IX - Prestação de Informações sobre a Companhia: Artigo XXIV.** A Companhia obriga-se, por meio da Diretoria, a fornecer aos acionistas acesso a: **(i)** todas as informações relevantes sobre o negócio; e **(ii)** demonstrativos financeiros mensais e as métricas de desempenho empresarial (comercial, operacional ou de natureza similar). **Artigo XXV.** Qualquer informação adicional não contemplada nos reportes mensais também poderá ser requerida à administração da Companhia, que deverá fornecer tais informações em um prazo razoável a ser acordado entre os acionistas. **Artigo XXVI.** No prazo de 30 dias da adoção do presente Estatuto Social pela Companhia, a Diretoria deverá apontar contadores profissionais para a Companhia, caso ainda não o tenha feito. **Capítulo X - Do Foro: Artigo XXVII.** Fica eleito o Foro da Cidade de Barueri/SP, para dirimir dúvidas e controvérsias oriundas deste estatuto. **Capítulo XI - Das Disposições Gerais: Artigo XXVIII.** É vedado aos membros do Conselho de Administração e da Diretoria praticar qualquer ato envolvendo a Companhia que seja estranho ao seu objeto social ou assumir obrigações por fianças, avais, ou qualquer garantia em favor de terceiros, sendo tais atos considerados nulos de pleno direito. A prática desses atos sujeitará o Conselheiro ou Diretor da Companhia a responsabilização civil e criminal, se aplicável. **Artigo XXIX.** Todas as comunicações requeridas ou permitidas no presente Estatuto deverão ser efetuadas por carta registrada ou protocolada, telegrama, fac-símile ou e-mail, salvo previsão expressa neste Estatuto ou no Regulamento do Conselho de Administração que especifique a utilização de meio de comunicação diverso. **§ 1º -** As comunicações serão consideradas validamente recebidas se houver confirmação do recebimento pelo acionista ou por seus representantes legais, ou, em caso de comunicação eletrônica, se houver confirmação de envio. **§ 2º -** As comunicações deverão ser encaminhadas aos acionistas, dirigidas sempre ao seu endereço informado à Secretaria da Companhia, inclusive eletrônico, que deve ser imediatamente atualizado em caso de alteração. **Artigo XXX.** Os Acionistas não poderão caucionar as ações em garantia de quaisquer obrigações próprias ou de terceiros, nem criar quaisquer outros gravames ou ônus sobre as ações. **Artigo XXXI.** O fato de não ser exigido, a qualquer tempo, o cumprimento do disposto no presente Estatuto, não ensejará a renúncia a qualquer de suas disposições, nem tampouco deverá afetar a sua validade, no todo ou em parte, ou o direito assegurado a qualquer acionista de exigir o cumprimento de toda e qualquer disposição do Estatuto Social, bem como exercer a aludida opção, alternativa ou direito. **Artigo XXXII.** Se qualquer Artigo ou condição deste Estatuto vier a ser considerada ilegal, inválida ou inexequível nos termos da legislação brasileira, as demais Artigos e condições continuarão em pleno vigor e efeito. Caso a aludida ilegalidade, invalidade ou inexequibilidade, seja de natureza temporária, o dispositivo atingido terá seus efeitos suspensos até o momento em que cessar o conflito com a legislação brasileira. **Artigo XXXIII.** Os casos omissos do presente estatuto serão deliberados pela Assembleia Geral e regulados pela Lei das S/A.

STF suspende ações de restrições a compra de imóveis por estrangeiros

O ministro André Mendonça, do Supremo Tribunal Federal (STF), determinou na quarta-feira (26) a suspensão dos processos judiciais que questionam a legalidade da lei que regula a compra de imóveis rurais por estrangeiros.

Na decisão, Mendonça entendeu que os processos em tramitação no Judiciário devem aguardar o julgamento de duas ações que estão em análise na Corte.

O tema foi levado à julgamento no Supremo por meio de entidades ligadas ao agronegócio. De acordo com as alegações, protocoladas em 2015, a Lei 5.709 de 1971 prejudica empresas nacionais de capital estrangeiro ao limitar a compra de terras no país.

Segurança jurídica

A suspensão dos processos foi requerida pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), que também foi admitida pelo ministro para participar do processo. A entidade alegou que deve ser preservada a segurança jurídica da questão.

"A OAB entende que é necessária a suspensão de todos os processos e negócios jurídicos que tenham como objeto a aplicação do referido dispositivo legal, até o julgamento final da ACO 2463 e da ADPF 342, a fim de preservar a segurança jurídica sobre o tema", justificou.

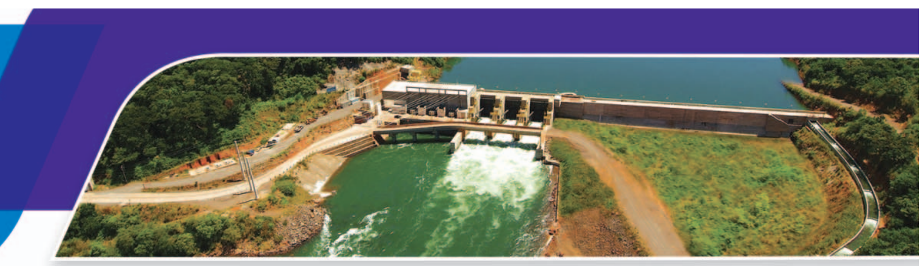
A Sociedade Rural Brasileira (SRB), que questiona as restrições da lei, se manifestou na Corte contra a paralisação dos processos.

"Mais gritante ainda é a falta de razoabilidade do pedido cautelar formulado. A suspensão de todos os processos e negócios jurídicos que tenham como objeto a aplicação do dispositivo legal cuja constitucionalidade se discute causaria a paralisação de investimentos em setores tão relevante para a economia nacional", argumentou a sociedade.

A data do julgamento final do caso ainda não foi marcada. (Agencia Brasil)

CBA ENERGIA PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ: 04.756.038/0001-40



Relatório da Administração - Demonstrações Financeiras

Senhores Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas., as Demonstrações Financeiras relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021. Queremos agradecer aos nossos clientes, fornecedores e prestadores de serviços, pelo apoio, cooperação e a confiança em nós depositada e, em especial aos nossos colaboradores pelo empenho apresentado. São Paulo, 27 de abril de 2023. **A Diretoria**

BALANÇO PATRIMONIAL em 31 de dezembro - Em milhares de reais

Ativo	Nota	2022	2021
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa		8.353	12.308
Aplicações financeiras		6.543	7.790
Contas a receber de clientes		8.737	11.560
Tributos a recuperar		91	2.848
Dividendos a receber	5	37.593	65.500
		61.317	100.006
Investimentos		316.820	291.338
		347.565	291.338
Total do ativo		378.137	391.344

Passivo e patrimônio líquido	Nota	2022	2021
Circulante			
Fornecedores		8.969	29.463
Tributos a recolher		6.621	1.251
Dividendos a pagar	5	29.538	42.743
		45.128	73.457
Patrimônio líquido			
Capital social		231.008	206.377
Reserva de lucros		102.010	111.510
Ajustes de avaliação patrimonial		(9)	
Total do patrimônio líquido		333.009	317.887
Total do passivo e patrimônio líquido		378.137	391.344

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Exercícios findos em 31 de dezembro - Em milhares de reais

	Nota	Capital social	Reserva de Lucros - Legal	Reserva de Lucros - Retenção	Lucros acumulados	Ajustes de avaliação patrimonial	Total
Em 1º de janeiro de 2021		206.377	6.386	49.706			262.469
Resultado abrangente do exercício							
Lucro líquido do exercício					137.869		137.869
Total do resultado abrangente do exercício					137.869		137.869
Dividendos adicionais				(49.706)			(49.706)
Transações com quotistas							
Destinação do resultado do exercício							
Constituição de reserva legal			6.893		(6.893)		
Dividendos mínimos obrigatórios					(32.745)		(32.745)
Retenção de lucros				98.231	(98.231)		
			6.893	48.525	(137.869)		(32.745)
Em 31 de dezembro de 2021		206.377	13.279	98.231			317.887
Em 1º de janeiro de 2022		206.377	13.279	98.231			317.887
Resultado abrangente do exercício							
Lucro líquido do exercício					116.369		116.369
Outros componentes do resultado abrangente						(9)	(9)
Total do resultado abrangente do exercício					116.369	(9)	116.360
Transações com quotistas							
Aumento de capital	1.1 (e)	24.631					24.631
Deliberação de dividendos	1.1 (c)			(98.231)			(98.231)
Destinação do resultado do exercício							
Constituição de reserva legal			5.818		(5.818)		
Dividendos mínimos obrigatórios					(27.638)		(27.638)
Retenção de lucros				82.913	(82.913)		
		24.631	5.818	(15.318)	(116.369)		(101.238)
Em 31 de dezembro de 2022		231.008	19.097	82.913		(9)	333.009

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota	2022	2021
Receita líquida dos produtos vendidos e dos serviços prestados	6	81.838	144.260
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	7	(59.995)	(124.727)
Lucro bruto		21.843	19.533
Receitas (despesas) operacionais			
Gerais e administrativas		(653)	(214)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas		(14.182)	(27.233)
		(14.835)	(27.447)
Lucro (prejuízo) operacional antes das participações societárias e do resultado financeiro		7.008	(7.914)
Resultado de participações societárias			
Equivalência patrimonial		114.606	150.225
Resultado financeiro líquido			
Receitas financeiras		3.196	1.619
Despesas financeiras		(626)	(346)
		2.570	1.273
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		124.184	143.584
Imposto de renda e contribuição social			
Correntes		(7.815)	(5.715)
Lucro líquido do exercício		116.369	137.869
Quantidade média ponderada de ações, em milhares		226.457	219.919
Lucro básico e diluído por lote de mil ações		0,51	0,63

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE - Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	2022	2021
Lucro líquido do exercício	116.369	137.869
Participação nos outros resultados abrangentes das investidas	(9)	
Total do resultado abrangente do exercício	116.360	137.869

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	Nota	2022	2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		124.184	143.584
Ajustes de itens que não representam alteração de caixa e equivalentes de caixa			
Juros, variações monetárias e cambiais		(3.017)	
Equivalência patrimonial		(114.606)	(150.225)
		6.561	(6.641)
Decréscimo (acréscimo) em ativos			
Aplicações financeiras		4.264	(7.790)
Contas a receber de clientes		2.823	(3.332)
Tributos a recuperar		(797)	(218)
Acréscimo (decréscimo) em passivos			
Fornecedores		(20.494)	10.466
Obrigações tributárias e trabalhistas			(111)
Demais obrigações e outros passivos		5.370	
Caixa aplicado nas atividades operacionais		**(2.273)**	**(7.626)**
Imposto de renda e contribuição social pagos		(4.261)	(4.357)
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais		**(6.534)**	**(11.983)**
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aquisição de participação de não controladores Enercan	1.1 (d)	24.631	
Dividendos recebidos		117.022	74.604
Caixa líquido proveniente das atividades de investimento		141.653	74.604
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Dividendos pagos		(139.074)	(56.277)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		(139.074)	(56.277)
Acréscimo (decréscimo) líquido em caixa e equivalentes de caixa		(3.955)	6.344
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		12.308	5.964
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		8.353	12.308

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS em 31 de dezembro de 2022
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. Considerações gerais e resumo das práticas contábeis

A CBA Energia Participações S.A. ("Companhia"), com sede social na cidade de São Paulo - SP, é uma *holding* operacional que tem por objetivo ser plataforma de investimentos relacionadas à operação, exploração e manutenção de empreendimentos voltados à geração de energia, por meio de usinas hidrelétricas. A Companhia tem seu capital social composto por ações ordinárias ("ações ON") e ações preferenciais ("ações PN"). As ações preferenciais conferem o direito ao recebimento de dividendos 10% superiores ao valor recebido por cada ação ordinária. A Companhia é controlada pela Companhia Brasileira de Alumínio ("CBA"), que detém a totalidade das ações ON, e pela Auren Energia S.A. ("Auren"), (anteriormente denominada VTRM), que detém a totalidade das ações PN. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possuía contratos de venda de energia com a sua controladora CBA e de compra de energia com a sua controlada em conjunto Baesa - Energética Barra Grande S.A. ("Baesa"), ambos com vigência até maio de 2036. Além disso, possuía também contrato de compra e venda com a Auren Comercializadora de Energia Ltda. ("Auren Comercializadora"), (anteriormente denominada Votener - Votorantim Comercializadora de Energia Ltda. ("Votener")). O volume de energia dos contratos com a CBA e a Baesa corresponderá aos montantes de energia a que a Companhia tem direito em razão da sua participação na sua controlada em conjunto, e será fornecida mensalmente com a mesma modulação e sazonalização da energia entregue pela controlada em conjunto. O contrato com a Auren Comercializadora é um contrato de segurança e é acionado conforme necessidades da Companhia, de acordo com a sua exposição nas liquidações da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE"), conforme estratégia da administração da Companhia. Estes contratos foram negociados a preços fixos e são reajustados anualmente conforme variação do IPCA. As operações realizadas fora destes contratos são liquidadas a Preço de Liquidação das Diferenças ("PLD") ou a preço de mercado. **1.1 Principais eventos ocorridos durante o exercício de 2022: a) Recebimento de dividendos:** No exercício de 2022, foram recebidos dividendos da coligada Campos Novos Energia S.A. ("Enercan"), nos montantes de R$124.853 e da *joint operation* Baesa, no montante de R$16.800. **b) Operação Auren Energia - Incorporação reversa VGE:** Em 3 de fevereiro de 2022, a Votorantim Geração de Energia S.A. ("VGE") foi incorporada pela Auren Energia, conforme previsto no processo de reestruturação societária. Assim, a partir desta data, a Auren Energia passou a deter 66,6667% de participação do capital social da CBA Energia, correspondente a 100% das ações preferenciais de sua emissão. **c) Distribuição de dividendos complementares:** Em 29 de abril de 2022, a Companhia deliberou, por meio de Assembleia Geral Extraordinária Ordinária, a distribuição de dividendos adicionais acerca da destinação do resultado relativo ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, no montante de R$98.231. **d) Aquisição de participação da Enercan:** Em 8 de agosto de 2022, em razão da realização do leilão público de desestatização da acionista da Enercan, CEEE-G ("Vendedora"), segundo o edital que precificou a sua participação no empreendimento de 6,51%, foi obrigada a realizar a venda de sua participação acionária, de acordo com o acordo de acionistas, que foi precificada pela vendedora pelo montante total de R$96.827. Em 6 de outubro de 2022, a Companhia notificou a Vendedora informando o exercício do seu direito de preferência, conforme previsto no acordo de acionistas, para comprar a sua parcela de direito das ações ofertadas, que aumentou sua participação em 1,6571%, por um montante de R$24.632. As condições precedentes e aprovação dos órgãos reguladores foram concluídas, e em 1 de novembro de 2022 as partes assinaram contrato de compra e venda da participação. **e) Aumento de capital e distribuição de dividendos intermediários:** Em 31 de outubro de 2022, CBA e Auren Energia aumentaram o capital da Companhia no montante total de R$24.631, mediante aportes em moeda corrente nacional. Na mesma data, a Companhia deliberou, a distribuição de dividendos intermediários no montante de R$4.000, relativos a lucros intercalares apurados pela Companhia levantado em 30 de junho de 2022, os quais ainda não foram pagos.

2. Apresentação das demonstrações financeiras e resumo das práticas contábeis

2.1 Base de apresentação: (a) Demonstrações financeiras: As demonstrações financeiras foram preparadas e são apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil vigentes em 31 de dezembro de 2022, o que inclui os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs). A preparação das demonstrações financeiras considerou o custo histórico como base de valor no final de cada período de relatório. A Companhia não está apresentando demonstrações financeiras consolidadas, considerando que sua controladora final já disponibiliza ao público suas demonstrações financeiras consolidadas, de acordo com as normas internacionais de relatórios financeiros. As demonstrações financeiras requerem o uso de certas estimativas contábeis críticas e, também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação de suas práticas contábeis. As áreas que requerem maior nível de julgamento e apresentam maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 4. **(b) Aprovação das demonstrações financeiras:** A Administração da Companhia aprovou a emissão dessas demonstrações financeiras, em 8 de março de 2023. **2.2 Moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras:** A moeda funcional da Companhia é o Real ("R$").

3. Novas normas, alterações e interpretações de normas emitidas pelo CPC e IASB

3.1 Novas normas emitidas e emendas às normas contábeis adotadas pela Companhia e suas controladas: Uma série de novas normas, interpretações e alterações às normas contábeis vigentes a partir de 1º de janeiro de 2022 foram adotadas e não tiveram impactos relevantes nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. **3.2 Nova norma emitida e emenda às normas contábeis ainda não adotadas pela Companhia e suas controladas: a) Alteração no CPC 32/IAS 12 "Tributos sobre o lucro" (aplicável para períodos iniciados em 1° de janeiro de 2023):** A mudança requer o reconhecimento de impostos diferidos sobre as transações que dão origem ao reconhecimento inicial de um ativo ou passivo, resultando em valores iguais de diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis, como contratos de arrendamento ou obrigação de descomissionamento de ativos. A Companhia e suas controladas realizaram uma análise preliminar sobre essas alterações e identificaram possíveis impactos em suas políticas contábeis. A Companhia e suas controladas estão coordenando uma avaliação de acordo com as regulamentações tributárias para concluir sobre possíveis impactos a partir de 1º de janeiro de 2023.

4. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas e julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. As estimativas contábeis raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam risco significativo, com probabilidade de causar ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas nas respectivas notas: - Contas a receber de clientes (Nota 10).

5. Partes relacionadas

Práticas contábeis: As transações com partes relacionadas são realizadas pela Companhia em condições estritamente comutativas, observando-se os preços e condições usuais de mercado e, portanto, não geram qualquer benefício indevido às suas contrapartes ou prejuízos à Companhia. No curso normal das operações, a Companhia realiza contratos com partes relacionadas (controladoras, *joint operation* e coligadas), relacionados à compra e venda de energia.

(a) Balanço Patrimonial:

Balanço patrimonial	Sociedades controladoras - CBA	Sociedades controladoras - Auren Energia	*Joint operation* - Baesa	Sociedades coligadas - Enercan	Sociedades coligadas - VSA	Sociedades coligadas - Outros	Total
Contas a receber de clientes							**8.737**
Faturamento entre empresas do grupo	8.555						
Outros						182	
Dividendos a receber			902	36.691			**37.593**
Fornecedores							**3.652**
Serviços compartilhados pelo Centro Operacional de Excelência - CoE					10		
Faturamento de energia			3.642				
Dividendos a pagar	9.230	20.308					**29.538**
Total em 31 de dezembro de 2022	**17.785**	**20.308**	**4.544**	**36.691**	**10**	**182**	**79.520**

Balanço patrimonial	Sociedades controladoras - CBA	Sociedades controladoras - VGE	*Joint operation* - Baesa	Sociedades coligadas - Enercan	Sociedades coligadas - Auren Comerc.	Total
Contas a receber de clientes						**11.560**
Faturamento entre empresas do grupo	6.616				4.944	
Dividendos a receber			1.486	64.014		**65.500**
Fornecedores						**14.756**
Faturamento de energia			9.724		5.032	
Dividendos a pagar	13.358	29.385				**42.743**
Total em 31 de dezembro de 2021	**19.974**	**29.385**	**11.210**	**64.014**	**9.976**	**134.559**

(b) Demonstração do Resultado:

Demonstração do resultado	Sociedade controladora - CBA	*Joint operation* - Baesa	Sociedades Ligadas - Auren Comerc.	Sociedades Ligadas - VSA	Total
Compras					**60.048**
Serviços compartilhados pelo Centro Operacional de Excelência - CoE				109	
Faturamento de energia		50.811	9.128		
Vendas					**103.237**
Saldos de faturamento de energia			694		
Saldos de faturamento entre empresas	102.543				
Total em 31 de dezembro de 2022	**102.543**	**50.811**	**9.822**	**109**	**163.285**

Demonstração do resultado	Sociedade controladora - CBA	*Joint operation* - Baesa	Sociedades Ligadas - Auren Comerc.	Sociedades Ligadas - VSA	Total
Compras					**124.734**
Serviços compartilhados pelo Centro Operacional de Excelência - CoE				7	
Faturamento de energia		77.095	47.632		
Vendas					**158.852**
Saldos de faturamento de energia			79.900		
Saldos de faturamento entre empresas	78.952				
Total em 31 de dezembro de 2021	**78.952**	**77.095**	**127.532**	**7**	**283.586**

6. Receita líquida dos serviços prestados

Política contábil: A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos. A Companhia segue a estrutura conceitual do IFRS 15/CPC 47 "Receita de contrato com cliente", baseada no modelo de cinco passos: (i) identificação dos contratos com os clientes; (ii) identificação das obrigações de desempenho previstas nos contratos; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação à obrigação de desempenho previstas nos contratos e (v) reconhecimento da receita quando a obrigação de desempenho é atendida. O modelo de cinco etapas estabelece que a entidade deve reconhecer receita quando a transferência de serviços prometidos a clientes reflita no valor da contraprestação que a entidade espera ter direito em troca desses serviços. Os contratos de venda de energia da Companhia são realizados no ambiente livre de comercialização brasileira, sendo registrados integralmente na CCEE, agente responsável pela contabilização e liquidação de todo o Sistema Interligado Nacional (SIN). A medição contábil do volume de energia a ser faturado decorre do processamento da medição física, ajustada ao rateio das perdas informadas pela CCEE.

(a) Reconciliação das receitas:

	2022	2021
Vendas brutas		
Venda de energia elétrica - partes relacionadas	103.237	158.169
Venda de energia elétrica no mercado interno	563	
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE)	1.275	795
	105.075	158.964
Impostos sobre vendas e outras deduções	(23.237)	(14.704)
Receita líquida	81.838	144.260

As receitas da Companhia são em sua totalidade em reais e dentro do mercado interno brasileiro.

7. Abertura do resultado por natureza

2022	Custo de compra de energia	Despesas gerais e administrativas	Total
Custo de compra de energia elétrica	59.995		59.995
Impostos e taxas		471	471
Serviços de terceiros		170	170
Outras despesas		12	12
	59.995	653	60.648

2021	Custo de compra de energia	Despesas gerais e administrativas	Total
Custo de compra de energia elétrica	124.727		124.727
Impostos e taxas		33	33
Serviços de terceiros		155	155
Outras despesas		26	26
	124.727	214	124.941

DIRETORIA

Daniel Marrocos Camposilvan
Diretor Presidente

Luis Alexandre Catussi Paschoalotto
Diretor Financeiro

CONTADOR

André Alves de Jesus - CRC: PR054162/O-0

As demonstrações financeiras completas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e o relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras completas estão disponíveis eletronicamente no endereço https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal/. O referido relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras foi emitido em 26 de abril de 2023, sem modificações.

FORO REGIONAL I - SANTANA - 4ª VARA CÍVEL - Av. Eng. Caetano Álvares, 594 - 2º andar - salas 202 e 204 - Casa Verde - CEP 02546-000 - Fone: 11 - 3489-4359 - E-mail: santana4cv@tjsp.jus.br - **EDITAL** de **CITAÇÃO** - Prazo de **20 dias** - Processo nº **1013532-83.2021.8.26.0100.** O MM Juiz de Direito da 4ª Vara Cível do Foro Regional I - Santana, Estado de SãoPaulo, Dr. **ADEVANIR CARLOS MOREIRA DA SILVEIR**A, na forma da Lei. **FAZ SABER** a **ARETUZA BECHARA MORAES SERRA**, CPF 48437234875, que **ICOMON TECNOLOGIA LTDA**. lhe move ação de **PROCEDIMENTO COMUM** visando a condenação no pagamento de R$ 1.500,00 (fev/21) a ser atualizado e acrescido das cominações legais, referente a dano material causado ao veículo Renault Kwid Zen 10 MT, placas QNB0959, locado pela autora, em razão da colisão provocada pelo veículo Honda CG, cor preta, placas FYM 7600, de propriedade da ré, que invadiu a via preferencial e na contramão de direção, atingiu o veículo da autora, em acidente ocorrido em 15.05.2020. Estando a ré em lugar incerto e não sabido, foi deferida a **CITAÇÃO** por **EDITAL** para que, no prazo de **15 dias,** a fluir após os **20 dias** supra, **CONTESTE** o feito, sob pena de presumirem-se verdadeiros os fatos alegados e ciente de que não havendo manifestação lhe será nomeado **CURADOR ESPECIAL.** Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. Nada mais. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 17 de Abril de 2023. Eu, Ricardo Ramon Rivarolli, Coordenador, conferi.

27 e 28/04

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

O Presidente da **ANGIS – Associação Nacional dos Organismos de Inspeção,** Sr. Aquiles Leonardo Pisanelli, no exercício dos poderes que lhe são conferidos pelo Estatuto Social, FAZ SABER a todos os seus associados que se realizará em 10 de maio de 2023, às 09:30 horas em primeira chamada e às 10:00 horas em segunda e última chamada, de forma remota e virtual, a Assembleia Geral Ordinária prevista no Artigo 17º do Estatuto. Os associados participarão de forma remota, conforme Art.16º §9º do Estatuto Social, através de acesso virtual, no seguinte link: https://meet.google.com/hnt-qbmr-xph, sendo necessário que os presentes confirmem a sua participação, informando o respectivo e-mail para o seguinte endereço eletrônico: coordenacao@angis.org.br para que possam estar habilitados a atividade junto a Assembleia. A Assembleia Geral será regida pela **seguinte pauta: 1-** Apresentação de prestação de contas do ano de 2022; **2-** Aprovação do orçamento para o ano de 2023; Ressaltamos que conforme nosso Estatuto Social: Art. 7º. São deveres dos associados: § 2°. O Associado deve, por carta dirigida à Diretoria Estatutária, devidamente acompanhada de instrumento de mandato (procuração) redigido nos moldes legais, cujo outorgante, deve necessariamente constar do Contrato Social ou Estatuto na qualidade de representante legal, credenciar um representante (outorgado) para o fim especifico de representá-lo junto aos assuntos e atividades da Associação, sendo defeso ao representante outorgado o direito de ser votado, exceto se o nome deste constar do Contrato Social ou Estatuto como Administrador. Obs.: Necessário confirmar presença através do e-mail: coordenacao@angis.org.br. São Paulo, 26/04/2023. **AQUILES LEONARDO PISANELLI – PRESIDENTE.**

Edital de 1ª e 2ª Praça de Bem Imóvel e para Intimação da executada **ADRIANA BORGES FERREIRA, CPF Nº 216.592.718-86;** e demais interessados, expedido nos autos da Ação de Cumprimento de Sentença, requerida por **MASAKAZU KAWATA, CPF Nº 704.262.018-68. Processo nº 0062171-23.2019.8.26.0100.** A Dra. Inah de Lemos e Silva Machado, Juíza de Direito da 19ª Vara Cível do Foro Central da Comarca de São Paulo, na forma da Lei, etc. ... **FAZ SABER** aos que o presente edital de 1ª e 2ª Praça de bem imóvel virem ou dele conhecimento tiverem e interessar possa, que na forma do art. 879, II, do NCPC, regulamentado pelo Provimento 1625/2009, através do gestor judicial homologado pelo Tribunal de Justiça www.faroonline.com.br, sob o comando do Leiloeiro Oficial Sr. Renato Morais Faro, Jucesp nº 431, no dia 05/05/2023, às 15:00 horas, terá início a 1ª praça e se estenderá por três dias subsequentes, encerrando-se em 08/05/2023, às 15:00 horas, sendo entregue à quem mais der igual ou acima da avaliação, sendo entregue a quem mais der igual ou acima da avaliação, sendo que, em não havendo licitantes, abrir-se-á a 2ª praça que terá início imediatamente após o fechamento da primeira, e se encerrará no dia 29/05/2023, às 15:00 horas, para o 2º Leilão, ocasião em que os referidos bens serão entregues a quem mais der, não devendo ser aceito lance inferior a 50% da avaliação atualizada. Nos termos do art. 889, I, do CPC, pelo presente edital, ficam intimados os executados, e demais interessados se não intimados pessoalmente ou na pessoa de seus advogados. **CONDIÇÕES DE VENDA**: **DOS LANCES**: O presente Leilão será efetuado na modalidade "ON-LINE", sendo que os lances deverão ser fornecidos através de sistema eletrônico do gestor www.faroonline.com.br e imediatamente divulgados on-line, de modo a viabilizar a preservação do tempo real das ofertas. Não será admitido sistema no qual os lanços sejam remetidos por e-mail e posteriormente registrados no site do gestor, assim como qualquer outra forma de intervenção humana na coleta e no registro dos lanços. **DO PAGAMENTO**: O Arrematante deverá depositar no prazo improrrogável de 24 horas o valor do lance vencedor através da guia de depósito judicial a ser obtida no site https://portaldecustas.tjsp.jus.br/portaltjsp/login.jsp. **PARCELAMENTO:** De acordo com o art. 895, I e II, e parágrafos, do NCPC, os interessados em adquirir o bem de forma parcelada, poderão pedir o parcelamento por escrito, **até o início do primeiro leilão**, desde que a proposta não seja inferior ao valor da avaliação, e **até o início do segundo leilão**, desde que o valor da proposta não seja menor que 50% do valor da avaliação, ficando claro que **do requerimento deverá constar** oferta de pagamento de **pelo menos** 25% do valor do lance à vista, e o restante parcelado em **até** 30 meses, garantido por caução idônea, quando se tratar de móveis, e por hipoteca do próprio bem, quando se tratar de imóveis. De todas as propostas deverão constar prazo, modalidade, indexador de correção monetária e condições de pagamento do saldo. **Deve, ainda, constar da proposta** que o interessado declara estar ciente da multa de 10% sobre a parcela inadimplida somada às parcelas vincendas (art. 895, §4º), bem como que em caso de inadimplemento declara estar ciente sobre a possibilidade de o exequente pedir a resolução da arrematação ou a cobrança do valor em aberto nestes mesmos autos (art. 895, §5º). **Observa-se, ainda, que a proposta de pagamento do lance à vista sempre prevalecerá sobre as propostas de pagamento parcelado. DA COMISSÃO DO LEILOEIRO**: A comissão do leiloeiro será de 5% (cinco por cento) sobre o valor de arrematação, a ser paga pelo arrematante no prazo de até 24 horas após o leilão. **DO AUTO DE ARREMATAÇÃO:** Após a efetiva liquidação dos pagamentos acima, o auto de arrematação será assinado pelo Juiz. **IMISSÃO NA POSSE**: O arrematante providenciará perante o Juízo competente a imissão na posse. **DA ADJUDICAÇÃO:** Caso o exequente venha a adjudicar os bens ficará igualmente responsável pelo pagamento da comissão do Leiloeiro sobre o valor da avaliação. **DO CANCELAMENTO DA PRAÇA APÓS A PUBLICAÇÃO DO EDITAL:** Caso o praceamento seja cancelado após a publicação do edital, especialmente em razão de acordo entre as partes ou pagamento da dívida, será devido a comissão de 5% sobre o valor transacionado para pagamento dos custos do leiloeiro, **e** caso já tenha havido lance para arrematação do bem, o valor devido será de 5% sobre o valor do último lance ofertado. **FALE CONOSCO:** Eventuais dúvidas poderão ser esclarecidas no escritório do leiloeiro, na Rua Princesa Isabel, 86, cj. 64/65, Brooklin - São Paulo/SP, ou ainda, pelo telefone (11) 3105-4872 - email: faroleiloes@terra.com.br. **LOTE ÚNICO:** Apartamento nº 171, localizado no 17º andar, do Edifício Onix, situado na Rua Vilela, nº 817, no 27º Subdistrito – Tatuapé, com área útil de 81,238m², a área comum de 69,652m², perfazendo a área total de 150,890m², correspondendo-lhe a fração ideal de 21,879m² ou 1,34% no terreno, cabendo-lhe o direito de uso de 01 vaga de garagem, localizada na garagem coletiva do edifício, situada no 1º e 2º subsolos, para estacionamento de veículo de passeio, em local indeterminado, sujeito ao uso de manobrista. Imóvel matriculado sob o nº 125.373, no 9º Cartório de Registro de Imóveis de São Paulo, contribuinte nº 054.019.0119-4. Conforme laudo de avaliação constante dos autos, a região onde localiza-se o imóvel é caracterizada pela presença de imóveis residenciais de padrão médio a superior, de imóveis destinados a comercio, com vida noturna agitada, e é servida por transporte público (ônibus e metrô). O local apresenta todos os melhoramentos comuns de áreas urbanizadas. VALOR DA AVALIAÇÃO: R$608.000,00 (seiscentos e oito mil reais) conforme laudo de avaliação de fls. constante dos autos, datado de março de 2022. VALOR DA AVALIAÇÃO ATUALIAZADO PELA TABELA DO TJ/SP PARA FEVEREIRO/2023: R$636.362,00 (seiscentos e trinta e seis mil, trezentos e sessenta e dois reais). **Obs.: 01:** Em pesquisa realizada no site da Prefeitura/SP, datada de 06/03/23, consta débito para o exercício atual no valor de R$3.267,70, e Dividas não ajuizadas no valor de R$3.201,29; **Obs. 02:** Até esta data não foi possível obter informações a respeito de eventuais débitos condominiais pendentes sobre a unidade, embora se tenha feito contato por e-mail com a administradora do condomínio; **Obs. 03:** Consta da Av. 09 da referida matrícula a penhora destes autos. **ÔNUS, TAXAS E IMPOSTOS**: Eventuais ônus, taxas ou impostos incidentes sobre o bem correrão por conta do arrematante ou adjudicante, com exceção dos débitos do § único do artigo 130 do CTN, que se sub-rogam sobre o preço dos bens. Será o presente edital, afixado e publicado na forma da lei.

Edital para conhecimento de terceiros, Expedido nos autos de Interdição Processo nº 1060532- 82.2021.8.26.0002 - O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 9ª Vara da Família e Sucessões, do Foro Regional II Santo Amaro, Estado de São Paulo, Dr(a). Tania Zveibil Zekcer, na forma da Lei etc., Diante do exposto, julgo procedente o pedido de curatela de M. de S., respeitadas as disposições da Lei nº 13.146/2015, em especial no que tange aos artigos 6º, 84, 85 e 86. Registra-se que o curatelado deverá ser reavaliado em 2 (dois) anos, conforme sugestão expressamente indicada no laudo pericial (fls. 85 e 87). O requerido, na forma do artigo 1.782 do Código Civil, não poderá, sem a curadora, emprestar, transigir, dar quitação, alienar, hipotecar, demandar ou ser demandado, bem como praticar, em geral, atos que não sejam de mera administração. Nomeio como curadora definitiva, porém sujeita a medida a reavaliação em 2 (dois) anos, a requerente M. do C. L. de S., considerando-a compromissada independentemente da assinatura do termo. A hipótese não reclama prestação de caução ou especialização da hipoteca legal, destacando-se que qualquer ato de alienação deverá ser precedido de autorização judicial específica. Providencie-se a inscrição da presente sentença no registro de pessoas naturais e publique-se, observado o artigo 755, § 3º, do Código de Processo Civil. Custas na forma da lei. Após o trânsito em julgado, expeça-se o necessário. Remeta-se cópia da presente sentença como resposta ao ofício de fls. 141, conforme postulado pelo Ministério Público às fls. 148/150. Em 2 (dois) anos tornem conclusos para reavaliação. ESTA SENTENÇA SERVIRÁ COMO EDITAL. Oportunamente, arquivem-se. Publique-se e intimem-se. São Paulo, 12 de abril de 2023

COMARCA DE SÃO PAULO - 44ª VARA CÍVEL - Pça João Mendes s/nº - 14º andar - sl. 1400 / 1414 - E-mail: upj41a45@tjsp.jus.br - **EDITAL** de **INTIMAÇÃO** - Prazo de **20 dias** - Processo nº **0005986-23.2023.8.26.0100**. O MM. Juiz de Direito da 44ª Vara Cível, do Foro CentralCível, Estado de São Paulo, **Dr. GUILHERME MADEIRA DEZEM**, na forma da Lei, etc. **FAZ SABER** a **ROSENILDA FERREIRA LEÃO**, brasileira, CPF 285.182.348-59, que por este Juízo, tramita uma ação de **CUMPRIMENTO DE SENTENÇA** movida por **ICOMON TECNOLOGIA LTDA.** Encontrando-se a executada em lugar incerto e não sabido, nos termos do art. 513, § 2º, IV, do CPC, foi determinada a sua **INTIMAÇÃO** por **EDITAL**, para que, no prazo de **15 dias úteis,** que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, pague o valor fixado no julgado da ação em epígrafe, devidamente atualizado, **SOB PENA** de **MULTA** de 10% sobre o valor do débito e honorários advocatícios de 10% (art. 523 e §§, do CPC). Fica ciente, ainda, que nos termos do art. 525 do CPC, transcorrido o período acima indicado sem o pagamento voluntário, inicia-se oprazo de **15 dias úteis p**ara que, **independentemente** de **penhora** ou **nova intimação**, apresente nos próprios autos, sua **IMPUGNAÇÃO**. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na formada lei. São Paulo, 18 de abril de 2023.

27 e 28/04

FORO REGIONAL I - SANTANA - 7ª VARA CÍVEL - Av. Eng. Caetano Álvares, 594 - 2º andar - sala 255 - Fone: (11)- 3951-2525 - E-mail:santana7cv@tjsp.jus.br - **EDITAL** de **CITAÇÃO** e **ITIMAÇÃO** - Prazo de **20 dias** - Processo nº **1007046-88.2021.8.26.0001.** A MMª Juíza de Direito da 7ª Vara Cível do Foro Regional I - Santana, Estado de São Paulo, **Dra. CARINA BANDEIRA MARGARIDO PAES LEME**, na forma da Lei, etc. **FAZ SABER** a **MC CEREALISTA LTDA. ME,** (CNPJ 05.161.224/0001-07), que **MOINHO REISA LTDA.** lhe move ação de **EXECUÇÃO** para cobrança de R$29.938,83 (março/2021) a ser atualizado e acrescido de juros, custas, honorários e demais cominações, dívida esta representada por título vencidos, não pagos e protestados. Estando a executada em lugar ignorado, foi deferida a **CITAÇÃO** por **EDITAL** para que, após o prazo deste, em **03 dias, PAGUE** o débito atual ou em **15 dias, OFEREÇA EMBARGOS** ou ainda, **RECONHECENDO** o crédito da exequente e **DEPOSITANDO 30%** do valor da execução, inclusive custas e honorários, **PAGUE** o **RESTANTE** em **6 PARCELAS MENSAIS**, atualizadas, **SOB PENA** de **PENHORA** de tantos de seus bens quantos bastem para solução da dívida. Fica também **INTIMADA** da **PENHORA** do automóvel SP Iveco Daily 35S14HDCS, placa FRI 4314, ano 2014, devendo, no prazo de**15 dias,** oferecer **IMPUGNAÇÃO**, sob pena de prosseguimento do feito nos ulteriores termos e cientes de que não havendo manifestação lhe será nomeado **CURADOR ESPECIAL.** Será o presente, afixado e publicado. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. Nada mais. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 05 de março de 2023.

27 e 28/04

A mais importante prova do triatlo nacional pronta para sua 21ª edição

O triatlo de alto nível segue sendo atração em Florianópolis, em Santa Catarina, no mês de maio. Depois do sucesso do Itaú BBA IRONMAN 70.3 Florianópolis, na Praia do Ingleses, agora será a vez da mais tradicional e importante disputa do gênero no país. O Itaú BBA IRONMAN Brasil terá sua 21ª edição no dia 28 de maio, em Jurerê Internacional, ainda mais forte e reunindo cerca de 1800 atletas, profissionais e amadores, de 36 países. O desafio será de 3,8 km de natação, 180 km de ciclismo e 42,2 km de corrida que colocará à prova a preparação dos triatletas.

Foto/ Fábio Falconi

21º *Itaú BBA IRONMAN Brasil*

Já consagrada no cenário internacional e que ao longo de tantos anos contribuiu para o crescimento e fortalecimento da modalidade, a prova classificará atletas para o IRONMAN World Championship 2023. Este ano serão 80 vagas na Faixa Etária em razão da mudança no formato da competição mundial, que a partir de agora terá duas cidades-sede: Kona, no Havaí, e Nice, na França.

Desta forma, 40 vagas serão ofertadas para os homens, que competirão no dia 10 de setembro na Riviera Francesa, e outras 40 vagas serão exclusivas para mulheres, que participarão da prova marcada para o dia 14 de outubro no arquipélago norte-americano, situado no mar do Pacífico.

O Itaú BBA IRONMAN Brasil tem atraído, ao longo dos anos, alguns dos melhores nomes do triatlo endurance do circuito mundial no masculino e feminino. Entre tantos destaques, foi em Jurerê Internacional, na edição de 2017, que o britânico Tim Don estabeleceu o recorde mundial da distância, colocando Florianópolis, Santa Catarina e o Brasil em evidência em todo o planeta.

Do lado brasileiro, depois das conquistas de Fernanda Keller, em 2004 e 2008, e de Igor Amorelli, em 2014, no ano passado, pela primeira vez, o topo do pódio ficou todo com o país. As vitórias de Reinaldo Colucci e Pâmela Oliveira confirmaram o crescimento do esporte no país e a qualidade dos nossos atletas. Destaque também para os brazucas na Faixa Etária, com várias vitórias nos últimos anos. Por isso, a expectativa deste ano é repetir o elevado nível técnico em todas as disputas.

Nestas mais de duas décadas de história, além do fortalecimento do esporte, o evento ainda tem contribuído para o desenvolvimento sócio-econômico da região, movimentando a comunidade local de várias maneiras. Somente para a realização do evento, o Itaú BBA IRONMAN Brasil reúne 2500 pessoas no staff, que garante a assistência e conforto para os participantes em todas as etapas, desde a entrega de kits até o dia da prova. Há ainda o que o evento gera em investimento para o local, proporcionando uma movimentação financeira de aproximadamente 45 milhões de Reais. Sem dúvida, a parceria com a cidade e o estado, além dos parceiros, tem sido benéfica para todos.

O Itaú BBA IRONMAN Brasil são organizados pela Unlimited Sports, com Title Sponsor Itaú BBA, patrocínio de Track Field, Xiaomi, SOS Cardio, Omint e Heineken, com copatrocínio de Dux, Boali, Aquasphere e apoio do Governo de Santa Catarina e Prefeitura de Florianópolis.

Mais informações no site oficial, www.ironmanbrasil.com.br

71ª Prova Ciclística 1º de Maio tem inscrições abertas até dia 28

A 71ª Prova Ciclística 1º de Maio será a atração na próxima segunda, Dia Internacional do Trabalhador. A competição reunirá algumas das principais equipes e ciclistas paulistas, além de representantes de outros estados, divididos em 20 categorias. As disputas acontecerão em um circuito de 2,3 km montado na Avenida Engenheiro Fábio Rodrigo Barnabé, s/n, no Parque Ecológico de Indaiatuba. A programação oficial prevê a realização de cinco baterias, a partir das 8h, com muito ciclismo de qualidade, sendo uma ótima sugestão para curtir no feriado.

As inscrições estão abertas de devem ser feitas exclusivamente on-line pelo link https://partiupedal.com/ até esta sexta-feira, dia 28/04, às 23h59. A inscrição terá uma taxa de valor único por ciclista de R$ 110,00 (cento e dez reais). As categorias Juvenil Open Masculino/Feminino e Master D1/D2, assim como as Masters Feminino com a idade de 60 anos e mais, têm 50% de desconto no valor da taxa de inscrição, ou seja, pagam R$ 55,00 (cinquenta e cinco reais) por ciclista.

As categorias Kids Masculino/Feminino, Mirim Masculino/Feminino e Infantil Masculino/Feminino, terão suas inscrições ISENTAS. Vale ressaltar que os ciclistas precisam estar filiados e o processo de filiação é on-line no site da FPCiclismo, www.fociclismo.org.br. Não haverá nenhuma outra forma de inscrição e/ou pagamento além do descrito, assim como não serão realizadas inscrições no dia e local da prova.

Uma das atrações será a disputa da Elite, masculino e feminino, com vários atletas de renome da modalidade e que deverão fazer uma bela briga pelos primeiros lugares. A categoria também terá premiação em dinheiro para homens e mulheres, com a seguinte divisão: 1º) R$1000,00, 2º) R$500,00, 3º) R$400,00, 4º) R$200,00, e 5º) R$100,00.

Foto/ Ivan Storti

Prova *Ciclística 1º de Maio*

A prova contará pontos para o Ranking Paulista de Estrada, para todas as categorias em disputa, assim como para o Ranking Nacional de Estrada (CBC), na Classe 4, motivando ainda mais a participação dos ciclistas.

A 71ª Prova Ciclística 1º de Maio é uma realização da Federação Paulista de Ciclismo, coma supervisão da Confederação Brasileira de Ciclismo (CBC) e o apoio da Prefeitura Municipal de Indaiatuba e de suas Secretarias Municipais.

Raphael Reis vai correr ao lado do argentino Jorge Barrio no Endurance no TCR South America

Foto/ Rafael Ferreira

Raphael *Reis*

Após duas etapas na temporada 2023 do TCR South America Banco BRB, é chegada a vez do primeiro encontro do Endurance, as provas longas, do campeonato continental. No moderno circuito de Termas de Río Hondo, cidade termal na província de Santiago del Estero, no noroeste da Argentina, Raphael Reis terá o primeiro desafio de longa duração do ano a bordo do CUPRA TCR preparado pela W2 Pro-Gp.

Para a etapa, o brasiliense apoiado pelo banco BRB terá um parceiro de respeito no carro #77: o jovem argentino Jorge Barrio, de 18 anos. Ele estreou na categoria no ano passado, como um dos pilotos escolhidos pela Toyota para desenvolver seu modelo Corolla para os campeonatos TCR ao redor do mundo. E impressionou: em cinco corridas disputadas foram duas vitórias, três pódios, uma pole e duas melhores voltas.

Raphael Reis e Jorge Barrio dividirão o comando do CUPRA TCR #77 a partir de sexta-feira, com os primeiros treinos livres em Termas de Río Hondo. Para o brasiliense, a experiência do jovem argentino nas pistas de seu próprio país pode ser um trunfo para a dupla nas provas longas ao longo da temporada 2023.

E a pista é uma das melhores da América do Sul, na segunda visita do TCR South America Banco BRB. O Autódromo Internacional Termas de Río Hondo foi inaugurado em 11 de maio de 2008. Quatro anos depois, começaram as obras de reforma, ampliação e modernização do circuito para receber o Mundial de Motovelocidade e que o transformaram em um dos mais importantes da região. Com 14 curvas e longas retas, a pista tem todos os ingredientes para receber mais uma grande corrida.

A primeira etapa de Endurance do TCR South America terá atividades de pista já na sexta-feira. A categoria volta a acelerar no sábado com mais duas sessões de treinos livres e o treino classificatório que define o grid de largada da corrida de domingo. As corridas do TCR tem transmissão dos canais ESPN e Star+ para o território brasileiro.

"Confiante para essa etapa de Endurance, diferente da última etapa, Termas é um circuito que já corri com o carro do TCR e acho que estaremos rápidos. Venho com um companheiro jovem e muito talentoso, que conhece o carro e está acostumado com as pistas da Argentina. Então tenho certeza que vamos brigar por um ótimo resultado. Será muito importante ter um bom ritmo dos dois pilotos e também administrar o desgaste dos pneus na corrida, disse Raphael Reis."

F2: Enzo Fittipaldi vai ao Azerbaijão e mira pontos nas duas corridas

Photo Agency/ Dutch Foto

Enzo *Fittipaldi*

Único brasileiro no grid da Fórmula 2, Enzo Fittipaldi disputa neste final de semana a quarta etapa da temporada 2023, marcada para o Circuito Internacional de Baku, no Azerbaijão. O piloto da Carlin espera por um bom desempenho no traçado mais longo da temporada, com 6.004 metros, após um longo hiato de corridas, já que a última etapa foi realizada há quase um mês, na Austrália.

Será a segunda passagem de Enzo pelo circuito montado nas ruas da capital azeri. Quando correu em Baku, na temporada de 2022, o atual integrante da Academia da Red Bull garantiu uma sexta posição na segunda corrida da etapa, justamente a que paga mais pontos no final de semana. A expectativa do piloto é ser competitivo nas duas provas do final de semana e somar o máximo de pontos possíveis.

"Essa é uma pista muito rápida e de rua, que eu acho sensacional. Ano passado, terminei a corrida principal na sexta posição, então é uma pista em que eu tenho boas memórias, e estou muito animado para as duas corridas", diz Enzo Fittipaldi, que tem os patrocínios de Banco do Brasil, Eurofarma, Claro, Snapdragon, OakBerry, Baterias Moura, Stake, Furia, PLGG e Fantom.

Como sempre ocorre na Fórmula 2, a programação será aberta na sexta-feira (28), quando ocorrem o único treino livre do final de semana e a classificação. O sábado é reservado para a primeira corrida do final de semana, mais curta e que paga menos pontos, enquanto o domingo tem a corrida principal. O BandSports mostra toda a programação.

Lula propõe erradicar a fome como prioridade da agenda internacional

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva afirmou, na quarta-feira (26), que é preciso recolocar, como prioridade, na agenda internacional, a erradicação da fome e da pobreza. Lula está em viagem oficial à Espanha e participou de almoço oferecido pelo rei Felipe VI, no Palácio Real, em Madri.

Em seu breve discurso, ele discorreu sobre a cooperação entre os dois países e a necessidade de preservação da paz, citando a guerra entre a Rússia e Ucrânia.

"Brasileiros e espanhóis estão comprometidos com o desenvolvimento sustentável e com as transições energéticas e ecológicas. Compartilhamos a urgência de agir para proteger o meio ambiente e combater as mudanças climáticas. Também é momento para recolocar como prioridade no centro da agenda internacional a erradicação da fome e da pobreza. Não haverá sustentabilidade sem justiça social, tampouco haverá sustentabilidade no mundo em guerra", disse.

Lula voltou a condenar a invasão da Ucrânia pela Rússia. "Queremos abrir caminhos para o diálogo e não obstruir as saídas que as diplomacias oferecem. Sem o cessar-fogo não é possível avançar. Essa guerra no coração da Europa é uma tragédia para a humanidade. O mundo precisa de paz, o mundo também precisa de solidariedade", acrescentou.

Desde que tomou posse, o presidente brasileiro defende a criação de um grupo de países neutros para negociar o fim do conflito entre Rússia e Ucrânia. Em viagem à China, no início deste mês, Lula chegou a criticar os Estados Unidos e países da União Europeia (EU) por estarem "incentivando a guerra" com o fornecimento de armas aos ucranianos. Agora, na Europa, o presidente vem reafirmando seu apoio à solução negociada para a paz na Ucrânia. (Agencia Brasil)

Brasil e Espanha assinam acordos em educação, trabalho e pesquisa

Brasil e Espanha assinaram, na quarta-feira (26), três acordos para cooperação nas áreas de educação, trabalho e pesquisa científica. A cerimônia de assinatura de atos ocorreu no Palácio de Moncloa, em Madri, com a presença do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que está em viagem oficial à Espanha, e do primeiro-ministro espanhol, Pedro Sánchez.

O primeiro documento foi um memorando de entendimento entre os ministérios do Trabalho dos dois países, que prevê o intercâmbio de informações sobre a reforma trabalhista na Espanha, realizada no final de 2021. Entre outras questões, a reforma melhorou as condições de vida dos trabalhadores de aplicativos. Na terça-feira (25), Lula e o ministro do Trabalho, Luiz Marinho, também se reuniram, em Madri, com lideranças sindicais espanholas para conversarem sobre o tema.

No Brasil, o governo federal quer apresentar uma proposta de regulamentação dessa forma de trabalho até o fim deste semestre. O Ministério do Trabalho tem ouvido representantes dos próprios trabalhadores e das plataformas de serviços, especialistas e estudado a legislação de outros países para chegar a um consenso sobre uma proposta que assegure direitos à categoria.

Os objetivos centrais do memorando são fomentar o intercâmbio de melhores práticas, posicionar questões do trabalho no centro das estratégias nacionais de desenvolvimento econômico e social e socioambiental, com ênfase no protagonismo das organizações de trabalhadores e empregadores, através do diálogo social e com foco na superação das diversas expressões de desigualdade.

Além disso, o documento prevê mecanismos de cooperação para o aumento da produtividade, sobretudo em pequenas e médias empresas, e de apoio das reformas sindicais, a fim de ampliar a filiação e representatividade das entidades.

O segundo memorando assinado nesta quarta-feira trata da cooperação no ensino universitário, firmado entre o Ministério da Educação e Ministério de Universidades do Reino da Espanha. O objetivo é intensificar o intercâmbio e também o reconhecimento de estudos de lado a lado.

Por fim, foi firmada uma carta de intenções na área de pesquisa científica, entre Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação do Brasil, o Ministério de Ciência e Inovação da Espanha, a Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), pelo lado brasileiro, e o Centro para o Desenvolvimento Tecnológico Industrial da Espanha.

O documento trata da coordenação de projetos bilaterais de desenvolvimento e inovação tecnológica entre empresas brasileiras e espanholas. Programas de trabalhos anuais devem ser estabelecidos brevemente definindo os diferentes aspectos da colaboração, como reuniões de análise e controle, calendário de convocações, troca de informações, acompanhamento de projetos e organização das atividades de promoção, entre outros.

As áreas prioritárias desse acordo são pesquisa em saúde, meio ambiente e mudança climática, transição energética, alimentos de maior qualidade e valor agregado, novos recursos para a Indústria 4.0, produção mais limpa ou sustentável, mobilidade e transporte avançado, tecnologias da informação e comunicações.

A lista e a íntegra dos atos assinado na quarta-feira estão disponíveis no site do Ministério das Relações Exteriores.

O presidente Lula está em viagem oficial a Europa desde a última sexta-feira (21). A agenda começou por Portugal e na terça-feira (26) a comitiva brasileira desembarcou em Madri. Na capital espanhola, o presidente se reuniu com lideranças sindicais e participou de um fórum de empresários. Na quarta-feira, após a cerimônia com Sánchez, no Palácio de Moncloa, Lula tem encontro com o Rei Felipe VI, da Espanha. (Agencia Brasil)

Compras e pagamentos de contas com Pix batem recorde em março

O uso do Pix, sistema de transferências instantâneas do Banco Central (BC), para compras e pagamentos de contas encerrou o primeiro trimestre com recorde. Em março, as transações de pessoas físicas para empresas corresponderam a 27% do total, informou na quarta-feira (26) o BC.

Este foi o percentual mais alto da série histórica. Quando o Pix entrou em funcionamento, em novembro de 2020, apenas 5% das transações eram feitas de pessoas físicas para empresas.

Em março, 683,75 milhões de transações no Pix foram de pessoas físicas para empresas, categoria que abrange compras físicas, compras pela internet e pagamento de contas. Esse tipo de transação movimentou R$ 423,27 bilhões no mês passado.

A preferência no uso do Pix continua nas transações entre pessoas físicas, que responderam por 63% das transações em março. Em abril de 2021, o percentual estava em 76%.

Em março, a utilização total do Pix bateu recorde, superando pela primeira vez a marca de 3 bilhões de transações mensais. O valor movimentado também foi recorde, com R$ 1,28 trilhão transferidos no mês passado. (Agencia Brasil)

Hejoassu Administração S.A.

CNPJ/MF nº 61.194.148/0001-07 - NIRE 35.300.192.559

Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2022 e 2021 *(Valores em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)*

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Ativo	Nota	2022	2021
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa		2.749	554
Aplicações financeiras		10.081	12.633
Partes relacionadas	6	3.643	4.039
Dividendos a receber	6	1.130.988	1.520.414
Outros ativos		93	85
		1.147.554	1.537.725
Não Circulante			
Tributos a recuperar	5	41.885	39.570
Depósitos judiciais		3.175	3.175
		45.060	42.745
Investimentos	7	52.870.300	49.914.722
Direitos de uso - contrato arrendamento		6.409	9.419
		52.876.709	49.924.141
		52.921.769	49.966.886
Total do ativo		**54.069.323**	**51.504.611**

Passivo e Patrimônio Líquido	Nota	2022	2021
Circulante			
Fornecedores		137	85
Salários e encargos sociais		4.881	4.318
Tributos a recolher		247	201
Dividendos a pagar	6	1.122.678	1.513.077
Arrendamento mercantil		4.426	7.645
Outras exigibilidades		7	4
		1.132.376	1.525.330
Não Circulante			
Outras exigibilidades		828	767
Arrendamento mercantil		2.260	2.046
Provisões para contingências		6.015	5.859
		9.104	8.672
Patrimônio líquido	8		
Capital social		27.000.000	27.000.000
Reservas de lucros		20.637.914	16.448.952
Ajuste de avaliação patrimonial		5.289.929	6.521.657
		52.927.843	49.970.609
Total do passivo e patrimônio líquido		**54.069.323**	**51.504.611**

DEMONSTRAÇÃO DE MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Nota	Capital Social	Reserva de lucros: Incentivos fiscais	Reserva legal	Reserva de retenção	Lucros acumulados	Ajustes de avaliação patrimonial	Patrimônio líquido
Em 1º de janeiro de 2021		**27.000.000**	**10.479**	**1.370.318**	**9.129.862**		**4.882.700**	**42.393.359**
Lucro do exercício						6.370.851		6.370.851
Reflexo de outros resultados abrangentes de controlada							1.638.957	1.638.957
Total do resultado abrangente do exercício						6.370.851	1.638.957	8.009.808
Total de contribuições dos acionistas e distribuições aos acionistas								
Efeito da diluição da participação societária - aquisição da McInnis					1.513.187			1.513.187
Ganho líquido na venda de ações e diluição de participação - CBA					556.331			556.331
Constituição de reserva legal	8 (c)			318.542		(318.542)		
Dividendos distribuídos	8 (b)				(988.999)			(988.999)
Dividendos mínimos obrigatórios	8 (b)					(1.513.077)		(1.513.077)
Retenção de lucros					4.539.231	(4.539.231)		
Total de contribuições dos acionistas e distribuições aos acionistas				**318.542**	**5.619.751**	**(6.370.851)**		**(432.558)**
Em 31 de dezembro de 2021		**27.000.000**	**10.479**	**1.688.860**	**14.749.612**		**6.521.657**	**49.970.609**
Lucro do exercício						4.727.066		4.727.066
Reflexo de outros resultado abrangentes de controlada							(1.125.640)	(1.125.640)
Total do resultado abrangente do exercício						**4.727.066**	**(1.125.640)**	**3.601.426**
Total de contribuições dos acionistas e distribuições aos acionistas								
Ganho líquido na venda de ações e diluição de participação - CBA					317.022			317.022
Reflexo da aquisição de participação de não controladores - Alux Brasil					(47.556)			(47.556)
Reflexo do efeito do ajuste contábil inicial da economia hiperinflacionária					88.651			88.651
Dividendos revertidos					1.513.077			1.513.077
Reclassificação de valor justo de ações na aquisição de investimentos					154.773		(154.773)	
Reclassificação de resultados abrangentes na venda de investimento					(48.685)		48.685	
Constituição de reserva legal	8 (c)			236.353		(236.353)		
Dividendos distribuídos	8 (b)				(1.392.708)			(1.392.708)
Dividendos mínimos obrigatórios	8 (b)					(1.122.678)		(1.122.678)
Retenção de lucros					3.368.035	(3.368.035)		
Total de contribuições dos acionistas e distribuições aos acionistas				**236.353**	**3.952.609**	**(4.727.066)**	**(106.088)**	**(644.192)**
Em 31 de dezembro de 2022		**27.000.000**	**10.479**	**1.925.214**	**18.702.221**		**5.289.929**	**52.927.843**

NOTAS EXPLICATIVAS AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. Considerações gerais: A Hejoassu Administração S.A. ("Companhia", ou "Hejoassu") é uma sociedade de capital privado fechado, e controladora integral da Votorantim S.A. ("VSA"), com sede na cidade de São Paulo, Brasil. A empresa foi constituída em 24/09/1969 e tem como atividade principal a administração de bens e empresas. **2 Apresentação e aprovação das demonstrações financeiras e contábeis:** A emissão dessas demonstrações financeiras foi aprovada pela Diretoria em 20/04/2023, considerando os eventos subsequentes ocorridos até essa data, que tiveram efeito sobre as divulgações das referidas demonstrações. **2.1 Base de apresentação:** As demonstrações financeiras foram preparadas tendo o custo histórico como base de valor e certos ativos e passivos financeiros, inclusive instrumentos financeiros derivativos, reflexos de controlada, foram mensurados ao valor justo em contrapartida ao resultado. Estas demonstrações financeiras individuais contêm informações sobre a Hejoassu e não contêm informações financeiras consolidadas, como sendo a controladora de um grupo. A Hejoassu não está apresentando demonstrações financeiras consolidadas, incluindo a sua controlada VSA, uma vez que essa controlada é a holding do Grupo Votorantim e já prepara demonstrações financeiras consolidadas. A administração da Companhia concluiu que a preparação de demonstrações financeiras consolidadas incluindo a Hejoassu, considerando a irrelevância de seus ativos e passivos, estaria duplicando informações já disponíveis, não acrescentando relevância ou confiabilidade ao que já está disponível ao público por meio do site www.votorantim.com.br A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das suas práticas contábeis. As áreas que requerem maior nível de julgamento e apresentam maior complexidade, bem como áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão descritas na Nota 3. **3. Estimativas e premissas contábeis críticas:** As estimativas e julgamentos contábeis refletidos de controlada são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, inclusive expectativas de eventos futuros considerados razoáveis para as circunstâncias. Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício financeiro, estão contempladas abaixo. **(a) Provisões tributárias:** A Companhia é parte envolvida em processos tributários que se encontram em instâncias diversas. As provisões constituídas para fazer face a potenciais perdas decorrentes dos processos em curso, são estabelecidas e atualizadas com base na avaliação da administração, fundamental na opinião de seus assessores legais e requerem elevado grau de julgamento sobre as matérias envolvidas. **4. Principais práticas e estimativas contábeis adotadas: (a) Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, os depósitos e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa que estão sujeitos a insignificante risco de mudança de valor. Nas demonstrações do fluxo de caixa, o caixa e os equivalentes de caixa são apresentados líquidos dos saldos tomados. **(b) Depósitos judiciais:** No que se refere a processos judiciais de contestação de legalidade ou constitucionalidade de obrigação tributária, tem seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras, independentemente da probabilidade de sucesso dos processos judiciais em andamento. **(c) Investimentos:** Os investimentos em sociedades coligadas e controladas são registrados e avaliados pelo método de equivalência patrimonial (MEP), tendo como contrapartida o resultado do exercício. No caso de variação cambial de investimento em coligadas e controladas indiretamente no exterior, as variações no valor do investimento decorrentes exclusivamente de variação cambial, são registradas na conta "Ajuste de avaliação patrimonial", no patrimônio líquido da Companhia, e somente são registradas ao resultado do exercício quando o investimento for alienado ou considerado como perda. Quando necessário, as práticas contábeis das investidas são alteradas para garantir consistência com as práticas adotadas pela Companhia. **(d) Apuração do resultado:** O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime de competência.

5. Tributos a recuperar:

	2022	2021
IRPJ a compensar (i)	40.880	39.015
IRRF sobre aplicações financeiras	605	169
CSLL a compensar	400	386
	41.885	**39.570**

(i) Refere-se principalmente a antecipações de IRPJ efetuadas em exercícios anteriores. Os pedidos de restituição foram entregues oportunamente, e estão em processo de homologação pela Secretaria da Receita Federal. Em 2021, a Companhia recebeu restituição, em caixa, de R$ 7.622 milhões.

6. Partes relacionadas: Saldos e transações com partes relacionadas:

	2022	2021	2022	2021	2022	2021
	Valores a receber		Dividendos a receber		Dividendos a pagar	
Votorantim S.A.	3.643	2.731	1.130.988	1.520.414		
AEM Participações S.A.					280.670	378.269
ERMAN Participações S.A.					280.670	378.269
MRC Participações S.A.		586			280.670	378.269
JEMF Participações S.A.		722			280.670	378.269
	3.643	**4.039**	**1.130.988**	**1.520.414**	**1.122.678**	**1.513.077**

As transações com partes relacionadas referem-se estritamente ao curso normal das operações, e são relacionados aos dividendos a receber e a pagar para os seus acionistas, bem como ao reembolso dos gastos incorridos com manutenção, aluguel e IPTU dos andares 14º ao 16º da Sede, baseado em contrato. O critério de rateio levou em consideração a área ocupada (m²). **7. Investimentos: (a) Composição:**

	Informação da investida em 31/12/2022			Resultado de equiv. patrimonial		Saldo de investimento	
	Patrimônio Líquido	Resultado do exercício	Percentual de participação (%)	2022	2021	2022	2021
Votorantim S.A.	52.869.026	4.762.056	100,00	4.762.056	6.401.743	52.869.026	49.913.568
Nazaré Participações Ltda.	1.073	(1.501)	99,99	(1.501)	(1.605)	1.073	953
Outros investimentos						201	201
Total dos investimentos				**4.760.555**	**6.400.138**	**52.870.300**	**49.914.722**

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

	Nota	2022	2021
Resultado de participações societárias			
Resultado e equivalência patrimonial	7	4.760.555	6.400.193
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas		(37.262)	(30.242)
Lucro operacional antes do resultado financeiro		**4.723.293**	**6.369.951**
Receitas financeiras		4.690	1.553
Despesas financeiras		(917)	(653)
Receitas financeiras, líquidas		3.773	900
Lucro (prejuízo) antes do IRPJ e da CSLL		**4.727.066**	**6.370.851**
IRPJ e CSLL			
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		**4.727.066**	**6.370.851**
Lucro líquido (prejuízo) básico e diluído por ação		2,95	3,98
Quantidade média de ações		1.600.000	1.600.000

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS ABRANGENTES

	2022	2021
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	**4.727.066**	**6.370.851**
Outros componentes do resultado abrangente a serem posteriormente reclassificados para o resultado - reflexo de controlada		
Variação cambial de investimentos no exterior	(1.273.679)	586.602
"Hedge accounting" de investimentos líquidos no exterior	(108.361)	(12.116)
"Hedge accounting" operacional de controladas	(11.361)	600.890
Mudanças no valor justo dos ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (2017: disponíveis para venda)		
Outros resultados abrangentes	(3.137)	(3.346)
Outros reflexos de controladas e coligadas	152.391	430.047
	(1.244.147)	**1.602.077**
Outros componentes do resultado abrangente líquido que não serão reclassificados para o resultado - reflexo de controlada		
Ganhos e perdas atuariais com benefícios de aposentadoria	118.507	36.880
Outros componentes do resultado abrangente do exercício	**(1.125.640)**	**1.638.957**
Total do resultado abrangente do exercício, líquido dos efeitos tributários	**3.601.426**	**8.009.808**

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

	2022	2021
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes do IRPJ e CSLL	4.727.066	6.370.851
Ajustes de itens que não representam alteração de caixa e equivalentes de caixa		
Equivalência patrimonial	(4.760.555)	(6.400.193)
Variações monetárias	(4.534)	(1.506)
Constituição e reversão de provisões		(16)
	(38.023)	(30.865)
Variações nos ativos e passivos		
Aumento (diminuição) em outros passivos	(2.298)	196
Diminuição (aumento) em outros ativos	5.793	7.369
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	**(34.528)**	**(23.300)**
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aporte de capital em controladas	(1.621)	(1.825)
Dividendos recebidos	1.428.500	1.017.670
Caixa líquido gerado pelas atividades de investimentos	**1.426.879**	**1.015.845**
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Dividendos pagos	(1.392.708)	(988.999)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	**(1.392.708)**	**(988.999)**
Acréscimo (decréscimo) em caixa e equivalentes de caixa	**(357)**	**3.547**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	**13.187**	**9.640**
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	**12.830**	**13.187**
Transações que não afetaram o caixa		
Reversão de dividendos a receber	1.520.414	
Reversão de dividendos a pagar	1.513.077	

8. Patrimônio Líquido: (a) Capital social: Em 31/12/2022 e 31/12/2021, o capital social totalmente subscrito e integralizado da Companhia é R$ 27.000.000.000 (vinte e sete bilhões de reais), e representado por 1.600.000 ações ordinárias nominativas. **(b) Dividendos:** Os dividendos são calculados com base em 25% do lucro líquido do exercício deduzido de reserva legal, de acordo com o estatuto da Companhia. Durante o período de um ano findo em 31/12/2022, a Companhia deliberou o pagamento às suas controladoras AEM Participações S.A.; ERMAN Participações S.A.; JEMF Participações S.A. E MRC Participações S.A., o montante de R$ 1.392.708 correspondente a dividendos relativos parte do saldo de "Reservas de lucros" acumulados até dezembro de 2021, e deliberou os dividendos mínimos obrigatórios referentes ao exercício de 2022, no valor de R$ 1.122.678 conforme detalhado no quadro a seguir.

	2022	2021
Lucro líquido do exercício	4.727.066	6.370.851
Reserva legal	(236.353)	(318.543)
Base de cálculo dos dividendos	4.490.713	6.052.308
Dividendos propostos (25% sobre o lucro líquido)	1.122.678	1.513.077
Dividendos adicionais - exercícios anteriores	1.392.708	988.999
Dividendos distribuídos e propostos	2.515.386	2.502.076
Porcentagem sobre o lucro líquido do exercício	25%	25%
Dividendos propostos por ação	1,57	1,56

(c) Reserva legal e de retenção de lucros: A reserva legal é constituída pela apropriação de 5% do lucro líquido do exercício social ou saldo remanescente, limitado a 20% do capital social, podendo ser utilizada somente para aumento de capital ou absorção de prejuízos acumulados. A reserva de retenção é constituída para registrar a retenção do saldo remanescente de lucros acumulados, a fim de atender principalmente ao projeto de crescimento dos negócios estabelecido no plano de investimentos da Companhia. **(d) Ajustes de avaliação patrimonial:** A Companhia reconhece nessa rubrica o efeito das variações cambiais sobre os investimentos em controladas no exterior, detidas de forma indireta. Esse efeito acumulado será revertido para o resultado do exercício como ganho ou perda somente em caso de alienação ou perda do investimento. Também são consideradas nesta rubrica de forma reflexa: a variação cambial de dívidas e derivativos designados para mitigar riscos cambiais, preços de *commodities* e taxa de juros (contabilidade de *hedge*), ganhos e perdas atuariais dos planos de pensão, e a parcela de valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda.

José Ermírio de Moraes Neto - Diretor
Clóvis Ermírio de Moraes Scripilliti - Diretor
José Luiz Gimenes Caiafa - Diretor
Sergio Thiago da Gama Giestas - Diretor

Paulo Midena - Contador – CRC nº 1SP 171.463/O-9

Educadores e lideranças pedem mais atenção à educação escolar indígena

Participantes da 19ª edição do Acampamento Terra Livre - espécie de assembleia que o movimento indígena realiza anualmente, desde 2004, em Brasília – aprovaram, na quarta-feira (26), a redação de um documento em que cobram mais atenção do Poder Público à educação escolar indígena.

Escrito a partir das contribuições de educadores e de lideranças de diversas etnias e de diferentes localidades, a carta deve ser apresentada ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva, provavelmente na sexta-feira (26), quando Lula deve comparecer ao encerramento do evento organizado pela Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib). A expectativa do movimento indígena é que, na ocasião, o presidente anuncie a homologação de novas terras indígenas.

Cópias do documento com as principais reivindicações do movimento quanto à oferta pública de instrução formal para os povos indígenas também serão encaminhadas ao ministro da Educação, Camilo Santana, e a outros membros do governo federal, bem como a governadores e prefeitos de cidades onde há a presença de comunidades indígenas.

Entre as principais demandas do movimento indígena para o segmento está a criação, no âmbito do Ministério da Educação, de uma secretaria integralmente dedicada à educação escolar indígena. "Não é interessante termos professores e gestores indígenas atuando em territórios indígenas de acordo com um modelo de educação anti-indígena que continue colonizando a educação e que não reforça o projeto de cada povo", argumentou o pedagogo e integrante da Organização dos Professores Indígenas do Ceará, Thiago Anacé.

Para os participantes da plenária sobre educação indígena realizada na quarta-feira, no Acampamento Terra Livre, a criação de uma secretaria especial poderia contribuir institucionalmente para agilizar as ações do Poder Público em resposta a uma série de problemas elencados no documento, tais como "a precariedade da educação escolar indígena e da infraestrutura das escolas indígenas"; "a desvalorização dos professores indígenas" e a "frágil execução das políticas públicas de educação escolar indígena nos estados e municípios".

"Nos últimos anos, sofremos muitos retrocessos. A precarização nas escolas indígenas aumentou muito; os processos seletivos para contratação de professores indígenas e de pagamento destes profissionais estão caóticos. Por isso estamos pedindo para retomarmos de fato a política de educação escolar indígena. Estamos pedindo socorro, que a educação escolar indígena seja encarada como uma prioridade", comentou Alva Rosa Tukano, do Fórum de Educação Escolar Indígena, entidade que vem propondo a criação de uma secretaria especial desde a transição entre o governo Jair Bolsonaro e a posse de Lula.

Universidade indígena

No documento aprovado, os participantes do Acampamento Terra Livre e membros das entidades que atuam com a educação escolar indígena também voltam a reivindicar a criação de uma instituição federal de educação superior. Em 2014, o tema motivou o então ministro da Educação, Aloizio Mercadante, a instituir um grupo de trabalho para "realizar estudos sobre a criação de instituição de educação superior intercultural indígena que promova, por meio do ensino, pesquisa e extensão, atividades voltadas para a valorização dos patrimônios epistemológicos, culturais e linguísticos dos povos indígenas, considerando-se suas demandas e necessidades".

O movimento indígena também pede que volte a lhe ser garantida uma vaga no Conselho Nacional de Educação; a retomada da implementação dos chamados Territórios Etnoeducacionais; a discussão ou consolidação de um fundo específico para a educação escolar indígena - espécie de Fundo de Manutenção e Desenvolvimento (Fundeb) específico para o subsistema educacional; a retomada das políticas de ação afirmativa para estudantes indígenas; uma política de promoção e pesquisa das línguas e dialetos indígenas falados no país e a garantia de que crianças e adolescentes de áreas em disputa tenham acesso ao ensino indígena.

"Nós que moramos nas áreas retomadas temos grandes dificuldades na implementação da educação escolar indígena. Só em Mato Grosso do Sul há mais de 150 áreas em litígio, não demarcadas, e muitas destas comunidades não recebem sequer o que já é assegurado pela Constituição Federal. Por isso, reivindicamos que seja assegurado às áreas retomadas o mesmo tratamento destinado às escolas homologadas de aldeias indígenas. E que seja assegurado o mesmo tratamento às escolas de aldeias urbanas ainda não homologadas", propôs Gilmar Veron, do Fórum de Educação de Mato Grosso do Sul. (Agencia Brasil)

Jornal O DIA SP

Edição impressa produzida pelo **Jornal O Dia SP** com circulação diária, em bancas e para assinantes. As íntegras dessas publicações encontram-se disponíveis no site: https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal

Após Comissão da Verdade, indígenas enfrentam retrocessos em direitos

Em 2014, a Comissão Nacional da Verdade (CNV) identificou diversas violações de direitos humanos cometidas durante o período da ditadura militar (1964-1985). O relatório final propôs diversas recomendações, entre elas, a instauração de uma comissão específica para apurar os crimes contra as populações indígenas. Uma análise feita pelo Instituto Vladmir Herzog, em parceria com a Fundação Friedrich Ebert Brasil, mostra que no caso dos povos originários, não só não houve nenhum avanço em relação ao reconhecimento e reparação das violações, como diversos retrocessos na garantia de direitos dessas populações.

Foram propostas 13 recomendações relacionadas aos povos indígenas. Porém, o documento *Fortalecimento da democracia: Monitoramento das recomendações da Comissão Nacional da Verdade* aponta que houve apenas retrocessos nessa área. Entre as medidas, está previsto um pedido de desculpas do Estado brasileiro pela destituição dos territórios tradicionais das populações originárias e demais violências cometidas nesse processo. Como reparação, as terras deveriam ser devolvidas e os invasores, que atualmente ocupam parte dessas áreas, retirados.

O relatório do Instituto Vladmir Herzog destaca, no entanto, que houve um crescimento de 63% do número de indígenas assassinados no período de 2019 a 2020, por garimpeiros e latifundiários. Segundo levantamento do Conselho Missionário Indigenista, as mortes passaram de 113 para 182. O documento ressalta ainda que houve paralisação das demarcações durante todo o governo do presidente Jair Bolsonaro.

Há ainda a ameaça do chamado Marco Temporal, projeto de lei de 2007 que estipula que os povos indígenas só teriam direito às terras que estivessem ocupando no momento da promulgação da Constituição de 1988. O tema está atualmente sob análise do Supremo Tribunal Federal (STF). Caso a tese não seja derrotada na Suprema Corte, várias demarcações de terras indígenas podem ser revistas.

Para além da temática dos povos indígenas, o relatório da Comissão Nacional da Verdade apresentou 29 recomendações. Dessas, segundo a análise do Instituto Vladmir Herzog, apenas duas foram atendidas. Foi revogada a Lei de Segurança Nacional e instituída a audiência de custódia, garantindo que todos os presos sejam ouvidos por um juiz em até 24 horas, como forma de combater a tortura e as detenções ilegais.

O relatório aponta ainda que seis das recomendações foram atendidas parcialmente. A maioria, entretanto, ou não foi realizada, situação de 14 dos pontos elencados, ou enfrentaram retrocessos, em sete dos casos.

Entre as recomendações que enfrentaram retrocessos está a de proibir a comemoração do golpe de 1964. Durante os últimos anos, não só a prática não foi proibida, como destaca o relatório, chegou a ser encorajada pela Presidência da República. Durante os últimos quatro anos, o Ministério da Defesa proferiu ordens do dia celebrando o dia em que a ditadura foi instaurada no Brasil.

Outro retrocesso apontado pelo documento é o desmonte do Mecanismo de Prevenção e Combate à Tortura, criado em 2015. Em 2019, segundo o relatório, a capacidade de atuação do órgão foi reduzida, chegando aos dias de hoje praticamente inoperante. (Agencia Brasil)

Justiça nega ação contra Pezão por obras no Maracanã

A Justiça do Rio de Janeiro julgou improcedente a ação civil pública por ato de improbidade administrativa contra o ex-governador Luiz Fernando de Souza Pezão proposta pelo Ministério Público do Rio de Janeiro.

A ação foi ajuizada em razão de Pezão ter utilizado recursos dos cofres do Estado, no valor aproximado de R$ 3 milhões, para reforma no sistema de iluminação do estádio do Maracanã, para os Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016. Na decisão, o juiz também suspendeu decisão que havia determinado a indisponibilidade de bens do ex-governador.

"Em que pese o custeio do valor de R$ 2.979 milhões para a substituição do sistema de iluminação do Estádio do Maracanã, e a combativa argumentação autoral, não se logrou comprovar o dolo de improbidade administrativa pelo demandado. Ante o exposto, na forma do art. 487, inciso I, do Código de Processo Civil, julgo improcedente os pedidos formulados por Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro em face de Luiz Fernando de Souza. Como consequência, revoga-se no que se refere à indisponibilidade de bens do demandado", escreveu o juiz da 3ª Vara de Fazenda Pública, Daniel Calafate Brito, na decisão.

Na ação, o Ministério Público justificou a acusação de improbidade, avaliando ser desnecessária a reforma, pois o ex-governador autorizou a substituição dos refletores e demais equipamentos do estádio, que haviam sido instalados dois anos antes, em 2014, para a realização da Copa do Mundo de Futebol. Pezão alegou que a reforma para as Olimpíadas atendeu à exigência do Comitê Olímpico Internacional (COI).

O juiz considerou, em outro trecho da decisão, que a existência de dúvida sobre a necessidade ou não da reforma, afasta o dolo do ex-governador.

"Tratando-se de evento internacional, em que, tal qual a Copa do Mundo de Futebol, há a necessidade de atendimento de vetores técnicos pelos países-sede, entendo que a exigência pelo COI da substituição da iluminação do Maracanã não era desproporcional, apesar de que, talvez não fosse necessária. De todo modo essa dúvida sobre a efetiva necessidade ou não de substituição do sistema de iluminação, e o atendimento aos critérios do COI e o próprio sucesso do evento Olímpico, afasta o dolo do agente". (Agencia Brasil)

MRC Participações S.A.

CNPJ nº 05.062.355/0001-29 - NIRE 35.300.190.998

Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2022 e 2021 *(Valores em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)*

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Ativo	Nota	2022	2021
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa		1.244	834
Impostos a recuperar		89	33
Dividendos à receber	4	280.670	378.269
		282.003	379.136
Não circulante			
Investimentos	5	13.231.967	12.492.659
Total do ativo		**13.513.970**	**12.871.795**

Passivo e Patrimônio Líquido	Nota	2022	2021
Circulante			
Impostos a recolher		4	
Partes relacionadas	4		619
Dividendos à pagar	4	280.262	377.879
		280.265	378.498
Patrimônio líquido	6		
Capital social		7.584.730	7.584.730
Reservas de lucros		4.326.493	3.278.153
Ajuste de avaliação patrimonial		1.322.482	1.630.414
		13.233.705	12.493.297
Total do passivo e patrimônio líquido		**13.513.970**	**12.871.795**

DEMONSTRAÇÃO DE MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Nota	Capital Social	Reserva de lucros – Incentivos fiscais	Reserva de lucros – Reserva legal	Reserva de lucros – Reserva de retenção	Lucros (prejuízos) acumulados	Ajustes de avaliação patrimonial	Patrimônio líquido
Em 1º de janeiro de 2021		**7.584.730**	**2.620**	**413.017**	**1.377.644**		**1.220.675**	**10.598.686**
Lucro do exercício						1.591.071		1.591.071
Reflexo de outros resultados abrangentes de controlada							409.739	409.739
Total do resultado abrangente do exercício						**1.591.071**	**409.739**	**2.000.811**
Total de contribuições dos acionistas e distribuições aos acionistas								
Efeito da diluição da participação societária - aquisição da McInnis					378.297			378.297
Ganho líquido na venda de ações e diluição de participação - CBA					139.083			139.083
Constituição de reserva legal	6 (c)			79.554		(79.554)		
Dividendos distribuídos	6 (b)				(245.700)			(245.700)
Dividendos mínimos obrigatórios	6 (b)					(377.879)		(377.879)
Retenção de lucros					1.133.638	(1.133.638)		
Total de contribuições dos acionistas e distribuições aos acionistas				**79.554**	**1.405.318**	**(1.591.071)**		**(106.200)**
Em 31 de dezembro de 2021		**7.584.730**	**2.620**	**492.571**	**2.782.962**		**1.630.414**	**12.493.297**
Lucro do exercício						1.180.049		1.180.049
Reflexo de outros resultados abrangentes de controlada							(281.410)	(281.410)
Total do resultado abrangente do exercício						**1.180.049**	**(281.410)**	**898.639**
Total de contribuições dos acionistas e distribuições aos acionistas								
Ganho líquido na venda de ações e diluição de participação - CBA					79.256			79.256
Reflexo da aquisição de participação de não controladores - Alux Brasil					(11.889)			(11.889)
Reflexo do efeito do ajuste contábil inicial da economia hiperinflacionária					22.163			22.163
Dividendos revertidos					377.879			377.879
Reclassificação de valor justo de ações na aquisição de investimentos					38.693		(38.693)	
Reclassificação de resultados abrangentes na venda de investimento					(12.171)		12.171	
Constituição de reserva legal	6 (c)			59.002		(59.002)		
Dividendos distribuídos	6 (b)				(345.378)			(345.378)
Dividendos mínimos obrigatórios	6 (b)					(280.262)		(280.262)
Retenção de lucros					840.785	(840.785)		
Total de contribuições dos acionistas e distribuições aos acionistas				**59.002**	**989.338**	**(1.180.049)**	**(26.522)**	**(158.231)**
Em 31 de dezembro de 2022		**7.584.730**	**2.620**	**551.573**	**3.772.300**		**1.322.482**	**13.233.705**

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

	Nota	2022	2021
Resultado de participações societárias			
Resultado equivalência patrimonial	5	1.181.767	1.592.713
Despesas operacionais			
Outras despesas operacionais		(2.029)	(1.702)
Lucro operacional antes do resultado financeiro		**1.179.738**	**1.591.011**
Resultado financeiro		311	60
Resultado não operacional, líquido			
Lucro (prejuízo) antes do IRPJ e da CSLL		**1.180.049**	**1.591.071**
IRPJ e CSLL			
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		**1.180.049**	**1.591.071**
Lucro (prejuízo) básico e diluído por ação (em reais)		1,72	2,32
Quantidade média de ações		684.730	684.730

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS ABRANGENTES

	2022	2021
Lucro líquido do exercício	**1.180.049**	**1.591.071**
Outros componentes do resultado abrangente a serem posteriormente reclassificados para o resultado - reflexo de controlada em conjunto		
Variação cambial de investimentos no exterior	(318.420)	146.651
"Hedge accounting" de investimentos líquidos no exterior	(27.090)	(3.029)
"Hedge accounting" operacional de controladas	(2.840)	150.223
Valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda	(784)	(837)
Outros reflexos de controladas e coligadas	38.098	107.512
	(311.037)	**400.519**
Outros componentes do resultado abrangente líquido que não serão reclassificados para o resultado - reflexo de controlada em conjunto		
Ganhos e perdas atuariais com benefícios de aposentadoria	29.627	9.220
Outros componentes do resultado abrangente do exercício	**(281.410)**	**409.739**
Total do resultado abrangente do exercício, líquido dos efeitos tributários	**898.639**	**2.000.811**

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

	2022	2021
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes do IRPJ e CSLL	1.180.049	1.591.071
Ajustes de itens que não representam alteração de caixa e equivalentes de caixa		
Equivalência patrimonial	(1.181.767)	(1.592.713)
Variações nos ativos e passivos		
Aumento (diminuição) em outros ativos	(56)	(9)
Aumento (diminuição) em outros passivos	(615)	619
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades operacionais	**(2.389)**	**(1.032)**
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Dividendos recebidos	348.177	247.250
Caixa líquido gerado pelas atividades de investimentos	**348.177**	**247.250**
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Dividendos pagos	(345.378)	(245.700)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	**(345.378)**	**(245.700)**
Acréscimo (decréscimo) em caixa e equivalentes de caixa	**410**	**518**
Caixa e equivalentes de caixa no inicio do exercício	**834**	**316**
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	**1.244**	**834**
Transação que não afetou o caixa		
Reversão de dividendos a receber	378.269	
Reversão de dividendos a pagar	377.879	

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. Considerações gerais: MRC Participações S.A. ("Companhia", ou "MRC") é uma empresa de capital privado e que possui 25% das ações da Hejoassu Administração S.A., e a Companhia tem sede na cidade de São Paulo, Brasil. A Companhia foi constituída em 08/05/2002 e tem como atividade principal a administração de bens e empresas. **2. Apresentação e apuração das demonstrações financeiras:** A emissão dessas demonstrações financeiras foi aprovada pela Diretoria em 24/04/2023, considerando os eventos subsequentes ocorridos até essa data, que tiveram efeito sobre as divulgações das referidas demonstrações. **2.1. Base de apresentação: 2.2. Demonstrações financeiras individuais:** As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e certos ativos e passivos financeiros, inclusive instrumentos financeiros, reflexos de controlada, foram mensurados ao valor justo pelo resultado. A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. As áreas que requerem maior nível de julgamento e apresentam maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão descritas na Nota 3. A Companhia é controladora em conjunto da Hejoassu Administração S.A. e optou, como permitido pelo CPC 19 (R2) em reconhecer esse investimento utilizando o método da equivalência patrimonial, não tendo sido a mesma consolidada proporcionalmente. **3. Principais práticas e estimativas contábeis adotadas:** As estimativas e premissas contábeis são continuamente avaliadas e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício financeiro, estão contempladas abaixo. **(a) Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a insignificante risco de mudança de valor. Nas demonstrações do fluxo de caixa, o caixa e os equivalentes de caixa são apresentados líquidos dos saldos tomados. **(b) Investimentos:** Os investimentos em sociedades coligadas e controladas são registrados e avaliados pelo método de equivalência patrimonial, tendo como contrapartida o resultado do exercício. No caso de variação cambial de investimento em coligadas e controladas indiretamente no exterior, as variações no valor do investimento decorrentes exclusivamente de variação cambial, são registradas na conta "Ajuste de avaliação patrimonial", no patrimônio líquido da Companhia, e somente são registradas ao resultado do exercício quando o investimento for alienado ou considerado como perda. Quando necessário, as práticas contábeis das investidas são alteradas para garantir consistência com as práticas adotadas pela Companhia. **(c) Apuração do resultado:** O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime de competência.

4. Partes relacionadas: Saldos e transações com partes relacionadas:

	Valores a pagar 2022	Valores a pagar 2021	Dividendos a receber 2022	Dividendos a receber 2021	Dividendos a pagar 2022	Dividendos a pagar 2021
Hejoassu Administração S.A.		587	280.670	378.269		
AEM Participações S.A.		32				
Dividendos a pagar aos acionistas (pessoas físicas)					280.262	377.879
		619	**280.670**	**378.269**	**280.262**	**377.879**

As transações com partes relacionadas referem-se estritamente ao curso normal das operações, e são relacionados aos dividendos a receber e a pagar para os seus acionistas, entre outras operações.

5. Investimentos:

Investimentos	Informação da investida em 31/12/2022 – Patrimônio Líquido	Resultado do exercício	Percentual de participação (%)	Resultado de equivalência patrimonial 2022	Resultado de equivalência patrimonial 2021	Saldo de investimento 2022	Saldo de investimento 2021
Avaliados por equivalência patrimonial							
Hejoassu Administração S.A.	52.927.843	4.727.066	25,00	1.181.767	1.592.713	13.231.961	12.492.653
Outros investimentos						6	6
Total dos investimentos				**1.181.767**	**1.592.713**	**13.231.967**	**12.492.659**

6. Patrimônio líquido: (a) Capital social: O capital social, em 31/12/2022 e 2021 é de R$ 7.584.730.000,00 (sete bilhões, quinhentos e oitenta e quatro milhões, setecentos e trinta mil reais), totalmente subscrito e integralizado e representado por 684.730.000 ações ordinárias nominativas. **(b) Dividendos:** Os dividendos são calculados com base em 25% do lucro líquido do exercício deduzido de reserva legal, de acordo com o estatuto da Companhia. Durante o período de um ano findo em 31/12/2022, a Companhia deliberou o pagamento aos seus acionistas, o montante de R$ 345.378 correspondente a dividendos relativos parte do saldo de "Reservas de lucros" acumulados até dezembro de 2021, e deliberou os dividendos mínimos obrigatórios referentes ao exercício de 2022, no valor de R$ 280.262 conforme detalhado no quadro a seguir.

	2022	2021
Lucro líquido do exercício	1.180.049	1.591.071
Reserva legal	(59.002)	(79.554)
Base de cálculo dos dividendos	1.121.046	1.511.518
Dividendos propostos (25% sobre o lucro líquido)	280.262	377.879
Dividendos adicionais - exercícios anteriores	345.378	245.700
	625.640	623.579
Porcentagem sobre o lucro líquido do exercício	25%	25%

(c) Reserva legal e de retenção de lucros: A reserva legal é constituída pela apropriação de 5% do lucro líquido do exercício social ou saldo remanescente, limitado a 20% do capital social, podendo ser utilizada somente para aumento de capital ou absorção de prejuízos acumulados. A reserva de retenção é constituída para registrar a retenção do saldo remanescente de lucros acumulados, a fim de atender principalmente ao projeto de crescimento dos negócios estabelecido no plano de investimentos da Companhia. **(d) Ajustes de avaliação patrimonial:** A Companhia reconhece nessa rubrica o efeito das variações cambiais sobre os investimentos em controladas no exterior, detidas de forma direta ou indireta. Esse efeito acumulado será revertido para o resultado do exercício como ganho ou perda somente em caso de alienação ou perda do investimento. Também são consideradas nesta rubrica: a variação cambial de dívidas e derivativos designados para mitigar riscos cambiais, preços de *commodities* e taxa de juros (contabilidade de *hedge*), ganhos e perdas atuariais dos planos de pensão, e a parcela de valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda.

Maria Helena Moraes Scripilliti – Presidente
Clóvis Ermírio de Moraes Scripilliti – Diretor
Carlos Eduardo Moraes Scripilliti - Diretor
Regina Helena Scripilliti Velloso – Diretora

Paulo Midena - Contador – CRC nº 1SP 171.463/O-9

Após caso de pólio no Peru, Acre e Amazonas anteciparão vacinação

O Ministério da Saúde prevê para o segundo semestre deste ano uma campanha nacional de multivacinação, numa tentativa de recuperar coberturas vacinais em todo o país, sobretudo entre crianças. O calendário está sendo pactuado com estados e municípios. A imunização, entretanto, será antecipada para maio no Acre e no Amazonas, em razão de um caso recente de poliomielite na fronteira com o Peru.

O diretor do Departamento de Imunizações e Doenças Imunopreveníveis do Ministério da Saúde, Éder Gatti, disse, na quarta-feira (26), em Brasília, que, por conta do cenário epidemiológico, a multivacinação será adiantada em dois estados, Acre e Amazonas, para o mês de maio. "É para recuperar as coberturas vacinais por lá e não correrm os o risco de introdução da poliomielite pela fronteira, doença que não vemos mais em território nacional. Já estamos em tratativa com esses dois estados. Começaremos em maio".

Em audiência pública na Comissão de Saúde da Câmara dos Deputados, Éder lembrou que, desde 2016, o Brasil registra quedas progressivas em praticamente todas as doses do Programa Nacional de Imunizações (PNI). "Fechamos o ano de 2022 com os piores indicadores de cobertura vacinal. Praticamente todas as vacinas que são oferecidas para as nossas crianças registram baixas coberturas. Isso é um problema" opinou.

"Tivemos, recentemente, a identificação de um poliovírus com características patogênicas na fronteira com o Peru e os estados do Amazonas e do Acre. Tivemos a identificação de casos suspeitos de difteria na fronteira entre Roraima e Venezuela", acrescentou.

"Temos epizootia de febre amarela no Rio Grande do Norte. Temos febre amarela em humanos na Bolívia, fronteira com Mato Grosso do Sul. Isso abre um cenário muito perigoso pois, ao mesmo tempo em que temos o risco de introdução dessas doenças no nosso território, as nossas coberturas vacinais estão baixas," afirmou.

Programa robusto

Durante a audiência, o diretor analisou o PNI, que este completa 50 anos, como um programa robusto, forte e que ganhou reconhecimento ao longo das últimas décadas.

"Consolidamos nosso programa ao longo dos anos 80 e 90 e eliminamos doenças como poliomielite, sarampo, difteria e coqueluche. Fizemos várias doenças, que atacavam principalmente crianças, diminuir a incidência de forma significativa", disse.

"Fizemos uma reflexão muito importante sobre o que aconteceu com a covid-19, mas, agora, a gente precisa olhar para a rotina. Para isso, precisamos ajustar os sistemas de informação que registram doses aplicadas, algo que está muito desorganizado e precisa ser ajustado para que os dados tenham melhor qualidade. Precisamos organizar os nossos estoques e, a partir daí, faremos uma campanha de multivacinação nacional," acentuou.

Por fim, Éder Gatti disse que "a multivacinação vai ter que trabalhar numa lógica de ampliar o acesso, ou seja, a gente vai precisar diversificar as estratégias de vacinação. Aplicaremos nos estados e municípios a lógica do microplanejamento, algo idealizado pela Organização Mundial de Saúde (OMS), e precisaremos diversificar as estratégias, fazer com que a vacina vá até a população e não apenas esperar que a população vá até a vacina. Para isso, precisaremos fazer vacinação nas escolas, vacinação extramuros, alcançar usuários que, muitas vezes, não têm disponibilidade de se dirigir a uma unidade de saúde." (Agencia Brasil)

STF fará audiência sobre uso de câmeras pela polícia do RJ

O Supremo Tribunal Federal (STF) marcou uma audiência com o governo do Rio de Janeiro para tratar do cumprimento da decisão do tribunal que determinou a instalação de câmeras nas fardas e viaturas do Batalhão de Operações Policiais Especiais (Bope). A reunião está prevista para 4 de maio, às 14h30, no STF.

Em dezembro do ano passado, o ministro Edson Fachin determinou que o governo do Rio apresentasse um cronograma para instalação das câmeras. A medida foi tomada após a decisão da Corte que obrigou a corporação a instalar os equipamentos para combater a falta de investigação da morte de cidadãos durante confrontos entre policiais e criminosos nas comunidades do Rio.

Em agosto de 2020, o STF restringiu a realização de operações policiais no Rio. Pela decisão, as operações poderiam ser deflagradas somente em casos excepcionais. E a polícia tem que justificar as medidas por escrito e comunicá-las ao Ministério Público estadual, órgão responsável pelo controle externo da atividade policial.

A medida foi tomada após a morte da menina Ágatha Vitória Sales Félix, de 8 anos, no Complexo do Alemão, em setembro de 2019. (Agencia Brasil)

Pacheco lê requerimento e cria CPMI dos atos golpistas de 8 de janeiro

O presidente do Congresso nacional, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), leu na quarta-feira (26), durante sessão do Congresso Nacional, o requerimento para a abertura da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) para investigar as invasões e depredações de prédios públicos ocorridas no dia 8 de janeiro, a chamada CPMI dos Atos Golpistas.

Na ocasião, as sedes do Congresso Nacional, do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Palácio do Planalto foram invadidas por vândalos apoiadores do ex-presidente Bolsonaro, inconformados com o resultado da eleição presidencial. Falta agora o documento ser publicado no Diário Oficial da União (DOU).

"O requerimento requer a criação de Comissão Parlamentar Mista de Inquérito com a finalidade de investigar os atos de ação e omissão ocorridos no dia último oito de janeiro ocorridos na sede dos três poderes da República em Brasília", diz trecho do requerimento.

O colegiado será formado por 16 deputados e 16 senadores titulares. Agora, os líderes devem indicar os integrantes da comissão conforme a proporcionalidade contida no documento, que será enviado às lideranças das duas casas legislativas. A duração inicial dos trabalhos da CPMI será de seis meses.

Na última quinta-feira (20), o ministro da Secretaria de Relações Institucionais, Alexandre Padilha, disse que o governo apoiará os trabalhos da comissão.

A decisão do governo ocorreu após a divulgação, pela imprensa, de imagens que mostraram o general Gonçalves Dias, então ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional (GSI) da Presidência da República, e outros funcionários da pasta, no interior do Palácio do Planalto, interagindo com os vândalos, no dia da invasão.

O general Dias pediu demissão do cargo na sequência, que aceita pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva. (Agencia Brasil)

AngloGold é alvo de ação do MPMG que pede interdição de barragens

A mineradora AngloGold Ashanti se tornou alvo de uma ação civil pública em que o Ministério Público de Minas Gerais (MPMG) pede a suspensão das atividades minerárias da Planta do Queiroz, localizada em Nova Lima (MG). Existem três barragens no local, todas classificadas com dano potencial associado alto, o que significa que causariam grande impacto se ocorresse um rompimento. A íntegra da ação, movida na semana passada, foi disponibilizada na quarta-feira (26) pelo MPMG. Ela aponta que, em 2022, a mineradora omitiu um relatório dos órgãos de controle. Uma empresa de consultoria técnica que avaliou a Barragem Cocuruto havia concluído que ela não poderia obter a declaração de estabilidade. Segundo o MPMG, a estrutura armazena atualmente cerca de 4,1 milhões de metros cúbicos de rejeito e se situa próximo a comunidades que poderiam ser atingidas em caso de ruptura.

A declaração de estabilidade de uma barragem é um documento obrigatório que deve ser enviado à Agência Nacional de Mineração (ANM) duas vezes ao ano: em março e em setembro. Ela deve ser emitida por uma consultoria técnica independente, contratada pela mineradora. Sem essa declaração, as operações da estrutura devem ser paralisadas.

Segundo o MPMG, a AngloGold Ashanti pressionou a consultoria contratada para alterar o parecer, mas não obteve sucesso. Insatisfeita, a mineradora contratou outra empresa que emitiu um relatório favorável, atestando não haver anormalidade na Barragem Cocuruto. A ANM descobriu o ocorrido e determinou a paralisação das atividades na estrutura, exigindo ainda a implementação de diversas medidas de segurança. Ao fim das intervenções, uma nova auditoria atestou a estabilidade da barragem.

No mês passado, porém, uma equipe técnica do MPMG realizou uma visita à Planta do Queiroz acompanhada da Defesa Civil de Nova Lima e encontrou irregularidades. O Plano de Ação de Emergência para Barragens de Mineração (PAEBM), documento que também é obrigatório, estaria com inconsistências e inadequações. Além disso, a comunidade não estaria suficientemente orientada sobre os procedimentos a serem adotados em caso de emergência.

Na ação, o MPMG quer que as atividades minerárias das três barragens e demais estruturas da Planta do Queiroz sejam suspensas até o cumprimento de uma série de medidas, tais como contratação de auditoria técnica independente com reconhecida *expertise*, garantia da total estabilidade das estruturas e atualização do PAEMB. Pede ainda que a mineradora seja proibida de omitir relatórios dos órgãos de fiscalização e pague R$ 50 milhões referente aos danos morais coletivos causados pela conduta.

Em nota, a AngloGold Ashanti disse atuar de forma ética e transparente, mantendo diálogo com todas as autoridades competentes. A mineradora afirmou também que todas as barragens localizadas na Planta Queiroz estão seguras e estáveis e que a produção na unidade está paralisada desde dezembro de 2022.

"Nenhuma das estruturas se encontra em níveis de emergência. As estruturas receberam, inclusive, recentemente, no final de março, as novas Declarações de Condição de Estabilidade, emitidas por auditoria externa, em plena conformidade com a legislação. As barragens possuem videomonitoramento 24h e passam por inspeções e monitoramentos constantes", acrescenta o texto.

A mineradora deu ainda sua versão sobre a situação envolvendo a Barragem Cocuruto, afirmando ter ocorrido uma "divergência técnica" na avaliação da estrutura. "A AngloGold Ashanti encomendou duas avaliações independentes adicionais que confirmaram a estabilidade e a segurança da barragem. Esta barragem teve, inclusive, a sua nova Declaração de Condição de Estabilidade validada, normalmente, em março de 2023", finaliza a nota. (Agencia Brasil)

Governo vai retomar programa de reforma agrária

O ministro do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, Paulo Teixeira, anunciou que o governo retomará o programa de reforma agrária e de regularização fundiária no país, para evitar os conflitos no campo e invasões de terras. Ele participou, na quarta-feira (26), da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara dos Deputados.

"Eu quero que os movimentos sociais do Brasil se ocupem de produzir alimentos e a ajudar o povo brasileiro a ter oportunidade de trabalhar na terra", disse durante a audiência para debater as prioridades da sua pasta para este ano.

Segundo Teixeira, historicamente, o Brasil fez reforma agrária com as comunidades europeias que vieram ao Brasil no fim do século 19, mas os processos foram paralisados nos últimos governos. "Todas as comunidades italianas, alemãs, polonesas, japonesas foram beneficiários de programa de reforma agrária", disse.

"O programa de reforma agrária está previsto na Constituição brasileira, e nós vamos implementá-lo, com respeito à Constituição e com respeito às leis. E por essa razão, nós vamos estabelecer paz no campo, como nós constituímos a Ouvidoria Agrária para não ter mais conflitos que possam desbordar para questões mais graves na sociedade brasileira", disse.

Segundo Teixeira, após negociações, o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) vai desocupar ainda esta semana as áreas pertencentes a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), em Petrolina (PE), e da empresa multinacional Suzano, em Aracruz (ES).

Neste mês, o MST promove a 26ª Jornada Nacional de Luta pela Terra e pela Reforma Agrária, com ações e ocupações em todo o país, como foi na Embrapa Semiárido. Além de criticar a concentração de terras brasileiras na mão de poucas pessoas e empresas, a jornada resgata, anualmente, a memória dos 21 trabalhadores rurais sem-terra assassinados por policiais militares, em 17 de abril de 1996, em Eldorado dos Carajás (PA), no episódio que ficou conhecido como Massacre de Eldorado dos Carajás.

"O Brasil, para dar um salto enquanto nação, um salto enquanto país, para que ele volte a ter um lugar entre os seis países mais desenvolvidos do mundo, o Brasil precisa pacificar, o Brasil precisa 'coesionar', o Brasil precisa superar as tensões existentes", disse o ministro.

Teixeira destacou que, desde seus primeiros mandatos, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva tem fortalecido o agronegócio, como na repactuação de dívidas e nos programas de crédito rural e de compra de máquinas. "Agora, o presidente Lula também viu que nós precisamos dar uma força para agricultura familiar", disse, dando como exemplo o trabalho que o MST faz no desenvolvimento do cooperativismo e de uma agricultura mais ecológica.

O ministro explicou ainda que o governo quer mudar o modelo de assentamento, fazendo com que sejam assentamentos mais sustentáveis e com oferta de serviços públicos e de assistência técnica. "Vamos fazer com que nós tenhamos uma agricultura potente nesse Brasil, voltada para agroindústria, para agregação no campo, para transição ecológica e para a apropriação de novas tecnologias", disse.

"Temos que pegar a Embrapa, que é uma potência, para trabalhar para todos; as universidades brasileiras têm que trabalhar com a pesquisa aplicada", acrescentou.

Na quinta-feira (20), o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, se reuniu com lideranças do MST e, segundo a entidade, prometeu aumentar os recursos para o assentamento de famílias sem terra, de R$ 250 milhões para R$ 400 milhões. (Agencia Brasil)

JEMF Participações S.A.

CNPJ nº 05.062.394/0001-26 - NIRE 35.300.191.021

Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2022 e 2021 *(Valores em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)*

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Ativo	Nota	2022	2021
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa		623	1.073
Impostos a recuperar		56	33
Dividendos a receber	4	280.670	378.269
		281.349	379.375
Não circulante			
Investimentos	5	13.231.967	12.492.658
Total do ativo		**13.513.316**	**12.872.033**

Passivo e Patrimônio Líquido	Nota	2022	2021
Circulante			
Impostos a recolher		3	
Partes relacionadas	4		749
Dividendos a pagar	4	280.418	377.971
		280.421	378.720
Patrimônio Líquido	6		
Capital social		7.584.730	7.584.730
Reservas de lucros		4.325.683	3.278.169
Ajuste de avaliação patrimonial		1.322.482	1.630.414
		13.232.895	12.493.313
Total do passivo e patrimônio líquido		**13.513.316**	**12.872.033**

DEMONSTRAÇÃO DE MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Nota	Capital Social	Reserva de lucros: Incentivos fiscais	Reserva legal	Reserva de retenção	Lucros (prejuízos) acumulados	Ajustes de avaliação patrimonial	Patrimônio líquido
Em 1º de janeiro de 2021		**7.584.730**	**2.620**	**294.026**	**1.496.577**		**1.220.675**	**10.598.628**
Lucro do exercício						1.591.457		1.591.457
Reflexo de outros resultados abrangentes de controlada							409.739	409.739
Total do resultado abrangente do exercício						**1.591.457**	**409.739**	**2.001.196**
Total de contribuições dos acionistas e distribuições aos acionistas								
Efeito da diluição da participação societária - aquisição da McInnis					378.297			378.297
Ganho líquido na venda de ações e diluição de participação - CBA					139.083			139.083
Constituição de reserva legal	6 (c)			79.573		(79.573)		
Dividendos distribuídos	6 (b)				(245.920)			(245.920)
Dividendos mínimos obrigatórios	6 (b)					(377.971)		(377.971)
Retenção de lucros					1.133.913	(1.133.913)		
Total de contribuições dos acionistas e distribuições aos acionistas				**79.573**	**1.405.373**	**(1.591.457)**		**(106.511)**
Em 31 de dezembro de 2021		**7.584.730**	**2.620**	**373.599**	**2.901.950**		**1.630.414**	**12.493.313**
Lucro do exercício						1.180.706		1.180.706
Reflexo de outros resultados abrangentes de controlada							(281.410)	(281.410)
Total do resultado abrangente do exercício						**1.180.706**	**(281.410)**	**899.296**
Total de contribuições dos acionistas e distribuições aos acionistas								
Ganho líquido na venda de ações e diluição de participação - CBA					79.256			79.256
Reflexo da aquisição de participação de não controladores - Alux Brasil					(11.889)			(11.889)
Reflexo do efeito do ajuste contábil inicial da economia hiperinflacionária					22.163			22.163
Dividendos revertidos					377.971			377.971
Reclassificação de valor justo de ações na aquisição de investimentos					38.693		(38.693)	
Reclassificação de resultados abrangentes na venda de investimento					(12.171)		12.171	
Constituição de reserva legal	6 (c)			59.035		(59.035)		
Dividendos distribuídos	6 (b)				(346.796)			(346.796)
Dividendos mínimos obrigatórios	6 (b)					(280.418)		(280.418)
Retenção de lucros					841.253	(841.253)		
Total de contribuições dos acionistas e distribuições aos acionistas				**59.035**	**988.480**	**(1.180.705)**	**(26.522)**	**(159.713)**
Em 31 de dezembro de 2022		**7.584.730**	**2.620**	**432.634**	**3.890.429**		**1.322.482**	**13.232.895**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. Considerações gerais: JEMF Participações S.A. ("Companhia", ou "JEMF") é uma empresa de capital privado e que possui 25% das ações da Hejoassu Administração S.A., e a Companhia tem sede na cidade de São Paulo, Brasil. A Companhia foi constituída em 08/05/2002 e tem como atividade principal a administração de bens e empresas. **2. Apresentação e aprovação das demonstrações financeiras:** A emissão dessas demonstrações financeiras foi aprovada pela Diretoria em 24/04/2023, considerando os eventos subsequentes ocorridos até essa data, que tiveram efeito sobre as divulgações das referidas demonstrações. **2.1. Base de apresentação: 2.2. Demonstrações financeiras individuais:** As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e certos ativos e passivos financeiros, inclusive instrumentos financeiros, reflexos de controlada, foram mensurados ao valor justo pelo resultado. A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. As áreas que requerem maior nível de julgamento e apresentam maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão descritas na Nota 3. A Companhia é controladora em conjunto da Hejoassu Administração S.A. e optou, como permitido pelo CPC 19 (R2) em reconhecer esse investimento utilizando o método da equivalência patrimonial, não tendo sido a mesma consolidada proporcionalmente. **3. Principais práticas e estimativas contábeis adotadas:** As estimativas e premissas contábeis são continuamente avaliadas e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício financeiro, estão contempladas abaixo. **(a) Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a insignificante risco de mudança de valor. Nas demonstrações do fluxo de caixa, o caixa e os equivalentes de caixa são apresentados líquidos dos saldos tomados. **(b) Investimentos:** Os investimentos em sociedades coligadas e controladas são registrados e avaliados pelo método de equivalência patrimonial (MEP), tendo como contrapartida o resultado do exercício. No caso de variação cambial de investimento em coligadas e controladas indiretamente no exterior, as variações no valor do investimento decorrentes exclusivamente de variação cambial, são registradas na conta "Ajuste de avaliação patrimonial", no patrimônio líquido da Companhia, e somente são registradas ao resultado do exercício quando o investimento for alienado ou considerado como perda. Quando necessário, as práticas contábeis das investidas são alteradas para garantir consistência com as práticas adotadas pela Companhia. **(c) Apuração do resultado:** O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime de competência.

4. Partes relacionadas: Saldos e transações com partes relacionadas:

	2022	2021	2022	2021	2022	2021
	Valores a pagar		Dividendos a receber		Dividendos a pagar	
Hejoassu Administração S.A.		722	280.670	378.269		
AEM Participações S.A.		27				
Dividendos a pagar aos acionistas (pessoas físicas)					280.418	377.971
		749	**280.670**	**378.269**	**280.418**	**377.971**

As transações com partes relacionadas referem-se estritamente ao curso normal das operações, e são relacionados aos dividendos a receber e a pagar para os seus acionistas, entre outras operações.

5. Investimentos:

Investimentos	Informação da investida em 31/12/2022: Patrimônio Líquido	Resultado do exercício	Percentual de participação (%)	Resultado de equivalência patrimonial 2022	Resultado de equivalência patrimonial 2021	Saldo de investimento 2022	Saldo de investimento 2021
Avaliados por equivalência patrimonial							
Hejoassu Administração S.A.	52.927.843	4.727.066	25,00	1.181.767	1.592.713	13.231.961	12.492.652
Outros investimentos						6	6
Total dos investimentos				**1.181.767**	**1.592.713**	**13.231.967**	**12.492.658**

6. Patrimônio líquido: (a) Capital social: O capital social, em 31/12/2022 e 2021 é de R$ 7.584.730.000,00 (sete bilhões, quinhentos e oitenta e quatro milhões, setecentos e trinta mil reais), totalmente subscrito e integralizado e representado por 684.730.000 ações ordinárias nominativas. **(b) Dividendos:** Os dividendos são calculados com base em 25% do lucro líquido do exercício deduzido de reserva legal, de acordo com o estatuto da Companhia. Durante o período de um ano findo em 31/12/2022, a Companhia deliberou o pagamento aos seus acionistas, o montante de R$ 346.796 correspondente a dividendos relativos parte do saldo de "Reservas de lucros" acumulados até dezembro de 2021, e deliberou os dividendos mínimos obrigatórios referentes ao exercício de 2022, no valor de R$ 280.418 conforme detalhado no quadro a seguir.

	2022	2021
Lucro líquido do exercício	1.180.706	1.591.457
Reserva legal	(59.035)	(79.573)
Base de cálculo dos dividendos	1.121.670	1.511.884
Dividendos propostos (25% sobre o lucro líquido)	280.418	377.971
Dividendos adicionais - exercícios anteriores	346.796	245.920
	627.214	623.891
Porcentagem sobre o lucro líquido do exercício	25%	25%

(c) Reserva legal e de retenção de lucros: A reserva legal é constituída pela apropriação de 5% do lucro líquido do exercício social ou saldo remanescente, limitado a 20% do capital social, podendo ser utilizada somente para aumento de capital ou absorção de prejuízos acumulados. A reserva de retenção é constituída para registrar a retenção do saldo remanescente de lucros acumulados, a fim de atender principalmente ao projeto de crescimento dos negócios estabelecido no plano de investimentos da Companhia. **(d) Ajustes de avaliação patrimonial:** A Companhia reconhece nessa rubrica o efeito das variações cambiais sobre os investimentos em controladas no exterior, detidas de forma direta ou indireta. Esse efeito acumulado será revertido para o resultado do exercício como ganho ou perda somente em caso de alienação ou perda do investimento. Também são consideradas nesta rubrica: a variação cambial de dívidas e derivativos designados para mitigar riscos cambiais, preços de *commodities* e taxa de juros (contabilidade de *hedge*), ganhos e perdas atuariais dos planos de pensão, e sa parcela de valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

	Nota	2022	2021
Resultado de participações societárias			
Resultado equivalência patrimonial	5	1.181.767	1.592.713
Despesas operacionais			
Outras despesas operacionais		(1.306)	(1.311)
Lucro operacional antes do resultado financeiro		**1.180.461**	**1.591.402**
Resultado financeiro		244	56
Resultado não operacional, líquido			
Lucro (prejuízo) antes do IRPJ e da CSLL		**1.180.706**	**1.591.457**
IRPJ e CSLL diferidos			
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		**1.180.706**	**1.591.457**
Lucro líquido (prejuízo) básico e diluído por ação		1,72	2,32
Quantidade média de ações		684.730	684.730

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS ABRANGENTES

	2022	2021
Lucro líquido do exercício	**1.180.706**	**1.591.457**
Outros componentes do resultado abrangente a serem posteriormente reclassificados para o resultado - reflexo de controlada em conjunto		
Variação cambial de investimentos no exterior	(318.420)	146.651
"Hedge accounting" de investimentos líquidos no exterior	(27.090)	(3.029)
"Hedge accounting" operacional de controladas	(2.840)	150.223
Valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda	(784)	(837)
Outros reflexos de controladas e coligadas	38.098	107.512
	(311.037)	**400.519**
Outros componentes do resultado abrangente líquido que não serão reclassificados para o resultado - reflexo de controlada em conjunto		
Ganhos e perdas atuariais com benefícios de aposentadoria	29.627	9.220
Outros componentes do resultado abrangente do exercício	**(281.410)**	**409.739**
Total do resultado abrangente do exercício, líquido dos efeitos tributários	**899.296**	**2.001.196**

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

	2022	2021
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes do IRPJ e CSLL	1.180.706	1.591.457
Ajustes de itens que não representam alteração de caixa e equivalentes de caixa		
Equivalência patrimonial	(1.181.767)	(1.592.713)
Variações nos ativos e passivos		
Aumento (diminuição) em outros ativos	(23)	(8)
Aumento (diminuição) em outros passivos	(745)	749
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades operacionais	**(1.830)**	**(515)**
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Dividendos recebidos	348.177	247.250
Caixa líquido gerado pelas atividades de investimentos	**348.177**	**247.250**
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Dividendos pagos	(346.796)	(245.919)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	**(346.796)**	**(245.919)**
Acréscimo (decréscimo) em caixa e equivalentes de caixa	**(449)**	**816**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	**1.073**	**257**
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	**623**	**1.073**
Transação que não afetou o caixa		
Reversão de dividendos a receber	378.269	
Reversão de dividendos a pagar	377.971	

José Ermírio de Moraes Neto – Diretor
José Roberto Ermírio de Moraes – Diretor
Paulo Midena - Contador – CRC nº 1SP 171.463/O-9

Último mutirão de renovação de CNH de abril tem mais de 11 mil vagas

O Poupatempo oferece mais de 11 mil vagas para o mutirão de renovação de CNH que acontece neste sábado (29), o último do mês de abril. Realizada em parceria com o Detran-SP, o mutirão é especialmente voltado para atender motoristas que precisam regularizar a situação do documento até o final deste mês.

Nas ações promovidas nos meses de janeiro, fevereiro, março e abril deste ano, 65,8 mil atendimentos foram realizados em todo o estado.

Desde o início de 2023, condutores com vencimento da CNH ao longo do ano precisam seguir o cronograma habitual de renovação, conforme consta em cada documento. Assim, quem tem a habilitação válida até abril deve renovar em, no máximo, 30 dias após o vencimento. A renovação também pode ser feita nos 30 dias que antecedem a validade impressa no documento.

Além disso, as CNHs vencidas em agostos de 2022 e que tiveram prazo estendido de renovação por deliberação do Conselho Nacional de Trânsito (Contran) também precisam atualizar o documento até 30 de abril. O prazo máximo para regularização das habilitações vencidas entre junho e dezembro de 2022 vai até 31 de agosto deste ano, conforme o cronograma abaixo:

O agendamento para o atendimento presencial no Poupatempo é obrigatório e está disponível a partir desta quarta-feira (26), de forma gratuita, nos canais eletrônicos oficiais do programa: portal www.poupatempo.sp.gov.br, aplicativo Poupatempo Digital, totens de autoatendimento e no assistente virtual "P", disponível também no WhatsApp pelo número (11) 95220-2974.

A renovação simplificada deve ser feita preferencialmente de forma remota, seja via Poupatempo ou nos canais do Detran.SP. Para isso, o motorista só precisa seguir o passo a passo do atendimento online, realizar o exame médico na clínica indicada durante o processo. O novo documento será enviado pelos Correios ao endereço de cadastro da CNH.

Os motoristas com CNH nas categorias C, D ou E precisam fazer o exame toxicológico em laboratório credenciado pela Secretaria Nacional de Trânsito (Senatran) com antecedência. O exame é válido por dois anos e meio para menores de 70 anos e tem a mesma validade da CNH para maiores de 70 anos. O condutor também pode solicitar a mudança de categoria nos canais digitais, inclusive durante o processo de renovação simplificada.

Em 2022, o Poupatempo registrou 2,7 milhões de atendimentos para renovação de CNH, dos quais mais de 1 milhão de forma online.

Para renovar a CNH, basta acessar o portal www.poupatempo.sp.gov.br ou aplicativo Poupatempo Digital, clicar em Serviços > CNH > Renovação de CNH. Após confirmar ou atualizar os dados, o motorista agenda o exame médico na clínica credenciada indicada pelo sistema.

Quem exerce atividade remunerada ou optar pela inclusão do EAR na CNH também precisa passar por avaliação psicológica e será direcionado a um profissional credenciado.

Após a aprovação nos exames, é necessário pagar a taxa de emissão e aguardar as orientações que serão enviadas por e-mail pela Senatran para acessar a CNH Digital. Ela tem a mesma validade do documento físico e fica disponível pelo aplicativo Carteira Digital de Trânsito (CDT). O código de segurança para acessar a CNH digital também pode ser consultado nos canais eletrônicos do Poupatempo.

Grupo vai monitorar cumprimento de sugestões da Comissão da Verdade

O ministro dos Direitos Humanos e da Cidadania, Sílvio Almeida, anunciou que irá criar uma comissão para acompanhar o cumprimento das recomendações feitas pela Comissão Nacional da Verdade, que investigou violações praticadas pela ditadura militar no país.

Em 2014, a comissão divulgou relatório com 29 recomendações a serem adotadas pelo Estado brasileiro, como reparação às vítimas e responsabilização dos envolvidos, sem direito a anistia.

Levantamento feito pelo Instituto Vladimir Herzog e a Fundação Friedrich Ebert Brasil aponta que mais da metade das recomendações estão atrasadas ou não foram atendidas pelo país. Apenas duas foram cumpridas na totalidade. São elas: a revogação da Lei de Segurança Nacional e a introdução da audiência de custódia, garantindo que os presos sejam ouvidos por um juiz em até 24 horas, como forma de combater a tortura e as detenções ilegais.

"O Brasil é um país de pouquíssimos períodos democráticos. É um pouquinho de democracia e golpes cercados por todos os lados. É o colonialismo. É golpe, violência, escravidão. Se não somos os senhores da nossa própria casa, imagina como é que é a nossa casa", disse Silvio Almeida, em audiência na Comissão de Direitos Humanos, Minorias e Igualdade Racial da Câmara dos Deputados.

Conforme o estudo, 48% foram ignoradas pelo Estado brasileiro (equivalente a 14), 24% tiveram retrocesso (sete) e 21% foram parcialmente atendidas (seis). As 13 recomendações relacionadas aos povos indígenas estão em retrocesso e as sete focadas na comunidade LGBTQIA+ encontram-se parcialmente executadas

"Essas recomendações ao Estado brasileiro visam a não repetição da ditadura e dos seus crimes, o aperfeiçoamento institucional e o fortalecimento da democracia", ressaltou Rafael Schincariol, representante do Instituto Vladimir Herzog, na audiência.

Durante os trabalhos, de 2012 a 2014, a comissão identificou 434 mortos pela ditadura militar e 210 pessoas ainda desaparecidas. No total, 377 agentes do Estado foram apontados como responsáveis pelas violações de direitos humanos. (Agencia Brasil)

Jornal O DIA SP

Edição impressa produzida pelo **Jornal O Dia SP** com circulação diária, em bancas e para assinantes. As íntegras dessas publicações encontram-se disponíveis no site: https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal

10B BIO PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ 36.584.350/0001-90

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas apresentadas a seguir são demonstrações financeiras resumidas e não devem ser consideradas isoladamente para tomada de decisão. O entendimento da situação financeira e patrimonial da Companhia demanda leitura das demonstrações financeiras individuais e consolidadas completas auditadas, elaboradas na forma de legislação societária e da regulamentação contábil aplicável. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas completas auditadas, estão disponíveis no seguinte endereço eletrônico: www.odiasp.com.br.

Relatório de Administração

Prezados acionistas,

A Administração da 10B Bio Participações S.A. ("10B Bio" ou "Companhia") submete à apreciação de V.Sas. o relatório da Administração e as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, acompanhadas do parecer dos auditores independentes, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. A Companhia apresenta um lucro líquido de R$ 10,9 milhões, crescimento expressivo em relação ao exercício anterior, especialmente pelo crescimento de vendas com a abertura de novos territórios e regiões comerciais, de acordo com planejamento estratégico da Companhia. A Administração agradece a confiança dos acionistas e o comprometimento de todos os seus colaboradores. **Breve histórico da Companhia -** A 10B Bio Participações S.A. é uma *holding,* investida pelo 10B Bio Fundo de Investimento em Participações, possui investimentos nas companhias Agrivalle Brasil Indústria e Comércio de Produtos Agrícolas S.A., Massen Produtos Biológicos S.A. e MFB Agrícola Industria e Comércio S.A. doravante denominadas em conjunto como Companhias. A Companhia atua no segmento de bioinsumos que atua no mercado agrícola desenvolvendo produtos biológicos, fertilizantes, bioestimulantes, adjuvantes e inoculantes para as mais diversas culturas. A Companhia busca constantes melhorias e crescimento, procurando investir ao longo dos anos em entregas que aperfeiçoem cada vez mais a qualidade dos solos, da planta, do sistema como um todo e de sua regeneração, e tem investido constantemente em pesquisas para diferenciação de seus produtos no campo, desenvolvendo inovações e oferecendo a seus clientes um portfólio multicultura de alta eficiência, abrangência e de soluções que impulsionam a produtividade de maneira sustentável para as mais variadas situações e demandas do agronegócio. **Principais eventos de 2022:** – Receita líquida consolidada em R$ 240 milhões (R$ 176 milhões em 2021); – Endividamento consolidado em R$ 66,2 milhões (R$ 56,1 milhões em 2021); – Contas a receber consolidado em R$ 109,2 milhões (R$ 104,4 milhões em 2021); e – A Companhia alcançando uma posição de caixa líquido consolidado de R$ 13,9 milhões (R$ 9,4 milhões em 2021). No exercício, a Companhia concluiu o projeto da nova planta produtiva na cidade de Indaiatuba, estado de São Paulo, com um expressivo aumento na capacidade produtiva. E também foi iniciado projeto de Biorreator que permitem a multiplicação dos micro-organismos e a otimização no processo produtivo. Todos os investimentos realizados no sistema operacional das controladas que permitiram a construção de resultados consistentes, e de um futuro promissor, oferecendo inovação aos produtos de forma sustentável, utilizando de ferramentas da natureza para criar soluções customizadas e regenerativas, para atender as necessidades reais dos nossos clientes. Acreditamos que o nosso papel é maior do que os nossos produtos, porque reconhecemos a importância do nosso impacto do solo à vida das pessoas.

São Paulo – SP, 31 de março de 2023.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2022 e 2021 - *(Em milhares de Reais)*

Ativo	Nota	Controladora 2022	Controladora 2021	Consolidado 2022	Consolidado 2021
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	9	117	233	13.856	9.370
Contas a receber de clientes	10	-	-	109.157	104.337
Estoques	11	-	-	23.247	20.566
Adiantamento a fornecedores		-	-	3.811	3.209
Outros investimentos	12	-	-	1.335	3.033
Dividendos e juros sobre capital próprio a receber	21	6.168	2.817	-	-
Outros ativos		1.040	897	7.286	4.121
Total do ativo circulante		**7.324**	**3.947**	**158.692**	**144.636**
Não circulante					
Realizável a longo prazo					
Outros investimentos	12	-	-	7.342	6.650
Outros ativos		-	-	34	260
Impostos diferidos	25	8.586	5.151	18.703	11.277
Total realizável a longo prazo		**8.586**	**5.151**	**26.079**	**18.187**
Investimentos	13	299.478	297.538	-	-
Direito de uso	14	-	-	25.926	30.380
Imobilizado	15	-	-	64.291	31.834
Intangível	16	-	-	176.287	196.839
Total do ativo não circulante		**308.064**	**302.689**	**292.583**	**277.240**
Total do ativo		**315.388**	**306.636**	**451.274**	**421.876**

Passivos	Nota	Controladora 2022	Controladora 2021	Consolidado 2022	Consolidado 2021
Circulante					
Fornecedores e outras contas a pagar	17	22	-	14.395	9.696
Empréstimos e financiamentos	18	-	-	38.737	41.301
Salários e encargos	19	-	-	9.213	8.978
Impostos e contribuições a recolher	20a	1.470	804	3.661	2.794
Imposto de renda e contribuição social	20b	-	-	212	760
Arrendamento a pagar	14	-	-	2.664	3.423
Instrumentos financeiros derivativos	29	-	-	612	-
Contas a pagar aos sócios	13 e 21	-	21.791	-	21.791
Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC	21	21.989	21.989	18.989	18.989
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	21	5.300	2.817	5.300	2.817
Outros passivos	23	296	400	19.477	9.874
Total do passivo circulante		**29.077**	**47.801**	**113.260**	**120.423**
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	18	-	-	27.475	14.778
Arrendamento a pagar	14	-	-	24.921	27.801
Provisão para perdas prováveis com investimentos	13	919	422	-	-
Provisões para contingências	22	-	-	72	-
Outros passivos	23	-	-	153	461
Total do passivo não circulante		**919**	**422**	**52.621**	**43.040**
Patrimônio líquido	24				
Capital social		172.652	172.652	172.652	172.652
(-) Capital a integralizar		(20.482)	(42.835)	(20.482)	(42.835)
Resultado abrangente		137.348	137.348	137.348	137.348
Reserva legal		105	-	105	-
Prejuízos acumulados		(4.231)	(8.752)	(4.231)	(8.752)
Total do patrimônio líquido		**285.393**	**258.413**	**285.393**	**258.413**
Total do passivo		**29.995**	**48.223**	**165.881**	**163.463**
Total do passivo e patrimônio líquido		**315.388**	**306.636**	**451.274**	**421.876**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstrações de resultados
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 - *(Em milhares de Reais)*

	Nota	Controladora 2022	Controladora 2021	Consolidado 2022	Consolidado 2021
Receita operacional líquida	26	-	-	240.384	175.807
Custos dos produtos vendidos	27	-	-	(69.364)	(58.183)
Lucro bruto		**-**	**-**	**171.020**	**117.624**
Despesas comerciais	27	-	-	(18.615)	(15.748)
Despesas gerais e administrativas	27	(582)	(458)	(107.830)	(76.683)
Outras despesas (receitas) operacionais, líquidas	27	(22.972)	(34.123)	(25.298)	(35.523)
Lucro (prejuízo) antes das receitas (despesas) financeiras e cambiais líquidas e dos impostos		**(23.554)**	**(34.581)**	**19.277**	**(10.330)**
Receitas financeiras	28	2	37	8.308	659
Despesas financeiras	28	(3)	5.070	(22.910)	(3.717)
Variações monetárias e cambiais líquidas	28	(563)	-	414	(268)
Financeiras e cambiais líquidas		**(564)**	**5.107**	**(14.188)**	**(3.326)**
Resultado de equivalência patrimonial	13	31.545	16.104	-	-
Resultado antes dos impostos		**7.427**	**(13.370)**	**5.089**	**(13.656)**
Imposto de renda e contribuição social - correntes	25	-	(8)	(1.654)	(5.848)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	25	3.434	5.151	7.426	11.277
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		**10.861**	**(8.227)**	**10.861**	**(8.227)**
Resultado básico e diluído por ação (em Reais)		1,09	(0,82)		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstrações de resultados abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 - *(Em milhares de Reais)*

	Controladora 2022	Controladora 2021	Consolidado 2022	Consolidado 2021
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	**10.861**	**(8.227)**	**10.861**	**(8.227)**
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Resultado abrangente total	**10.861**	**(8.227)**	**10.861**	**(8.227)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 - *(Em milhares de Reais)*

	Nota	Capital social: Subscrito	Capital social: A integralizar	Capital social: Total	Resultado abrangente	Reservas de lucros: Legal	Reservas de lucros: Retenção	Reservas de lucros: Total	Prejuízo acumulado	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020		**172.652**	**(60.000)**	**112.652**	**137.348**	**1.140**	**16.236**	**17.376**	**-**	**267.376**
Integralização em moeda corrente do país	24a	-	17.165	17.165	-	-	-	-	-	17.165
Prejuízo do exercício		-	-	-	-	-	-	-	(8.227)	(8.227)
Distribuição de dividendos	24d	-	-	-	-	-	(14.586)	(14.586)	-	(14.586)
Juros sobre o capital próprio	24e	-	-	-	-	-	-	-	(3.315)	(3.315)
Destinação reserva de lucros	24c	-	-	-	-	(1.140)	(1.650)	(2.790)	2.790	-
Saldo em 31 de dezembro de 2021		**172.652**	**(42.835)**	**129.817**	**137.348**	**-**	**-**	**-**	**(8.752)**	**258.413**
Integralização em moeda corrente do país	24a	-	22.353	22.353	-	-	-	-	-	22.353
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	10.861	10.861
Constituição de reserva legal	24c	-	-	-	-	105	-	105	(105)	-
Juros sobre o capital próprio	24e	-	-	-	-	-	-	-	(6.235)	(6.235)
Saldo em 31 de dezembro de 2022		**172.652**	**(20.482)**	**152.170**	**137.348**	**105**	**-**	**105**	**(4.231)**	**285.393**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 - *(Em milhares de Reais)*

	Nota	Controladora 2022	Controladora 2021	Consolidado 2022	Consolidado 2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Lucro (prejuízo) líquido do exercício		**10.861**	**(8.227)**	**10.861**	**(8.227)**
Ajustes para conciliar o resultado ao caixa e equivalente de caixa gerados pelas atividades operacionais:					
Imposto de renda e contribuição social - diferido	25	(3.434)	(5.151)	(7.426)	(11.277)
Depreciação e amortização	27	22.727	34.091	29.109	38.220
Baixas imobilizado	15	-	-	1.354	138
Baixas direito de uso	14	-	-	2.385	-
Provisões para créditos de liquidação duvidosa	10	-	-	103	-
Provisão para devolução líquido e AVP		-	-	3.113	(59)
Provisão de contingência	22	-	-	72	-
Juros sobre empréstimos e financiamentos	18	-	-	8.324	1.654
Juros sobre o arrendamento	14	-	-	2.255	1.648
Juros dos outros passivos		-	(5.078)	-	-
Variação cambial	18	-	-	(1.972)	(142)
Instrumentos financeiros derivativos	18	-	-	612	-
Resultado da equivalência patrimonial, líquido de impostos	13	(31.545)	(16.104)	-	-
Variação nas contas de ativos e passivos					
Estoques	11	-	-	(2.681)	(9.866)
Contas a receber de clientes e outros recebíveis	10	-	-	(8.036)	(51.980)
Adiantamento a fornecedores		-	-	(601)	(473)
Outros créditos		724	(897)	(2.940)	(1.625)
Fornecedores e outras contas a pagar	17	22	-	9.917	12.728
Salários e encargos	19	-	-	235	6.304
Impostos e contribuições		(269)	804	3.365	6.071
Outros passivos		(104)	630	9.295	1.257
Caixa gerado pelas (utilizado nas) atividades operacionais		**(1.018)**	**68**	**57.342**	**(15.629)**
Pagamentos de juros de empréstimos	18b	-	-	(7.880)	(1.345)
Pagamentos de juros do arrendamento	14	-	-	(2.255)	(1.648)
Impostos pagos sobre o lucro		-	-	(3.982)	(4.283)
Fluxo de caixa líquido proveniente das (utilizado nas) atividades operacionais		**(1.018)**	**68**	**43.226**	**(22.905)**
Fluxo de caixa das atividades de investimento					
Outros investimentos	12	-	-	1.006	(9.683)
Aquisição de imobilizado e intangível	15 e 16	-	-	(38.554)	(22.656)
Caixa aplicado nas atividades de investimentos		**-**	**-**	**(37.548)**	**(32.339)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos					
Recursos provenientes de aporte de capital de acionistas	24a	22.353	17.165	22.353	17.165
Recursos provenientes de novos empréstimos	18	-	-	74.580	46.835
Pagamento de empréstimos e financiamentos	18	-	-	(68.136)	(6.174)
Pagamento aos sócios referente contrato SPA		(21.791)	-	(21.791)	-
Pagamento de adiantamento para futuro aumento de capital	13	-	(37.000)	-	-
Pagamento do arrendamento	14	-	-	(5.382)	(1.893)
Recebimento de dividendos e juros sobre capital próprio	24c	3.157	20.000	-	-
Pagamentos de dividendos e juros sobre capital próprio	24c	(2.817)	(20.000)	(2.817)	(20.000)
Caixa gerado (aplicado nas) pelas atividades de financiamentos		**902**	**(19.835)**	**(1.192)**	**35.933**
(Redução) aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa		**(116)**	**(19.767)**	**4.486**	**(19.311)**
Caixa e equivalentes de caixa inicial		233	20.000	9.370	28.681
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro		**117**	**233**	**13.856**	**9.370**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Eduardo Roberto de Almeida Bernardo - Diretor **André Moreno Uberti** - Diretor financeiro **Camila Borcari** - Contadora - CRC 1SP233894-O

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas da 10B Bio Participações S.A. - São Paulo – SP

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da 10B Bio Participações S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da 10B Bio Participações S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores: A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas: A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras individuais e consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Ribeirão Preto, 31 de março de 2023.

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-027666/F

Gustavo de Souza Matthiesen
Contador - CRC SP-293539/O-8

Em depoimento à PF, Bolsonaro diz que post com fake news foi acidental

O ex-presidente Jair Bolsonaro prestou depoimento à Polícia Federal (PF), na quarta-feira (26), conforme determinado pelo Supremo Tribunal Federal (STF), na investigação dos atos golpistas do dia 8 de janeiro. De acordo com a defesa de Bolsonaro, a postagem feita por ele com mentiras sobre o sistema eleitoral foi "acidental".

O *post* levantou suspeitas do envolvimento do ex-presidente com os atos golpistas que resultaram na invasão e na destruição das sedes dos Três Poderes, em Brasília.

Advogado de defesa de Bolsonaro, Fábio Wajngarten disse que o ex-presidente respondeu a todas as perguntas feitas no depoimento de quarta-feira, e que teria, inclusive, repudiado os ataques do dia 8 de janeiro. "As eleições de 2022 são página virada para ele, que condena os atos em Brasília".

A publicação de *fake news* em uma rede social pelo ex-presidente foi acidental, segundo os advogados, após Bolsonaro tentar salvar o vídeo contendo informações falsas com críticas ao sistema eleitoral brasileiro e com questionamentos sobre o resultado das eleições.

Na avaliação do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes, a referida postagem pode indicar ligação entre Bolsonaro e os atos golpistas, motivo pelo qual foi determinado à PF que o interrogasse.

Joias

Perguntados sobre o caso das joias e dos presentes dados ao ex-presidente pelo governo da Arábia Saudita – e guardados na casa do ex-piloto de Fórmula 1 Nelson Piquet – os advogados negaram qualquer irregularidade. Com relação aos *kits* de joias, a defesa disse que, nem Bolsonaro, nem a esposa, Michele, sabiam de sua existência.

"Eles só souberam disso 14 meses depois da entrada dos *kits* no país", afirmou o advogado Fábio Wajngarten no momento em que Bolsonaro já deixava o prédio da PF.

"O acervo se encontra temporariamente armazenado na fazenda do Nelson Piquet porque o presidente não tinha, na época, nem casa. Depois, ele, o *kit* com joias, seria remetido a outro lugar, para armazenamento adequado", acrescentou.

Ainda segundo o advogado de defesa, o pedido – para que as joias apreendidas pela Receita fossem entregues a representantes do governo – foi feito "uma única vez ao ajudante de ordens, a fim de evitar um vexame internacional, de um presente dado ao presidente do Brasil ir a leilão", disse Wajngarten.

Ele acrescentou não ver motivos para a ex-primeira dama Michele Bolsonaro ser intimada pelos investigadores.

Segundo o outro advogado de defesa de Bolsonaro, Daniel Tesser, os *kits* com as joias foram recebidos pela comitiva brasileira em outubro de 2022. O conjunto apreendido foi o feminino, contendo um colar, um par de brincos, um anel, um relógio de pulso e um pedestal no formato de um cavalo. "Até então não se sabia o que havia ali", disse Tesser.

O *kit* feminino estava na mochila do então chefe do escritório de representação do Ministério de Minas e Energia (MME) no Rio de Janeiro, o militar Marcos André Soeiro. Já o masculino (e outros presentes) estava na mala de mão do ex-ministro do MME Bento Albuquerque, e foi liberado. (Agencia Brasil)

Em Brasília, Paraná apresenta experiência de levar plano de saúde a todos os municípios

As conquistas do PlanificaSUS Paraná, programa que tem como objetivo a integração e organização da Atenção Ambulatorial Especializada em rede com a Atenção Primária à Saúde, foram apresentadas na quarta-feira (26) pelo secretário de Estado da Saúde, Beto Preto, na reunião do Conselho Nacional de Secretários de Saúde (Conass), em Brasília.

Segundo o secretário, o programa recebeu, desde 2021, a adesão de todos os municípios do Paraná, tornando o Estado uma referência nacional na estratégia e o primeiro e único da União, até o momento, a alcançar todo seu território.

"A atenção integral e regionalizada é uma das premissas do nosso governo, que tem reforçado a implementação da metodologia do PlanificaSUS em todos os municípios", disse o secretário. "Este programa representa um grande avanço na consolidação da Rede de Atenção à Saúde, permitindo organizar o atendimento para garantir a melhor assistência à população".

Criado para reorganizar o atendimento à saúde integrando equipes técnicas e gerenciais com foco nas necessidades dos usuários, o programa foi inicialmente implantado em 2019 na 4ª Regional de Saúde, em Irati, no Centro-Sul do Estado. Neste ano, o PlanificaSUS alcançou 848 Unidades de Saúde distribuídas por todo o Paraná, um aumento de 100,4% se comparado a 2022, com 423 unidades.

Para a diretora de Atenção e Vigilância em Saúde e coordenadora do Grupo Condutor Estadual do PlanificaSUS Paraná, Maria Goretti David Lopes, a estratégia representa a possibilidade da aplicação de uma metodologia que sintetiza a essência do Sistema Único de Saúde.

"A Atenção Primária é fundamental para a saúde pública, justamente por ser porta de entrada da Rede de Atenção à Saúde para o atendimento às necessidades da população. Por isso, poder não somente valorizar mas também reforçar e fortalecer essa rede é algo imprescindível", destacou.

O PlanificaSUS é nacional, implantado nos estados e pelo Conass, via Programa de Apoio ao Desenvolvimento Institucional do Sistema Único de Saúde (Proadi-SUS), executado pelo Hospital Israelita Albert Einstein (SP).

Durante o evento, o secretário enfatizou, ainda, a importância das campanhas de imunização e do combate às falsas informações. "Esta é uma reunião que ajuda a promover ações a nível estadual e federal e, por isso, quero manifestar a necessidade de expandir a imunização e garantir que toda a população receba a vacina. No Paraná, tivemos uma adesão fundamental da população e, sob a liderança do governador Ratinho Junior, conseguimos salvar inúmeras vidas durante a pandemia. A vacina é segura e seu propósito reside na segurança de todos", afirmou. (AENPR)

INTERCEMENT PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ nº 10.456.140/0001-22 - NIRE 35.300.392.647

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA A SER REALIZADA EM 5 DE MAIO DE 2023

CONVOCAÇÃO: Convocamos os Senhores Acionistas para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada no dia 05 de maio de 2023, às 9h, na sede social da Companhia, na Avenida Nações Unidas, nº 12.495, 13º andar, Sala 7, Torre Nações Unidas - Torre A, Centro Empresarial Berrini, Brooklin, CEP 04578-000, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, a fim de deliberarem sobre o que se segue. **ORDEM DO DIA:** Deliberar sobre as seguintes matérias: **(i)** Aprovar as contas e o relatório da administração, o relatório e parecer dos auditores independentes contratados pela Companhia, bem como as demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022; **(ii)** Aprovar a destinação dos resultados do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022; **(iii)** Aprovar a proposta quanto à verba global da remuneração dos administradores para o exercício de 2023; **(iv)** Aceitar a renúncia dos Membros do Conselho de Administração, Sr. Fernando Dantas Alves Filho e Sr. Fábio Marcel Fossen; **(v)** Reeleger os demais membros do Conselho de Administração; e **(vi)** Autorizar a administração da Companhia para adotar todas as providências necessárias para efetivar as deliberações ora aprovadas.

São Paulo, 24 de abril de 2023

LUIZ AUGUSTO KLECZ
Secretário

Torres do Brasil S.A.

CNPJ/ME nº 38.350.109/0001-21 - NIRE 35.300.555.821

Edital para Cancelamento da Assembleia Geral Ordinária

Ficam comunicados os senhores acionistas da **Torres do Brasil S.A.** ("Companhia"), na forma prevista no art. 124 da Lei nº 6.404/76, que a Assembleia Geral Ordinária da Companhia que se realizaria no dia 08/05/2023, às 09:00, conforme publicações neste mesmo jornal ocorridas em 19 de abril, 20 de abril e 21/04/2023, na sede da Companhia, situada à Avenida Alfredo Egidio de Souza Aranha, n. 100, Bloco C, 3º Andar, Vila Cruzeiro, CEP 04726-908, na Cidade e Estado de São Paulo, resta cancelada. Em tempo, será publicado um novo Edital de Convocação para tratar sobre os seguintes assuntos: (i) prestação de contas dos administradores, exame, discussão e votação das demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2022; e (ii) deliberação sobre a destinação do resultado líquido do exercício findo em 31/12/2022. São Paulo/SP, 27/04/2023. **Luis Humberto Diaz Jouanen,** Presidente do Conselho de Administração. (27, 28 e 29/04/23)

vivo LEILÕES ON LINE FRAZÃO Leilões

Data: 28 de abril de 2023 às 14h00

APARELHOS CELULARES DE DIVERSAS MARCAS E MODELOS

CADASTRE-SE ANTECIPADAMENTE PARA PARTICIPAR DO LEILÃO

OBS: TODOS OS LOTES SÃO DE CELULARES/MODEMS/ACESSÓRIOS USADOS E SUCATA, SEM GARANTIA DE TROCA/FUNCIONAMENTO.

Informações pelo telefone: 11- 3550-4066, 94173-1982, pelo e-mail eduardo@frazaoleiloes.com.br, ou www.FrazaoLeiloes.com.br

Carlos Eduardo Luis Campos Frazão JUCESP nº 751

Edital de citação - Prazo de 20 dias. Processo nº 1093973-22.2019.8.26.0100 O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 36ª Vara Cível, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo,Dr(a). Thania Pereira Teixeira De Carvalho Cardin, na forma da Lei, etc. Faz saber a Saburo Takitani de Medeiros, CPF 052.534.507-85, que lhe foi proposta uma ação de Procedimento Comum Cível por parte de Anna Carolina de Oliveira Fonseca, para a cobrança do valor de R$ 76.279,17, (Set/2019), originário de empréstimos de dinheiro realizados entre os anos de 2014/2015. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua CITAÇÃO, por EDITAL, para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo de 15 dias, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, apresente resposta. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADAMAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 15 de abril de 2023.

Edital de Intimação - Prazo de 20 dias. Processo nº 0024488-47.2022.8.26.0002O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 14ª Vara Cível, do Foro Regional II - Santo Amaro, Estado de São Paulo, Dr(a). Alexandre Batista Alves, na forma da Lei, etc. Faz saber a(o) Belacor Restaurações e Pinturas Ltda., CNPJ06.189.051/0001-90 que por este Juízo, tramita de uma ação de Cumprimento de sentença, movida por Condomínio Edifício Monte Carlo. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, nos termos do artigo 513, §2º, IV do CPC, foi determinada a sua INTIMAÇÃO por EDITAL, para que, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, pague a quantia de R$ 36.982,90 (setembro/2022), devidamente atualizada, sob pena de multa de 10% sobre o valor do débito e honorários advocatícios de 10% (artigo 523 e parágrafos, do Código de Processo Civil). Fica ciente, ainda, que nos termos do artigo 525 do Código de Processo Civil, transcorrido o período acima indicado sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias úteis para que o executado, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 09 de março de 2023.

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº **0001431-16.2021.8.26.0008** O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 3ª Vara Cível, do Foro Regional VIII - Tatuapé, Estado de São Paulo, Dr(a). Erasmo Samuel Tozetto, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) ROGÉRIO VASCONCELOS DO NASCIMENTO, Brasileiro, Solteiro, Empresário, com endereço à Rua São Severino, 117, Centro, CEP 55330-000, Bom Conselho - PE, que lhe foi proposta uma ação de Incidente de Desconsideração de Personalidade Jurídica por parte de Banco Ourinvest SA, alegando em síntese: o requerido, representante legal da executada, encerrou irregularmente suas atividades e cometeu abuso da personalidade jurídica . Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua CITAÇÃO, por EDITAL, para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo de 15 dias, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, apresente resposta. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 24 de março de 2023. **||26,27||**

EDITAL DE CITAÇÃO. Processo Digital nº: **0040486-44.2011.8.26.0001**. Classe: Assunto: Procedimento Comum Cível - Serviços Hospitalares. Requerente: Sociedade Beneficente Israelita Brasileira Hospital Albert Einstein. Requerido: Marcelo Pereira dos Santos e outro. EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 0040486-44.2011.8.26.0001. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 9ª Vara Cível, do Foro Regional I - Santana, Estado de São Paulo, Dr(a). Clovis Ricardo de Toledo Junior, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) MARCELO PEREIRA DOS SANTOS, CPF 222.160.748-10 e e Georges Rebelo Pinto Chiloti (CPF. 232.767.028-43), que Sociedade Beneficente Israelita Brasileira Hospital Albert Einstein lhes ajuizou ação de Cobrança, de Procedimento Comum, objetivando a quantia de R$ 44.079,88 (setembro de 2011), decorrente da Nota Fiscal de Serviço n° 00476825. Estando os requeridos em lugar ignorado, foi deferida a CITAÇÃO por edital, para que em 15 dias, a fluir dos 20 dias supra, ofereçam contestação, sob pena de presumirem-se como verdadeiros os fatos alegados. Não sendo contestada a ação, os requeridos serão considerados revéis, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 12 de abril de 2023. 27 e 28 / 04 / 23.

EDITAL DE CITAÇÃO. Processo Digital nº: **1013537-11.2021.8.26.0002**. Classe: Assunto: Procedimento Comum Cível - Serviços Hospitalares. Requerente: Sociedade Beneficente Israelita Brasileira Hospital Albert Einstein. Requerido: Gardiner Ian Boyd. EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1013537-11.2021.8.26.0002. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 10ª Vara Civel, do Foro Regional II - Santo Amaro, Estado de São Paulo, Dr(a). Guilherme Duran Depieri, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) GARDINER IAN BOYD, RG RNE 528788663, com endereço à Octavio Vidal de Azevedo, 158, Casa 8, Residencial Morumbi, CEP 05745-210, São Paulo - SP, que lhe foi proposta uma ação de Procedimento Comum Cível por parte de Sociedade Beneficente Israelita Brasileira Hospital Albert Einstein, objetivando a quantia de R$ 34.549,82 (março de 2021), decorrente da Nota Fiscal de Serviço n° 07018026. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua CITAÇÃO, por EDITAL, para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo de 15 dias, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, apresente resposta. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 13 de abril de 2023. 27 e 28 / 04 / 23.

EDITAL DE INTIMAÇÃO. Processo Digital nº: **1010106-16.2014.8.26.0001**. Classe: Assunto: Execução de Título Extrajudicial - Propriedade Fiduciária. Requerente: Banco Bradesco S/A. Requerido: CARLOS ROBERTO SILVA OLIVEIRA. EDITAL DE INTIMAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1010106-16.2014.8.26.0001. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 4ª Vara Cível, do Foro Regional I - Santana, Estado de São Paulo, Dr(a). ADEVANIR CARLOS MOREIRA DA SILVEIRA, na forma da Lei. FAZ SABER a(o) CARLOS ROBERTO SILVA OLIVEIRA, CPF 945.074.818-72, que nos autos da ação de Execução, ajuizada por Banco Bradesco S/A, procedeu-se a penhora sobre os direitos aquisitivos decorrentes da aquisição financiada do prédio residencial com 68,25 m² de área construída, e seu respectivo terreno, situado à Rua Hum, que se inicia na Rua Jaupaci, s/n° (n° 46 - não oficial - prédio n° 01 do lote 5-A do projeto aprovado), no loteamento denominado Jardim dos Alpes, no 22° subdistrito - Tucuruví, objeto da matrícula n° 97.826 do 15° CRI de São Paulo/SP. Estando o executado em local ignorado, foi deferida a intimação da penhora por edital, para que em 15 dias, a fluir após os 20 dias supra, ofereça impugnação, na ausência da qual prosseguirá o feito em seus ulteriores termos. será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 24 de Abril de 2023. 27 e 28 / 04 / 23.

OCDE apoia retomada de voto de qualidade do governo no Carf

A proposta de retomar o voto de desempate do governo no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf) obteve apoio internacional. A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) enviou uma carta de apoio à medida, anunciada pelo governo em janeiro como parte do pacote para reforçar a arrecadação.

Segundo a OCDE, grupo que reúne as economias mais comprometidas com a modernização dos regimes fiscais, poucos países permitem o envolvimento do setor privado no julgamento administrativos de recursos fiscais. Vinculado à Receita Federal, o Carf julga, na esfera administrativa, questionamentos de contribuintes sobre cobranças do Fisco.

"Identificamos, até agora, três jurisdições com diferentes graus de envolvimento de representantes do setor privado no recurso administrativo em matéria tributária, embora essa ocorrência seja rara na prática internacional. No entanto, nesses casos, os representantes do setor privado não parecem ter o mesmo papel decisivo no recurso administrativo como têm no Brasil", destacou a carta, assinada por Grace Perez-Navarro, diretora do Centro de Política Tributária da OCDE.

Segundo a organização, a carta foi escrita após uma reunião entre o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, e Perez-Navarro em 6 de março. Enviado em 31 de março ao ministro da Fazenda, o documento só foi divulgado na quarta-feira (26).

Desde 2020, a Lei 13.988 concede vantagem ao contribuinte, geralmente grandes empresas, nos julgamentos terminados em empate no Carf. No início do ano, o governo editou uma medida provisória para restituir o voto de desempate ao governo, mas o tema enfrenta resistência no Congresso e no Judiciário.

"Um retorno a esse processo, mitigaria as possíveis consequências negativas do modelo estabelecido em 2020 que foram discutidas acima", ressaltou a carta.

Em fevereiro, o Ministério da Fazenda e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) fecharam um acordo para encerrar parte dos questionamentos judiciais. O Tribunal de Contas da União (TCU) também recomendou a retomada do modelo antigo.

Após o fechamento do acordo com a OAB, Haddad disse que a retomada do voto de qualidade renderia R$ 50 bilhões ao caixa do governo. (Agencia Brasil)

Rigel Administração e Participações S.A.

CNPJ nº 21.644.732/0001-94

Demonstrações Financeiras - Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais)

Balanço Patrimonial

	2022	2021
Ativo/Ativo circulante	**44**	**30**
Caixa e equivalentes de caixa	37	23
Outras contas a receber	7	7
Ativo não circulante	**210.672**	**158.704**
Permanente: Investimentos	210.672	158.704
Total ativo não circulante	**210.672**	**158.704**
Total do ativo	**210.716**	**158.734**

	2022	2021
Passivo e Patrimônio Líquido/Passivo circulante	**5**	**4**
Obrigações tributárias	1	1
Salários e ordenados	4	3
Patrimônio líquido	**210.711**	**158.730**
Capital social	167.177	133.723
Reserva de lucros	43.263	24.736
Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC	271	271
Total do passivo	**210.716**	**158.734**

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

	Capital social	AFAC	Reserva de lucros	Lucros acumulados	Total
Saldos em 1º/01/2021	**92.740**	**70**	**4.935**	**(104)**	**97.641**
Adiantamento para futuro aumento do capital	–	201	–	–	201
Aumento do capital	40.983	–	–	–	40.983
Lucro líquido do exercício	–			19.907	19.907
Distribuição de dividendos	–	–	–	(2)	(2)
Transferência entre reservas	–	–	19.801	(19.801)	–
Saldos em 31/12/2021	**133.723**	**271**	**24.736**	**–**	**158.730**
Aumento do capital	33.454	–	–	–	33.454
Lucro líquido do exercício	–	–	–	51.004	51.004
Distribuição de dividendos	–	–	–	(32.477)	(32.477)
Transferência entre reservas	–	–	18.527	(18.527)	–
Saldos em 31/12/2022	**167.177**	**271**	**43.263**	**–**	**210.711**

Demonstrações de Resultados

	2022	2021
Despesas e receitas operacionais		
Despesas administrativas	(138)	(147)
Participação nos lucros de controladas avaliadas pelo método de equivalência patrimonial	50.033	29.354
Outras perdas, líquidas	1.109	(9.297)
Lucro operacional	**51.004**	**19.910**
Despesas financeiras, líquidas	–	(3)
Lucro líquido do exercício	**51.004**	**19.907**

Demonstrações de Fluxo de Caixa

	2022	2021
Fluxo das atividades operacionais		
Resultado líquido do exercício	51.004	19.907
Ajuste de:		
Resultado de controladas reconhecido por equivalência patrimonial	(50.033)	(29.354)
Outros ganhos, líquidos	(1.109)	9.297
Variação no capital circulante		
Outros ativos circulante e não circulantes	–	(6)
Obrigações trabalhistas	1	(29)
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	**(137)**	**(185)**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Investimentos	151	–
Dividendos recebidos	32.477	–
Caixa líquido proveniente das atividades de investimentos	**32.628**	**–**
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos	–	–
Dividendos pagos	(32.477)	(2)
Adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC)	–	201
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamentos	**(32.477)**	**199**
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	**14**	**14**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	23	9
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	37	23

Diretoria
Mario Cesar Roque - Diretor Administrativo Financeiro

Contador
Judival Alves de Aguiar Junior - CRC 1SP 215395

SJSA Participações S.A.

CNPJ nº 24.427.808/0001-18

Demonstrações Financeiras - Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2022 e 2021 *(Em milhares de reais)*

Balanço Patrimonial

	2022	2021
Ativo/circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	782	5
Impostos a recuperar	2	–
Despesas antecipadas	74	–
Total do ativo circulante	**858**	**5**
Ativo não circulante		
Permanente		
Investimentos	548.445	462.400
Total do ativo não circulante	**548.445**	**462.400**
Total do ativo	**549.303**	**462.405**

	2022	2021
Passivo e Patrimônio Líquido		
Passivo circulante		
Fornecedores	55	–
Obrigações tributárias	1	–
Total do passivo circulante	**56**	**–**
Passivo não circulante		
Partes relacionadas	10.400	116
Total do passivo não circulante	**10.400**	**116**
Patrimônio líquido		
Capital social	427.708	402.290
Reserva de lucros	111.135	59.995
Adto. para futuro aumento de capital - AFAC	4	4
Total do patrimônio líquido	**538.847**	**462.289**
Total do passivo	**549.303**	**462.405**

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

	Capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC	Reserva de lucros	Lucros acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2021	**10**	**4**	**–**	**852**	**866**
Aumento do capital	402.280	–	–	–	402.280
Lucro líquido do exercício	–	–	–	59.149	59.149
Distribuição de dividendos	–	–	–	(6)	(6)
Transferência entre reservas	–	–	59.995	(59.995)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**402.290**	**4**	**59.995**	**–**	**462.289**
Aumento do capital	25.418	–	–	–	25.418
Lucro líquido do exercício	–	–	–	145.740	145.740
Distribuição de dividendos	–	–	–	(94.600)	(94.600)
Transferência entre reservas	–	–	51.140	(51.140)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**427.708**	**4**	**111.135**	**–**	**538.847**

Demonstrações dos Resultados

	2022	2021
Despesas e receitas operacionais		
Despesas administrativas	(20)	(4)
Participação no lucro de controladas avaliadas pelo método de equivalência patrimonial	137.443	12.282
Outros ganhos, líquidos	8.300	46.872
Lucro operacional	**145.723**	**59.150**
Despesas financeiras, líquidas	23	(1)
Resultado antes dos impostos	**145.746**	**59.149**
Imposto de renda e contribuição social	(6)	–
Lucro líquido do exercício	**145.740**	**59.149**

Demonstrações de Fluxo de Caixa

	2022	2021
Fluxo das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	145.739	59.149
Ajuste de:		
Resultado de controladas reconhecido por equivalência patrimonial	(137.443)	(12.282)
Outros ganhos, líquidos	(8.300)	(46.872)
Variação no capital circulante		
Impostos a recuperar	(2)	–
Outros ativos circulante e não circulantes	(74)	–
Aumento (redução) em passivos		
Contas a pagar	55	(10)
Impostos e contribuições a recolher	1	–
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	**(24)**	**(15)**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Investimentos	(20.465)	–
Dividendos Recebidos	114.860	12
Caixa líquido proveniente das atividades de investimentos	**94.395**	**12**
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Dividendos Pagos	(94.600)	(6)
Partes relacionadas	1.006	
Adiantamento para futuro aumento de capital	–	–
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	**(93.594)**	**(6)**
Redução de caixa e equivalentes de caixa, líquidos	**777**	**(9)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	5	14
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	782	5

Diretoria
Mario Cesar Roque
Diretor Administrativo Financeiro

Contador
Judival Alves de Aguiar Junior
CRC 1SP215395

ERMAN Participações S.A.

CNPJ nº 05.062.376/0001-44 - NIRE 35.300.191.005

Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2022 e 2021 *(Valores em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)*

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Ativo	Nota	2022	2021
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa		1.332	944
Impostos a recuperar		57	28
Dividendos a receber	4	280.670	378.269
		282.059	379.241
Não circulante			
Investimentos	5	13.231.967	12.492.659
Total do ativo		**13.514.026**	**12.871.900**

Passivo e Patrimônio Líquido	Nota	2022	2021
Circulante			
Impostos a recolher		3	1
Partes relacionadas	4		11
Dividendos a pagar	4	280.282	377.872
		280.285	377.884
Patrimônio Líquido	6		
Capital Social		7.584.730	7.584.730
Reservas de lucros		4.326.529	3.278.872
Ajuste de avaliação patrimonial		1.322.482	1.630.414
		13.233.741	12.494.016
Total do passivo e patrimônio líquido		**13.514.026**	**12.871.900**

DEMONSTRAÇÃO DE MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Nota	Capital Social	Incentivos fiscais	Reserva de lucros: Reserva legal	Reserva de lucros: Reserva de retenção	Lucros (prejuízos) acumulados	Ajustes de avaliação patrimonial	Patrimônio líquido
Em 1º de janeiro de 2021		**7.584.730**	**2.620**	**413.008**	**1.378.070**		**1.220.675**	**10.599.103**
Lucro do exercício						1.591.041		1.591.041
Reflexo de outros resultados abrangentes de controlada							409.739	409.739
Total do resultado abrangente do exercício						**1.591.041**	**409.739**	**2.000.781**
Total de contribuições dos acionistas e distribuições aos acionistas								
Efeito da diluição da participação societária - aquisição da McInnis					378.297			378.297
Ganho líquido na venda de ações e diluição de participação - CBA					139.083			139.083
Constituição de reserva legal	6 (c)			79.552		(79.552)		
Dividendos distribuídos	6 (b)				(245.375)			(245.375)
Dividendos mínimos obrigatórios	6 (b)					(377.872)		(377.872)
Retenção de lucros					1.133.617	(1.133.617)		
Total de contribuições dos acionistas e distribuições aos acionistas				**79.552**	**1.405.622**	**(1.591.041)**		**(105.867)**
Em 31 de dezembro de 2021		**7.584.730**	**2.620**	**492.560**	**2.783.692**		**1.630.414**	**12.494.016**
Lucro do exercício						1.180.136		1.180.136
Reflexo de outros resultados abrangentes de controlada							(281.410)	(281.410)
Total do resultado abrangente do exercício						**1.180.136**	**(281.410)**	**898.726**
Total de contribuições dos acionistas e distribuições aos acionistas								
Ganho líquido na venda de ações e diluição de participação - CBA					79.256			79.256
Reflexo da aquisição de participação de não controladores - Alux Brasil					(11.889)			(11.889)
Reflexo do efeito do ajuste contábil inicial da economia hiperinflacionária					22.163			22.163
Dividendos revertidos					377.872			377.872
Reclassificação de valor justo de ações na aquisição de investimentos					38.693		(38.693)	
Reclassificação de resultados abrangentes na venda de investimento					(12.171)		12.171	
Constituição de reserva legal	6 (c)			59.007		(59.007)		
Dividendos distribuídos	6 (b)				(346.121)			(346.121)
Dividendos mínimos obrigatórios	6 (b)					(280.282)		(280.282)
Retenção de lucros					840.847	(840.847)		
Total de contribuições dos acionistas e distribuições aos acionistas				**59.007**	**988.650**	**(1.180.136)**	**(26.522)**	**(159.001)**
Em 31 de dezembro de 2022		**7.584.730**	**2.620**	**551.567**	**3.772.342**		**1.322.482**	**13.233.741**

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

	Nota	2022	2021
Resultado de participações societárias			
Resultado equivalência patrimonial	5	1.181.767	1.592.713
Despesas operacionais			
Outras despesas operacionais		(1.863)	(1.743)
Lucro operacional antes do resultado financeiro		**1.179.904**	**1.590.970**
Resultado financeiro		232	71
Lucro (prejuízo) antes do IRPJ e da CSLL		**1.180.136**	**1.591.041**
IRPJ e CSLL			
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		**1.180.136**	**1.591.041**
Lucro líquido (prejuízo) básico e diluído por ação (em reais)		1,72	2,32
Quantidade média de ações		684.730	684.730

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS ABRANGENTES

	2022	2021
Lucro líquido do exercício	**1.180.136**	**1.591.041**
Outros componentes do resultado abrangente a serem posteriormente reclassificados para o resultado - reflexo de controlada em conjunto		
Variação cambial de investimentos no exterior	(318.420)	146.651
"Hedge accounting" de investimentos líquidos no exterior	(27.090)	(3.029)
"Hedge accounting" operacional de controladas	(2.840)	150.223
Valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda	(784)	(837)
Outros reflexos de controladas e coligadas	38.098	107.512
	(311.037)	400.519
Outros componentes do resultado abrangente líquido que não serão reclassificados para o resultado - reflexo de controlada em conjunto		
Ganhos e perdas atuariais com benefícios de aposentadoria	29.627	9.220
Outros componentes do resultado abrangente do exercício	**(281.410)**	**409.739**
Total do resultado abrangente do exercício, líquido dos efeitos tributários	**898.726**	**2.000.781**

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

	2022	2021
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes do IRPJ e CSLL	1.180.136	1.591.041
Ajustes de itens que não representam alteração de caixa e equivalentes de caixa		
Equivalência patrimonial	(1.181.767)	(1.592.713)
Variações nos ativos e passivos		
Aumento (diminuição) em outros ativos e passivos	(38)	
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades operacionais	**(1.669)**	**(1.672)**
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Dividendos recebidos	348.177	247.250
Caixa líquido gerado pelas atividades de investimentos	**348.177**	**247.250**
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Dividendos pagos	(346.121)	(245.375)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	**(346.121)**	**(245.375)**
Acréscimo (decréscimo) em caixa e equivalentes de caixa	**387**	**203**
Caixa e equivalentes de caixa no inicio do exercício	**944**	**741**
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	**1.332**	**944**
Transação que não afetou o caixa		
Reversão de dividendos a receber	378.269	
Reversão de dividendos a pagar	377.872	

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. Considerações gerais: ERMAN Participações S.A. ("Companhia", ou "ERMAN") é uma empresa de capital privado e que possui 25% das ações da Hejoassu Administração S.A., e a Companhia tem sede na cidade de São Paulo, Brasil. A Companhia foi constituída em 08/05/2002 e tem como atividade principal a administração de bens e empresas. **2. Apresentação e aprovação das demonstrações financeiras:** A emissão dessas demonstrações financeiras foi aprovada pela Diretoria em 24/04/2023, considerando os eventos subsequentes ocorridos até essa data, que tiveram efeito sobre as divulgações das referidas demonstrações. **2.1. Base de apresentação: 2.2. Demonstrações financeiras individuais:** As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e certos ativos e passivos financeiros, inclusive instrumentos financeiros, reflexos de controlada, foram mensurados ao valor justo pelo resultado. A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. As áreas que requerem maior nível de julgamento e apresentam maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão descritas na Nota 3. A Companhia é controladora em conjunto da Hejoassu Administração S.A. e optou, como permitido pelo CPC 19 (R2) em reconhecer esse investimento utilizando o método da equivalência patrimonial, não tendo sido a mesma consolidada proporcionalmente. **3. Principais práticas e estimativas contábeis adotadas:** As estimativas e premissas contábeis são continuamente avaliadas e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício financeiro, estão contempladas abaixo. **(a) Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a insignificante risco de mudança de valor. Nas demonstrações do fluxo de caixa, o caixa e os equivalentes de caixa são apresentados líquidos dos saldos tomados. **(b) Investimentos:** Os investimentos em sociedades coligadas e controladas são registrados e avaliados pelo método de equivalência patrimonial (MEP), tendo como contrapartida o resultado do exercício. No caso de variação cambial de investimento em coligadas e controladas indiretamente no exterior, as variações no valor do investimento decorrentes exclusivamente de variação cambial, são registradas na conta "Ajuste de avaliação patrimonial", no patrimônio líquido da Companhia, e somente são registradas ao resultado do exercício quando o investimento for alienado ou considerado como perda. Quando necessário, as práticas contábeis das investidas são alteradas para garantir consistência com as práticas adotadas pela Companhia. **(c) Apuração do resultado:** O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime de competência.

4. Partes relacionadas: Saldos e transações com partes relacionadas:

	Valores a pagar 2022	Valores a pagar 2021	Dividendos a receber 2022	Dividendos a receber 2021	Dividendos a pagar 2022	Dividendos a pagar 2021
Hejoassu Administração S.A.			280.670	378.269		
AEM Participações S.A.		11				
Dividendos a pagar aos acionistas (pessoas físicas)					280.282	377.872
		11	**280.670**	**378.269**	**280.282**	**377.872**

As transações com partes relacionadas referem-se estritamente ao curso normal das operações, e são relacionados apenas aos dividendos a receber e a pagar para os seus acionistas.

5. Investimentos:

Investimentos	Informação da investida em 31/12/2022: Patrimônio Líquido	Resultado do exercício	Percentual de participação (%)	Resultado de equivalência patrimonial 2022	2021	Saldo de investimento 2022	2021
Avaliados por equivalência patrimonial							
Hejoassu Administração S.A.	52.927.843	4.727.066	25,00	1.181.767	1.592.713	13.231.960	12.492.652
Outros investimentos						7	7
Total dos investimentos				**1.181.767**	**1.592.713**	**13.231.967**	**12.492.659**

6. Patrimônio líquido: (a) Capital social: O capital social, em 31/12/2022 e 2021 é de R$ 7.584.730.000,00 (sete bilhões, quinhentos e oitenta e quatro milhões, setecentos e trinta mil reais), totalmente subscrito e integralizado e representado por 684.730.000 ações ordinárias nominativas. **(b) Dividendos:** Os dividendos são calculados com base em 25% do lucro líquido do exercício deduzido de reserva legal, de acordo com o estatuto da Companhia. Durante o período de um ano findo em 31/12/2022, a Companhia deliberou o pagamento aos seus acionistas, o montante de R$ 346.121 correspondente a dividendos relativos parte do saldo de "Reservas de lucros" acumulados até dezembro de 2021, e deliberou os dividendos mínimos obrigatórios referentes ao exercício de 2022, no valor de R$ 280.282 conforme detalhado no quadro a seguir.

	2022	2021
Lucro líquido do exercício	1.180.136	1.591.041
Reserva legal	(59.007)	(79.552)
Base de cálculo dos dividendos	1.121.130	1.511.489
Dividendos propostos (25% sobre o lucro líquido)	280.282	377.872
Dividendos adicionais - exercícios anteriores	346.121	245.375
	626.403	623.247
Porcentagem sobre o lucro líquido do exercício	25%	25%

(c) Reserva legal e de retenção de lucros: A reserva legal é constituída pela apropriação de 5% do lucro líquido do exercício social ou saldo remanescente, limitado a 20% do capital social, podendo ser utilizada somente para aumento de capital ou absorção de prejuízos acumulados. A reserva de retenção é constituída para registrar a retenção do saldo remanescente de lucros acumulados, a fim de atender principalmente ao projeto de crescimento dos negócios estabelecido no plano de investimentos da Companhia. **(d) Ajustes de avaliação patrimonial:** A Companhia reconhece nessa rubrica o efeito das variações cambiais sobre os investimentos em controladas no exterior, detidas de forma direta ou indireta. Esse efeito acumulado será revertido para o resultado do exercício como ganho ou perda somente em caso de alienação ou perda do investimento. Também são consideradas nesta rubrica: a variação cambial de dívidas e derivativos designados para mitigar riscos cambiais, preços de *commodities* e taxa de juros (contabilidade de *hedge*), ganhos e perdas atuariais dos planos de pensão, e a parcela de valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda.

Cláudio Ermírio de Moraes – Diretor
Ricardo Ermírio de Moraes – Diretor
Paulo Midena - Contador – CRC nº 1SP 171.463/O-9

Jornal O DIA SP

Edição impressa produzida pelo **Jornal O Dia SP** com circulação diária, em bancas e para assinantes. As íntegras dessas publicações encontram-se disponíveis no site: https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal

Travessia Securitizadora S.A.

CNPJ/ME nº 26.609.050/0001-64 - NIRE 35.300.498.119

Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 20/04/2023

Data/horário/local: 20/04/2023, 10hs, na sede social. **Convocação e Presença:** Dispensada, Presença de acionistas representando a totalidade do capital social. **Mesa: Presidente,** Vinicius Bernardes Basile Silveira Stopa; **Secretária,** Thais de Castro Monteiro. **Deliberações aprovadas**: **(i)** A realização da Emissão, com as seguintes características principais: **a) Número da Emissão:** Esta será a 3ª emissão de debêntures da Companhia. **b) Séries:** A Emissão será realizada em duas séries. **c) Valor Total da Emissão:** O valor total da Emissão é de R$100.000.000,00, sendo R$ 95.000.0000,00 no âmbito das Debêntures da 1ª Série e R$ 5.000.000,00 no âmbito das Debêntures da 2ª Série, observado o Montante Mínimo. **d) Quantidade de Debêntures Emitidas:** serão emitidas até 100.000 Debêntures, sendo até 95.000 Debêntures da 1ª Série ("Debêntures da 1ª Série") e até 5.000 Debêntures da 2ª Série ("Debêntures da 2ª Série"). **e) Destinação dos Recursos:** Os recursos decorrentes da subscrição e integralização das Debêntures deverão ser acolhidos pela Companhia na Conta Centralizadora, submetida ao regime fiduciário instituído sobre o Patrimônio Separado, e atrelada ao patrimônio separado constituído em favor dos titulares das Debêntures ("Patrimônio Separado"). A Companhia utilizará os recursos provenientes da subscrição e integralização das Debêntures para pagamento do preço de cessão, à Securitizadora, de direitos creditórios devidos por determinadas pessoa(s), física(s) ou jurídica(s) ("Devedoras") (i) à CHG-Meridian Brasil, Locação de Equipamentos Ltda. ("CHG Locação"), oriundos de contratos de locação firmado entre a CHG Locação, na qualidade de locadora, e cada uma das Devedoras, na qualidade de locatárias ("Contratos de Locação") e/ou (ii) à CHG-Meridian do Brasil Arrendamento Mercantil S.A. ("CHG Leasing"), oriundos de contrato de arrendamento mercantil firmado entre a CHG Leasing, na qualidade de arrendante, e cada uma das Devedoras, na qualidade de arrendatárias ("Contratos de Arrendamento Mercantil") (em conjunto, "Direitos Creditórios"), sendo os Direitos Creditórios cedidos (i) diretamente pela CHG Locação à Companhia, (ii) diretamente pela CHG Leasing à Companhia, e/ou (iii) pela CHG Locação ou pela CHG Leasing a significa ao Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Angá Multiestratégia I, ao Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Angá Multiestratégia II e/ou ao Banco Voiter S.A. (sendo estes, em conjunto com a CHG Locação e a CHG Leasing, denominados "Cedentes") que, subsequentemente, os cederão à Companhia, nos termos de cada um dos "*Instrumento Particular de Contrato de Cessão de Créditos e Outras Avenças*", a serem celebrados entre cada um dos Cedentes e a Companhia ("Contratos de Cessão"), observada a Ordem de Alocação de Recursos (conforme será definido na Escritura de Emissão), o pagamento das Despesas e a composição do Fundo de Despesas, bem como as demais disposições a serem previstas na Escritura de Emissão e nos demais Documentos da Operação. Em caso de distribuição parcial, os valores serão alocados respeitada a proporção de colocação total das Debêntures. **f) Colocação e Procedimentos de Distribuição**: As Debêntures serão objeto de distribuição pública, nos termos da Resolução CVM 160, sob o regime de melhores esforços de colocação para a totalidade das Debêntures, a ser prestada por instituição financeira integrante do sistema de valores mobiliários na qualidade de instituição intermediária da Oferta contratada pela Companhia para atuar na estruturação e coordenação da Oferta ("Coordenador Líder"), nos termos do "*Contrato de Distribuição Pública sob o Rito de Registro Automático, em Regime de Melhores Esforços, de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Duas Séries, da Espécie Quirografária com Instituição de Patrimônio Separado da 3ª Emissão da Travessia Securitizadora S.A.*", a ser celebrado entre a Companhia e Coordenador Líder ("Contrato de Distribuição") e serão destinadas exclusivamente à subscrição por investidores profissionais, conforme definidos nos artigos 11 e 13 da Resolução da CVM nº 30, de 11/05/2021, conforme alterada ("Investidores Profissionais"). **g) Valor Nominal Unitário**: O valor nominal unitário de cada Debêntures corresponderá, na Data de Emissão, a R$1.000,00 ("Valor Nominal Unitário"). **h) Data de Emissão das Debêntures**: Para todos os fins e efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será aquela prevista na Escritura de Emissão ("Data de Emissão"). **i) Distribuição Parcial das Debêntures**: Será admitida a distribuição parcial das Debêntures, nos termos do artigo 73 da Resolução CVM 160, desde que observado o montante mínimo de 10.000 Debêntures, sendo 9.500 Debêntures da 1ª Série e 500 Debêntures da 2ª Série, totalizando o montante de R$ 10.000.000,00 na primeira Data de Integralização, sendo R$ 9.500.000,00 no âmbito das Debêntures da 1ª Série e R$ 500.000,00 no âmbito das Debêntures da 2ª Série ("Montante Mínimo"), sendo que as Debêntures que não forem efetivamente subscritas e integralizadas serão canceladas pela Companhia. Caso não seja possível a colocação do Montante Mínimo junto aos Investidores Profissionais na primeira Data de Integralização, a Emissão será automaticamente cancelada, devendo a Companhia devolver quaisquer valores que eventualmente tenha recebido dos Investidores Profissionais no âmbito da Emissão, em moeda corrente nacional, sem quaisquer deduções ou acréscimos. Caso haja colocação de Debêntures em montante inferior ao Valor Total da Emissão na primeira Data de Integralização das Debêntures, observado o Montante Mínimo e observado o período de distribuição das Debêntures, o saldo de Debêntures não colocado no âmbito da Oferta será cancelado pela Companhia, o que será formalizado por meio de aditamento à Escritura de Emissão, sem necessidade de nova aprovação societária ou de realização de Assembleia Geral de Debenturistas. **j) Prazo e Data de Vencimento das Debêntures:** Observado o disposto na Escritura de Emissão, (i) as Debêntures da 1ª Série terão prazo de vencimento de 2.205 dias corridos contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 15/05/2029 ("Data de Vencimento das Debêntures da 1ª Série"); e (ii) as debêntures da 2ª Série terão o prazo de vencimento de 2.570 dias dias corridos contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 15/05/2030 ("Data de Vencimento das Debêntures da 2ª Série" e, em conjunto com o Data de Vencimentos das Debêntures da 1ª Série, as "Datas de Vencimento"). **k) Forma, tipo e comprovação de titularidade:** As Debêntures serão emitidas sob a forma nominativa e escritural, sem emissão de cautelas ou certificados, sendo que, para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato de conta de depósito emitido pelo Escriturador e, adicionalmente, com relação às Debêntures que estiverem custodiadas eletronicamente na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão – B3 ("B3"), conforme o caso, será expedido por esta extrato em nome do Debenturista, que servirá como comprovante de titularidade de tais Debêntures. **l) Conversibilidade**: As Debêntures serão simples, ou seja, não conversíveis em ações de emissão da Companhia. **m) Espécie**: As Debêntures serão da espécie quirografária, com instituição de Patrimônio Separado. Não há garantia real ou flutuante e não existe qualquer tipo de regresso contra o patrimônio da Companhia; **n) Preço de Subscrição e Forma de Integralização**: As Debêntures serão subscritas e integralizadas, a qualquer momento, a partir da data de início de distribuição, conforme informada no anúncio de início de distribuição, a ser divulgado nos termos do artigo 13 da Resolução CVM 160, durante o período de distribuição das Debêntures previsto no artigo 48 da Resolução CVM 160, de acordo com os procedimentos da B3, observado o plano de distribuição das Debêntures organizado pelo Coordenador Líder, conforme procedimentos descritos no artigo 49 da Resolução CVM 160 e no Contrato de Distribuição. O preço de integralização das Debêntures (i) na primeira Data de Integralização, será o Valor Nominal Unitário das Debêntures; e (ii) nas Datas de Integralização posteriores à primeira Data de Integralização, será o Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido da Remuneração das Debêntures, calculada *pro rata temporis* desde a primeira Data de Integralização até a data da efetiva integralização ("Preço de Integralização"), podendo, ainda, em qualquer Data de Integralização, serem subscritas com ágio ou deságio, conforme poderá vir a ser definido no ato de subscrição das Debêntures, sendo certo que, caso aplicável, o ágio ou o deságio, conforme o caso, deverá ser aplicado em igualdade de condições a todos os investidores em cada data de integralização das Debêntures ("Data de Integralização"). A integralização das Debêntures será à vista e em moeda corrente nacional na Data de Integralização. **o) Distribuição, Negociação e Custódia Eletrônica**: As Debêntures serão depositadas na B3 para: (i) distribuição no mercado primário por meio do MDA – Módulo de Distribuição de Ativos ("MDA"), administrado e operacionalizado pela B3, sendo a distribuição liquidada financeiramente por meio da B3; e (ii) negociação no mercado secundário por meio do CETIP21 – Títulos e Valores Mobiliários ("CETIP21"), administrado e operacionalizado pela B3, sendo as negociações liquidadas financeiramente e as Debêntures custodiadas eletronicamente na B3. **p) Preferência, Prioridade e Subordinação**: Observadas as disposições a serem previstas na Escritura de Emissão, as Debêntures da 1ª Série terão preferência e prioridade sobre as Debêntures da 2ª Série, para efeitos de pagamento de remuneração e/ou amortização. **q) Atualização Monetária:** Não haverá atualização monetária das Debêntures. **r) Remuneração das Debêntures da 1ª Série:** Observados os termos a serem dispostos na Escritura de Emissão, especialmente quanto à Ordem de Alocação de Recursos e ao Pagamento Condicionado, sobre o valor Nominal Unitário das Debêntures da 1ª Série ou o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da 1ª Série incidirão, a partir da Data de Início da Rentabilidade das Debêntures, inclusive, juros remuneratórios que corresponderão a 100% da variação acumulada da Taxa DI, acrescida de *spread* ou sobretaxa de 2,00% ao ano, base 252 Dias Úteis até a Data de Vencimento ou integral liquidação das Debêntures da 1ª Série (exclusive) ("Remuneração das Debêntures da 1ª Série"), calculada de acordo com a fórmula prevista na Escritura de Emissão; **s) Remuneração das Debêntures da 2ª Série:** Observados os termos a serem dispostos na Escritura de Emissão, especialmente quanto à Ordem de Alocação de Recursos das Debêntures e ao Pagamento Condicionado, sobre o valor Nominal Unitário das Debêntures da 2ª Série ou o saldo do Valor Nominal Unitário das Debentures da 2ª Série incidirão, a partir da Data de Início da Rentabilidade Unitário das Debêntures, inclusive, juros remuneratórios que corresponderão a 100% da variação acumulada da Taxa DI, acrescida de *spread* ou sobretaxa de 2,00% ao ano, base 252 Dias Úteis até a Data de Vencimento ou integral liquidação das Debêntures da 2ª Série (exclusive) ("Remuneração das Debêntures da 2ª Série" e, em conjunto com a Remuneração das Debêntures da 1ª Série, "Remuneração das Debêntures"), calculada de acordo com a fórmula prevista na Escritura de Emissão. **t) Prêmio de Subordinação**: Observados os termos da Escritura de Emissão, especialmente quanto à Ordem de Alocação de Recursos e ao Pagamento Condicionado, após (i) o pagamento integral da Remuneração das Debêntures, e (ii) a Amortização Ordinária do Valor Nominal Unitário das Debêntures da 1ª Série, a Amortização Extraordinária Facultativa, a Amortização Extraordinária Obrigatória e o Resgate Antecipado Facultativo Total, conforme aplicável, os titulares das Debêntures da 2ª Série receberão, na Data de Vencimento das Debêntures da 2ª Série um prêmio equivalente a 100% da receita residual dos Direitos Creditórios, observada a Ordem de Alocação de Recursos ("Prêmio de Subordinação"). Caso aplicável, a Companhia, com a anuência dos Debenturistas, informará ao escriturador das Debêntures e à B3, conforme o caso, com antecedência mínima de 3 Dias Úteis, da ocorrência do pagamento de Prêmio de Subordinação, bem como o seu valor, o que deverá observar os termos a serem previstos na Escritura de Emissão. **u) Pagamento Condicionado e Subordinação das Debêntures da 2ª Série**: Os pagamentos devidos pela Companhia referentes à Amortização Ordinária, à Amortização Extraordinária Obrigatória, Amortização Extraordinária Facultativa, à Remuneração das Debêntures e ao Prêmio de Subordinação, com relação às Debêntures, e demais valores devidos pela Companhia aos Debenturistas, no âmbito da Emissão, estão condicionados ao efetivo pagamento, em montante suficiente, dos Direitos Creditórios pelas Devedoras ("Pagamento Condicionado"). Deste modo, a não realização dos pagamentos relacionados à Amortização Ordinária, Amortização Extraordinária Obrigatória, Amortização Extraordinária Facultativa, à Remuneração das Debêntures e ao Prêmio de Subordinação, com relação às Debêntures, e demais valores devidos pela Companhia aos Debenturistas, no âmbito da Emissão, em razão do não recebimento suficiente dos recursos devidos pela Devedora no âmbito dos Direitos Creditórios, não constituirá em inadimplemento por parte da Companhia, não sendo devidos encargos moratórios ou qualquer outro tipo de remuneração. Fica estabelecido que os recursos disponíveis na Conta Centralizadora também poderão ser utilizados para a realização dos pagamentos devidos pela Companhia aos Debenturistas conforme listados na Escritura de Emissão. **v) Pagamento da Remuneração**: Observado os termos a serem previstos na Escritura de Emissão, especialmente quanto à Ordem de Alocação de Recursos e o Pagamento Condicionado, a Remuneração das Debêntures das respectivas Séries será paga, pela Companhia, ordinariamente, todo dia 15 de cada mês, a partir de julho, inclusive ("Datas de Pagamento"). **w) Amortização Ordin**ária do Valor Nominal Unitário das Debêntures da 1ª Série: Observada a Ordem de Alocação de Recursos e do Pagamento Condicionado, o Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da 1ª Série, conforme o caso, será amortizado, em cada Data de Pagamento, conforme cronograma de amortização constante da Escritura de Emissão, caso haja recursos para tal, nos termos da Ordem de Alocação de Recursos ("Amortização Ordinária da 1ª Série") **x) Local de Pagamento:** Os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures serão efetuados pela Companhia nas datas de pagamento definidas na Escritura de Emissão, utilizando, conforme o caso: (i) os procedimentos adotados pela B3, para as Debêntures custodiadas eletronicamente na B3; ou (ii) os procedimentos adotados pelo escriturador, para as Debêntures que eventualmente não estejam custodiadas eletronicamente na B3. **y) Garantias:** Não serão constituídas garantias, reais ou pessoais, prestadas pela Companhia ou qualquer terceiro (sem prejuízo da instituição do regime fiduciário e consequente criação do Patrimônio Separado). **z) Recompra Compulsória**: Se, a qualquer momento, até a liquidação integral das Debêntures, ocorrer algum dos Eventos de Recompra (conforme definido nos Contratos de Cessão), os Cedentes estarão obrigados, em caráter irrevogável e irretratável, a recomprar da Companhia os Direitos Creditórios, nos termos a serem previstos nos Contratos de Cessão ("Recompra Compulsória"). **aa) Amortização Extraordinária Obrigatória**: Observados os termos a serem previstos na Escritura de Emissão, especialmente quanto à Ordem de Alocação de Recursos e ao Pagamento Condicionado, o Valor Nominal Unitário ou o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures deverá ser amortizado extraordinariamente em caso de Recompra Compulsória observado o limite de 98% do Valor Nominal Unitário ou o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da respectiva Série ("Amortização Extraordinária Obrigatória" e "Limite da Amortização Extraordinária", respectivamente), conforme procedimentos previstos na Escritura de Emissão. **bb) Amortização Extraordinária Facultativa**: Observados os termos a serem previstos na Escritura de Emissão, especialmente quanto à Ordem de Alocação de Recursos e ao Pagamento Condicionado, a Companhia, a seu exclusivo critério e desde que atendida as condições a serem definidas na Escritura de Emissão, observado o Limite da Amortização Extraordinária, poderá amortizar extraordinariamente: (i) o Valor Nominal Unitário ou o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da 1ª Série, caso os recursos provenientes dos Direitos Creditórios excedam os valores necessários para realização do pagamento da Remuneração das Debêntures da 1ª Série, da Amortização Ordinária do Valor Nominal Unitário das Debêntures da 1ª Série ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da 1ª Série e o pagamento da Remuneração das Debêntures da 2ª Série; e (ii) o Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da 2ª Série, caso já tenha ocorrido de integral quitação das Debêntures da 1ª Série ("Amortização Extraordinária Facultativa"), conforme procedimentos previstos na Escritura de Emissão. **cc) Resgate Antecipado Facultativo Total:** Observados os termos da Escritura de Emissão, especialmente quanto à Ordem de Alocação de Recursos e ao Pagamento Condicionado, a Companhia poderá, em uma Data de Pagamento, realizar o resgate antecipado da totalidade das Debêntures da 1ª Série, caso (i) o montante de recursos proveniente dos Direitos Creditórios excedam os valores necessários para realização do pagamento da Remuneração das Debêntures da 1ª Série, da Amortização Ordinária do Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da 1ª Série e do pagamento da Remuneração das Debêntures da 2ª Série; e (ii) tenha sido atingido o Limite da Amortização Extraordinária das Debêntures da 1ª Série ("Resgate Antecipado Facultativo Total"). Por ocasião do Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures da 1ª Série, o valor devido pela Companhia será equivalente ao (i) Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da 1ª Série, conforme o caso, acrescido (ii) da Remuneração das Debêntures da 1ª Série e demais encargos devidos e não pagos até a data do Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures da 1ª Série, calculado *pro rata temporis* desde a Data de Início da Rentabilidade, ou a Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures da 1ª Série, até a data do efetivo Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures da 1ª Série, incidente sobre o Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da 1ª Série, observamos os demais termos e condições a serem previstos na Escritura de Emissão. **dd) Demais Características:** as demais características das Debêntures estarão descritas na Escritura de Emissão. **(ii)** Autorizar a Diretoria da Companhia a praticar todos e quaisquer atos necessários à formalização da Emissão acima deliberada, inclusive, mas não somente: **a)** Celebrar e/ou aprovar, conforme o caso, a Escritura de Emissão e os demais documentos da operação, quais sejam, (i) os Contratos de Cessão; (ii) o "Contrato de Prestação de Serviços de Monitoramento e Outras Avenças", a ser celebrado entre a Companhia e a Angá Administração de Recursos Ltda., na qualidade de agente de monitoramento, conciliação e cálculo dos Direitos Creditórios; (iii) o Contrato de Distribuição; (iv) os "Contrato de Prestação de Serviços de Cobrança de Direitos Creditórios e Outras Avenças", a serem celebrados pela Companhia com a CHG Locação e com a CHG Leasing, na qualidade de agente de cobrança dos Direitos Creditórios, entre outras partes; (v) aditamento ao "Contrato de Conta Corrente Vinculada e Outras Avenças Nº 063719/2021" celebrado originalmente entre a CHG Locação, o Banco Arbi S.A., o Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Angá Multiestratégia I, o Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Angá Multiestratégia II e a BRL Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., em 12/08/2021, e ao "Contrato de Conta-Corrente Vinculada e Outras Avenças Nº 06020/17", celebrado originalmente entre a CHG Leasing, o Banco Arbi S.A., o Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Angá Leasing 2921 e o Agente Fiduciário em 14/07/2017; (vi) o Sumário Preliminar das Debêntures; (vii) o Sumário Definitivo das Debêntures; (viii) o Boletim de Subscrição das Debêntures; (ix) o Anúncio de Início; (x) o Anúncio de Encerramento; e (xi) os demais instrumentos celebrados com prestadores de serviços contratados na Emissão e/ou a ela conexos (em conjunto, "Documentos da Operação"); sem prejuízos de outros documentos cuja celebração venha a ser necessária para a consecução da Emissão de acordo com as condições determinadas nesta Assembleia; **b)** Aditar todos os Documentos da Operação e demais documentos que vierem a ser celebrados no âmbito da Emissão, se necessários, independentemente de realização de assembleia geral; **c)** Negociar todos os termos e condições que venham a ser aplicáveis à Emissão; **d)** Praticar todos os atos necessários para efetivar as deliberações aqui consubstanciadas; e **e)** Ratificar todos os atos já praticados relacionadas às deliberações acima. Nada mais. São Paulo, 20/04/2023.

TSE debate formas de aumentar número de indígenas em cargos eletivos

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) debateu na quarta-feira (26) modos de aumentar a participação de indígenas no processo eleitoral e dessa maneira proporcionar que tais povos escolham seus próprios integrantes como representantes políticos.

"Por mais que um branco seja defensor dos povos indígenas, ele não tem a visão dos povos indígenas. Por mais que defenda, por mais que seja um lutador em relação aos povos indígenas, ele não sofreu o preconceito secular, ele não tem a visão dos próprios indígenas", frisou o presidente do TSE, ministro Alexandre de Moraes.

A ministra dos Povos Indígenas, Sonia Guajajara explicou sobre o "aldeamento" político, impulso de ocupação de postos de poder, sejam eletivos ou não, por indígenas, de modo a garantir representação mais direta de seus interesses. Esse se tornou o foco de atuação da Articulação dos Povos Indígenas (Apib) nos últimos anos, o que se reflete nos números de candidatos indígenas crescente a cada ciclo eleitoral, ressaltou ela.

"O aldeamento da política é trazer protagonismo e participação dos povos indígenas, mas é também uma mudança de postura da sociedade a respeito do que é ser indígena neste país", disse a ministra. "Nunca mais haverá um Brasil sem nós", afirmou.

As declarações foram dadas durante a abertura de um seminário na sede do TSE que integra a iniciativa Abril Indígena na Justiça Eleitoral. No evento, foram mostrados números que indicam um aumento gradual da participação indígena no processo eleitoral.

Nas eleições gerais de 2018, por exemplo, houve 136 candidaturas indígenas, com dois eleitos. Em 2022, o número subiu para 186 candidatos, com nove eleitos, entre os quais a própria Guajajara, eleita deputada federal por São Paulo.

A presidente da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai), Joênia Wapichana, destacou pontos que ainda são empecilhos para uma participação ainda maior dos povos indígenas no processo eleitoral. Um dos problemas a serem superados, por exemplo, é a própria dificuldade de locomoção, disse ela.

Há lugares em que se tem que percorrer 200 quilômetros a pé para chegar a uma urna, atravessando obstáculos geográficos como montanhas e rios, frisou a ministra. "A gente ainda tem muita dificuldade de exercer o direito civil e político quando há dificuldade de deslocamento para exercer esse direito", disse.

"A gente precisa ter urnas dentro das comunidades para que a comunidade indígena possa exercer seu direito", acrescentou a presidente da Funai. Ela citou casos como o da crise humanitária enfrentada pelo povo yanomami e avaliou que somente uma maior representatividade dos indígenas poderá evitar novos episódios do tipo.

"A atuação parlamentar indígena dentro do Congresso Nacional é importante, pois é um espaço que nos propicia e nos dá condição de manifestação", disse ela. Joênia Wapichana também defendeu cotas para o financiamento de candidaturas indígenas, como já existe para candidatos negros e mulheres.

Moraes afirmou que "os povos indígenas têm um parceiro na Justiça Eleitoral". "Um parceiro para recuperar a dignidade dos povos indígenas, no respeito que todos devemos ter em relação a eles". Ele destacou iniciativas do TSE, como a tradução das regras e cartilhas eleitoras para línguas nativas. (Agencia Brasil)

Maranhão tem 76 cidades em situação de emergência por causa da chuva

Chegou a 76 o número de cidades que já decretaram situação de emergência devido às fortes chuvas que atingem o Maranhão, de acordo com nota divulgada na quarta-feira (26) pela Defesa Civil do estado. Dois municípios declararam estado de calamidade pública: Buriticupu, cercado por erosões, chamadas de voçorocas, e Cajari, que está isolado devido ao transbordamento dos rios e igarapés que cortam a região. Até o momento, 41.526 famílias foram afetadas e 8.518 estão desabrigadas ou desalojadas. Seis mortes foram confirmadas.

A Defesa Civil informou que continua monitorando os episódios em que prejuízos e danos foram causados à população por conta do período chuvoso. O órgão destacou ainda que está prestando auxílio às famílias e apoio às coordenadorias municipais de Defesa Civil.

"Equipes do Corpo de Bombeiros, prefeituras, Coordenadoria Estadual de Defesa Civil e Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social (Sedes) estão realizando operação para auxiliar as vítimas no interior do Maranhão. Já foram enviadas 44.120 cestas básicas; 64 mil litros de água e 4.030 colchões foram entregues", diz a nota.

Os restaurantes populares dos municípios atingidos vão ampliar a oferta de refeições no modelo híbrido (distribuição de quentinhas). Até o momento, 291.902 refeições foram entregues.

A situação de emergência é declarada quando ocorrem circunstâncias anormais, provocadas por desastres, causando danos e prejuízos à comunidade afetada. Nesses casos, o comprometimento da capacidade de resposta do Poder Público do ente atingido é "parcial".

No estado de calamidade pública "o comprometimento da capacidade de resposta do Poder Público do ente atingido é substancial".

O reconhecimento deve ser solicitado pelo governador ou prefeito e reconhecido pelo governo federal. Após análise das informações, a equipe técnica da Defesa Civil Nacional avalia as metas e os recursos solicitados. Com a aprovação, é publicada portaria no Diário Oficial da União com a especificação do valor a ser liberado.

Com a decisão, os municípios podem ter acesso a recursos federais de forma facilitada, fazer compras emergenciais sem licitação e pode ultrapassar as metas fiscais previstas para custear ações de combate à crise.

Segundo o Instituto Nacional de Meteorologia (Inmet), para os próximos dias está prevista a ocorrência de chuvas intensas em áreas do norte do Maranhão, com acumulados que podem ultrapassar os 60 milímetros (mm).

Na quarta-feira, o instituto emitiu um alerta de chuvas intensas que podem variar entre 20 e 30 mm por hora ou até 50 mm/dia para os estados de Roraima, Amazonas, Pará, Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba. Há ainda a previsão de ventos intensos (entre 40 e 60 quilômetros por hora). No Maranhão, as áreas afetadas são o norte, o leste e o oeste, além da região central do estado. (Agencia Brasil)

Empresa italiana de alta tecnologia inaugura em Curitiba seu primeiro escritório no Brasil

O governador Carlos Massa Ratinho Junior participou na quarta-feira (26), em Curitiba, da inauguração do escritório brasileiro do Grupo Biesse. A empresa italiana, que fabrica sistemas e máquinas para as indústrias de móveis e de vidro, está presente no Brasil desde 1987, mas somente agora inaugurou um escritório no País, escolhendo a capital paranaense como ponto de partida.

O investimento na nova sede foi de 2 milhões (R$ 11,1 milhões na cotação atual), empregando atualmente 20 pessoas. A expectativa é chegar a 50 empregados em até três anos, além de duplicar o volume de negócios atual. A presença no mercado brasileiro busca ampliar o fornecimento de maquinários para indústrias do Brasil e de países como Chile, Argentina, Uruguai e Colômbia.

Ratinho Junior destacou que o Estado é um importante polo moveleiro no País e é líder nacional na produção de madeira, além de estar próximo aos principais mercados consumidores do segmento. "É motivo de orgulho para o Paraná ter sido escolhido para ser o ponto de referência para a América do Sul dessa grande multinacional italiana. Somos um polo moveleiro no Brasil, setor que é muito importante para a economia do Estado", disse.

"Além de estar próximo de seus clientes, a empresa destaca que a estrutura logística do Paraná foi essencial para implantar sua sede aqui na nossa capital. Isso demonstra a importância do trabalho do Governo do Estado de fazer do Paraná a grande central logística da América do Sul", salientou o governador. "Estamos no centro do PIB do continente e a poucas horas das capitais dessa região. Isso dá um dinamismo muito grande às empresas que precisam fazer suas exportações e importações".

O diretor Financeiro da Biesse no Brasil, Eduardo Toledo, também colocou a estrutura da cidade e a proximidade com os polos moveleiros de Santa Catarina e Rio Grande do Sul entre os motivos para a escolha de Curitiba para a implantação de sua filial. "Foi uma escolha estratégica porque Curitiba é uma capital cosmopolita, com um ambiente de negócios muito bom, que vem crescendo muito nos últimos anos, além de estar muito próxima do polo moveleiro da região Sul", disse.

O diretor-presidente da Invest Paraná, Eduardo Bekin, afirmou que a presença da empresa no Estado consolida um bom momento. No ano passado o Paraná se tornou a quarta maior economia do País. "A Biesse é uma das grandes fabricantes de maquinários para o setor moveleiro. Ao trazer sua filial para cá, ela demonstra que possuímos mão de obra especializada e somos esse hub logístico que atende todo esse setor", disse. (AENPR)

Barroso é sorteado relator de habeas corpus de Torres no STF

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Luís Roberto Barroso foi sorteado na quarta-feira (26) para relatar o habeas corpus protocolado pela defesa do ex-ministro Anderson Torres.

O sorteio foi realizado de forma eletrônica entre dez ministros da Corte. Em função de aposentadoria de Ricardo Lewandowski, a Corte não conta com o voto do 11° ministro. Não há prazo para decisão.

No pedido, a defesa de Torres questiona a decisão do ministro Alexandre de Moraes, que, na semana passada, rejeitou a soltura.

Torres está preso em um batalhão da Polícia Militar do Distrito Federal desde 14 de janeiro. O ex-ministro é investigado no inquérito do STF que apura sua suposta omissão na contenção dos atos golpistas de 8 de janeiro que culminaram na depredação das sedes dos Três Poderes, em Brasília. Na ocasião, ele estava à frente da Secretaria de Segurança do Distrito Federal.

No habeas corpus, os advogados citaram o quadro de saúde do ex-ministro e falaram em risco de suicídio.

De acordo com a defesa, laudos médicos elaborados após exames feitos na prisão mostram que Torres está apresentando crise de ansiedade, falando palavras sem nexo e comentando seu "desanimo com a manutenção de sua vida".

Ao manter a prisão de Anderson Torres, Moraes entendeu que a necessidade da prisão continua devido a "fortes indícios de que o ex-ministro foi conivente com a associação criminosa" que atuou nos atos golpistas. (Agencia Brasil)

Ayrton Senna é declarado Patrono do Esporte Brasileiro

O tricampeão mundial de Fórmula 1 Ayrton Senna da Silva foi declarado Patrono do Esporte Brasileiro através da Lei 14.559/2023, sancionada pelo vice-presidente e presidente em exercício, Geraldo Alckmin. A informação foi publicada na edição da quarta-feira (26) do Diário Oficial da União.

A homenagem é fruto do PL 2.793/2019, proposto pelo deputado Filipe Barros (PL-PR). Para justificar a concessão do título ao piloto, o parlamentar destacou a atuação esportiva de Senna e sua representatividade para o esporte brasileiro.

"Ayrton Senna estabeleceu um novo patamar de excelência no esporte. Foi incansável na busca de ultrapassar seus próprios limites, sendo responsável por alguns dos momentos mais marcantes na memória do torcedor brasileiro", declarou Filipe Barros.

Ayrton Senna, que é celebrado e respeitado como um dos maiores talentos que o esporte já viu, morreu após sofrer um grave acidente no ano de 1994 durante o Grande Prêmio de Ímola (Itália) de Fórmula 1, oportunidade na qual corria pela equipe inglesa Williams. (Agencia Brasil)